emtempo
Tudo. Agora.

R$ 1,00

ANO XXXIII - **Nº 10.731** - Manaus, **terça-feira,** 29 de março de 2022 - Presidente: **Otávio Raman Neves Júnior**

DIVULGAÇÃO

Bolsonaro é internado após passar mal

Últimas 2

SUSPEITA

Ministro da educação pede demissão

Política 6

POSSE

Dulce Almeida assume Semed

Nova titular da Semed, irmã do prefeito David Almeida, estava à frente do Fundo Manaus Solidária.

Política 5

DIVULGAÇÃO

PODER

Wilson Lima e David Almeida marcham juntos

"Velharia não volta mais ao poder", diz Wilson Lima.

DIVULGAÇÃO

Contexto 3

CAMPANHA

Amazonas vai vacinar contra sarampo e influenza

Meta é imunizar 1.375.666 pessoas contra influenza e 441.408 contra sarampo de grupos prioritários no AM.

Dia a Dia 9

CHINA

Após onda de Covid, China promove novo lockdown

Mundo 11

MÚSICA

Amazonas in Jazz de Italo Jimenez

Plateia 13

DIVULGAÇÃO

DESGASTE

Presidente da Petrobras é demitido

Economia 8

Última hora

redacao@emtempo.com.br | Glaucia Chair

Bolsonaro é internado em Brasília após desconforto

Bolsonaro já foi internado várias vezes após facada

O presidente Jair Bolsonaro (PL) deu entrada no Hospital das Forças Armadas (HFA), em Brasília, na noite desta segunda-feira (28), após sentir um desconforto. A informação foi confirmada pelo presidente do Republicanos, Marcos Pereira, durante evento de filiação dos ministros Tarcísio de Freitas e Damares Alves ao partido, que contou, inclusive, com a presença da primeira-dama Michelle Bolsonaro. A internação de acordo com fontes do Palácio do Planalto aconteceu para a realização de exames e a suspeita é de nova obstrução intestinal.

DIVULGAÇÃO

Presidente foi internado após passar mal depois do almoço

Mal-estar

O presidente se sentiu mal pouco depois do almoço e foi para o HFA no fim da tarde. uxiliares do presidente dizem que, a princípio, não há previsão de deslocamento de Bolsonaro para São Paulo e o quadro é acompanhado. Ainda não há confirmação se ele passará a noite internado no hospital .

Durante o evento do Republicanos, Marcos Pereira se dirigiu a Michelle Bolsonaro e disse que ora pela recuperação do presidente. "Primeira-dama, receba nossos cumprimentos e as nossas orações. Tenho certeza que o presidente está bem. São apenas uns exames que ele está fazendo, por isso não está presente aqui".

Obstrução Intestinal

A obstrução intestinal é consequência da facada que Bolsonaro recebeu em atentado durante a campanha eleitoral de 2018 e das operações subsequentes.

Em janeiro desse ano, o presidente precisou ser internado em São Paulo depois de passar mal enquanto passava férias em Santa Catarina. Na época, o médico de Bolsonaro, Antônio Luiz Macedo, afirmou que a obstrução aconteceu após a ingestão de um camarão sem mastigar. Em julho de 2021, Bolsonaro ficou quatro dias internado no hospital Vila Nova Star para tratamento de uma obstrução intestinal. À época, os médicos cogitaram uma intervenção cirúrgica, que foi descartada depois que o intestino do presidente voltou a funcionar normalmente.

Cirurgias após a facada

Desde que foi atingido por uma facada durante a campanha para as eleições de 2018, o presidente esteve internado em hospitais pelo menos em quatro ocasiões para cirurgias e intervenções.

O chefe do Executivo teve um dia cheio no Planalto. Recebeu o pedido de demissão do ministro Milton Ribeiro (Educação) e bateu o martelo sobre a saída do general Silva e Luna do comando da Petrobras. A primeira-dama Michelle Bolsonaro representou o marido no evento do Republicanos. Ao fim do evento, ela disse: "Ele está bem, graças a Deus".

Novo Presidente da Petrobras

O Ministério de Minas e Energia confirmou ontem (28) a indicação do economista Adriano Pires para presidir a Petrobras. Além dele, a pasta informou ainda que indicará Rodolfo Landim, presidente do Flamengo, para o cargo de presidente do Conselho de Administração da estatal.

Rodolfo Landim tem 65 e é formado em engenharia civil com especialização em obras hidráulicas pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) (1979). Tem pós-graduação em engenharia de petróleo pela Petrobras e em administração de negócios pela Universidade de Harvard (1994). Ingressou na Petrobras em 1980, onde trabalhou por 26 anos. De 2010 a 2020 foi presidente do Conselho de Administração e CEO da Ouro Preto Óleo e Gás S.A. Desde 2019 é presidente do Flamengo.

A saída do atual presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, ocorre 17 dias depois do aumento de quase 25% no diesel e de quase 19% na gasolina nas refinarias da Petrobras. O reajuste foi feito cerca de duas semanas depois da empresa divulgar o lucro recorde de R$ 106 bilhões em 2021. Bolsonaro há dias sinalizava de que não concordava com a política de preços adotadas e demonstrava desconforto em público sobre o preço dos combustíveis, situação que o prejudica em ano político e causa mais aumento na inflação

Receita Federal

Arrecadação federal cresce 5,27% e bate recorde

Impulsionada pela recuperação da economia e pelo encarecimento do petróleo internacional, a arrecadação federal bateu recorde para meses de fevereiro. Segundo dados divulgados hoje (28) pela Receita Federal, o governo arrecadou R$ 148,66 bilhões no mês passado, com aumento de 5,27% acima da inflação em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O valor é o maior da história para meses de fevereiro desde o início da série histórica da Receita Federal, em 1995, em valores corrigidos pela inflação. Em janeiro e fevereiro, a arrecadação federal soma R$ 383,99 bilhões, com alta de 12,92% acima da inflação pelo IPCA, também recorde para o período.A arrecadação superou as previsões das instituições financeiras. No relatório Prisma Fiscal, pesquisa divulgada pelo Ministério da Economia, os analistas de mercado estimavam que o valor arrecadado ficaria em R$ 145 bilhões em fevereiro, pelo critério da mediana (valor central em torno dos quais um dado oscila). A retomada da economia está impulsionando a arrecadação. No entanto, fatores atípicos e mudanças na legislação também contribuíram para a alta.

Recolhimentos atípicos

Um dos fatores que têm impulsionado a arrecadação nos últimos meses, o recolhimento atípico de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Contexto

contexto@emtempo.com.br

Megaevento assusta

Fontes do União Brasil disseram ontem à coluna que o megaevento de sábado (26), na quadra da Escola de Samba Aparecida, na Zona Sul de Manaus, mostrou a força da nova legenda, presidida no Estado pelo ex-deputado federal Pauderney Avelino e que tem no governador Wilson Lima sua principal estrela.

Segundo as fontes, o apoio de 48 prefeitos a Wilson evidenciou o potencial político do novo partido no Amazonas. O vice-presidente nacional da legenda, Antônio Rueda, abrilhantou o evento de sábado, representando a cúpula nacional do União.

Parlamentares apoiam

O presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas, deputado Roberto Cidade, assinou ficha de filiação ao União e manifestou total apoio ao Governo do Estado.

"Ingresso no União Brasil porque acredito no projeto e acredito no governador Wilson Lima", declarou o comandante da ALEAM no ato de filiação.

Além de Cidade, vários outros parlamentares prestigiaram o megaevento ocorrido na quadra da Escola de Samba Aparecida, dentre os quais os deputados Delegado Pablo (União) e o vice-presidente da Câmara dos Deputados, Marcelo Ramos (PSD).

Ministro exonerado

A edição extra do Diário Oficial da União publicou, ontem, a exoneração "a pedido" do ministro da Educação, Milton Ribeiro.

Suspeito de envolvimento com pastores que cobravam propina para intermediar recursos do MEC para escolas, o ministro entregou carta de demissão ao presidente Jair Bolsonaro afirmando estar "de coração partido".

Gabinete paralelo

Conforme especialistas, Milton Ribeiro deverá ser enquadrado em crime por avalizar, em evento do MEC, a distribuição de Bíblias com fotos suas.

No dia 18 deste mês, o ministro foi acusado pelo jornal Estadão de acobertar um gabinete paralelo dentro do MEC dirigido pelos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura.

Dulce assume Semed

O prefeito David Almeida empossou, na tarde de ontem, a professora Dulce Almeida no cargo de titular da Semed, em substituição a Pauderney Avelino.

Dulce é servidora pública de carreira, graduada em Artes pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), pós-graduada em Marketing e Multimídia, e em gestão pública.

Wilson Lima e David Almeida unidos: 'Velharia não voltará mais ao poder'

Um café da manhã, regado a tucumã, tapioca e banana frita, selou de vez, ontem, a aliança política entre o governador Wilson Lima (União Brasil) e o prefeito de Manaus, David Almeida (Avante), que deverão marchar juntos nas eleições deste ano.

Ao sabor das iguarias do café regional ocorrido no ramal do Pau-Rosa, quilômetro 21 da BR-174, David explicou que suas conversas com outros postulantes ao Governo do Estado foram eventos normais do jogo democrático, mas que apoiará aquele que, de fato, ajudar Manaus.

"Muitos me procuraram, governador, insistindo que eu teria que sair candidato. Mas, eu tenho compromisso com a minha cidade. Eu quero poder ajudar quem está ajudando Manaus. E quem estendeu as mãos para Manaus foi o governador Wilson Lima", disse o prefeito a Wilson, enfatizando apoio à pré-candidatura à reeleição do comandante do União Brasil.

Grato a David, o governador disparou: "A velharia não voltará mais ao poder no Amazonas".

BR-319: 46 anos

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Amazonas, marcou presença na solenidade de lançamento do Memorial da BR-319, realizada no porto da antiga Ceasa, no sábado passado.

Organizada pela Associação dos Amigos e Defensores da BR-319, de 11 mil membros, presidida por André Marsílio, a solenidade também teve a presença de professores, engenheiros, geólogos, jornalistas e servidores do DNIT-AM.

A OAB foi representada pelo advogado e engenheiro civil Marcos Maurício, que preside a Comissão de Defesa da BR-319 da entidade. Um grande número de advogados acompanhou Marcos no evento que comemorou os 46 anos de existência da rodovia inaugurada no dia 27 de março de 1976.

Repavimentação já

"Conquanto se reconheça os esforços do Governo Federal, precisamos efetivamente avançar na repavimentação da BR-319, sobretudo em relação ao restante do Lote C (Kms 198,20 ao 250,7), obra já está contratada e com ordem de serviço expedida há mais de um ano", disse Marcos Maurício em breve discurso durante a festa do Memorial da BR-319.

"Não podemos deixar que interesses internacionais impeçam a população do Amazonas de ter acesso novamente, pelo modal rodoviário, ao restante do país", enfatizou o advogado, que também destacou as comunidades que vivem às margens da rodovia e que dela dependem para viver e produzir.

"Estrada do Amanhã"

O presidente da Associação dos Amigos e Defensores da BR-319, André Marsílio, informou ontem à coluna que a rodovia federal será o tema de um podcast que acontecerá na estreia do Canal 92AM: BR-319 - A Estrada do Amanhã, em abril, no Facebook.

Denominada Rodovia Álvaro Maranhão Maia, a BR-319 completou 46 anos no domingo (27).

Segundo Marsílio, na década de 80 a rodovia foi sabotada por uma explosão criminosa que até hoje não foi esclarecida, sendo a seguir completamente abandonada pelo Governo Federal após ter sido ser inaugurada com pompas pelo ex-presidente, general Ernesto Geisel na década de 70.

Juízes e promotores

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse concordar com o pagamento de um quinquênio – adicional de 5% a cada cinco anos – nos vencimentos de juízes e promotores para pôr fim à "distorção" na remuneração do Judiciário.

A questão é tratada nos bastidores do Senado e deve entrar na pauta do Senado nesta semana.

A proposta de emenda à Constituição (PEC), que defende a benesse, data de 2013, de autoria do ex-senador Gim Argello, condenado e preso na Operação Lava-Jato por crimes de lavagem de dinheiro, corrupção passiva e obstrução de Justiça.

7 mil vacinados

No último sábado, a campanha antiCovid, da Prefeitura de Manaus, vacinou 7.228 pessoas na capital.

Mais de 3.374 foram para crianças de 5 a 11 anos que estavam iniciando ou completando o esquema vacinal de duas doses, e as outras 3.854 foram para adolescentes de 12 a 17 anos e para o público de 18 anos ou mais.

Grana pelo ladrão

Em artigo publicado na Folha de São Paulo, o professor Marcus André Melo, da Universidade Federal de Pernambuco, denuncia a dinheirama que sempre permeou as eleições brasileiras ao longo de décadas.

Antes, com as doações de empresas, os gastos eram astronômicos, com sobrepreços de contratos públicos. Hoje, a gastança continua através de fundos públicos bilionários. "Remédio e veneno variam apenas na dose", diz o professor.

Farra de emendas

"Cada deputado necessita de votos no estado inteiro e julga-se no dever de distribuir, por intermédio da lei orçamentária, verbas e auxílios pelo estado inteiro... não é por outro motivo que as emendas ao orçamento na Câmara se apresentam aos milhares", critica Marcos Melo.

No seu entender, as emendas representam uma farra inconcebível do dinheiro público pelos parlamentares nas casas legislativas, sobretudo em períodos eleitorais, como acontece neste ano de 2022.

Novo apelo papal

Em seu Angelus dominical, o papa Francisco mais uma vez lançou apelo em defesa do fim do conflito bélico no Leste Europeu entre Rússia e Ucrânia.

"Diante do perigo de se autodestruir, a humanidade precisa compreender que chegou a hora de abolir a guerra, de apagá-la da história do ser humano antes que ela apague o ser humano da história", destacou Jorge Bergoglio.

emtempo
Tudo. Agora.

Norte Editora Ltda.
(Fundada em 6/9/87)
CNPJ: 14.228.589/0001-94
Endereço: Rua Dr. Dalmir Câmara, nº 623, São Jorge - CEP: 69.033-070
Manaus/AM

Presidente
Otávio Raman Neves Júnior

Diretora Financeira
Neida Zaranza

Diretora de Redação
Gláucia Chair

Gerente de Circulação
Denis Flores

FALE CONOSCO
3042-1000
Assinatura (92) 3042-1001 | Comercial 3042-1002
Redação (92) 3042-1006 | Circulação 3042-1004

Aplausos

DIVULGAÇÃO

Pela inclusão de mais quatro novos municípios do Amazonas no Mapa do Turismo Brasileiro. Com a entrada de Nhamundá, Atalaia do Norte, São Gabriel da Cachoeira e Coari, o total de cidades no Mapa chega a 26. O Mapa, sob responsabilidade da Amazonastur, orienta o Sistema Nacional do Turismo para desenvolvimento de políticas públicas. O Em Tempo aplaude cada ação proposta para desenvolvimento de ações turísticas no Estado, para que haja cada vez mais organização e estrutura para recepção de visitantes.

Vaias

DIVULGAÇÃO

À fome que persiste no Brasil, contradição em um país que é um dos maiores produtores de alimento do mundo. Segundo a última Pesquisa de Orçamentos Familiares divulgada pelo IBGE , dos 68,9 milhões de domicílios no Brasil, 36,7% – o equivalente a 25,3 milhões de lares – estavam com algum grau de insegurança alimentar. Desse total, 24% dos lares apresentam grau leve, 8,1% moderado e 4,6% grave. Uma boa parcela da população brasileira tem déficit qualitativo e quantitativo na alimentação

Editorial

Consumou-se ontem o que deputados e senadores previam para acontecer esta semana: a queda do Milton Ribeiro do Ministério da Educação após as bombásticas denúncias, que escandalizaram o país, feitas pelos jornais Estadão e Folha de São Paulo.

Como é do pleno conhecimento público, o cerco das investigações contra Milton se fechou no âmbito do Supremo Tribunal Federal, onde a ministra Carmen Lúcia autorizou a abertura de um inquérito para apurar suspeitas de que o ministro favoreceu pedidos de pastores na liberação de recursos do MEC para prefeituras de aliados. Carmen considerou "os fatos são gravíssimos e agressivos à cidadania e à integridade das instituições republicanas que parecem configurar práticas delituosas".

No Congresso, o deputado Professor Israel (PV-DF) segue firme lutando pela formação de uma CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) para investigar "crimes comuns, crimes de responsabilidade e atos de improbidade administrativa na liberação de verbas públicas da educação pública".

Na próxima quinta-feira (31), está prevista a ida de Milton à Comissão de Educação do Senado, da qual faz parte o senador amazonense Omar Aziz (PSD), juntamente com Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Simone Tebet (MDB-MS). Lá, Omar e seus colegas parlamentares exigirão explicações claras e detalhadas sobre o escândalo.

Agora demissionário, o ministro poderá se complicar muito caso não consiga esclarecer os motivos que permitiram aos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura atuarem como intermediários, de forma nada republicana, na destinação a amigos dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Carlos Santiago

Advogado, sociólogo e cientista político

Câmara de vereadores muito aquém dos desafios de Manaus

O município de Manaus é o 6º mais rico do Brasil, o 7º em número de habitantes e o mais expressivo da Região Norte na área econômica e no tamanho populacional. É politicamente muito estratégico, com mais de um milhão de eleitores, e está no coração da Amazônia. Claro que não existem somente riquezas e belezas, o município tem muitos problemas e desafios que precisam de soluções imediatas e para o futuro. Porém, ainda possui governantes muito aquém de sua importância, das necessidades atuais e dos desafios de construir uma Manaus para as próximas gerações.

A mobilidade urbana de Manaus é precária. Na ausência de um transporte coletivo decente, há o aumento do número de carros particulares circulando e da quantidade de automóveis de aplicativos, além de motos e micro-ônibus ilegais, o que aumenta ainda mais o caos. Os ônibus de passageiros fazem parte de uma frota velha e corroída, circulam lotados e seus subsídios são cada vez maiores. Somam-se a tudo isso, as dificuldades das autoridades públicas em apontar um novo modelo de transporte coletivo visando melhorias em futuro próximo.

O município continua crescendo desordenadamente. Invasões de terras, agressões ao meio ambiente, moradias em áreas de riscos, surgimento de bairros sem planejamento e inexistência de programa de moradia popular. Não há movimentação, debates e propostas efetivas para o ordenamento urbano atual e nem planejamento ao futuro.

Os rios, os lagos e os igarapés continuam poluídos. A flora e a fauna estão desaparecendo das áreas urbanas. Os lixos continuam sendo lançados na natureza sem qualquer cuidado. O lixão administrado pelo Poder Público nem causa mais vergonha aos governantes. As soluções voltadas para salvaguardar o meio ambiente de agressões presentes e futuras são ínfimas, o que aumenta o temor de lagos e de igarapés desaparecerem.

O Poder Legislativo de Manaus poderia levantar o debate sobre o presente e o futuro de Manaus. Ele possui um orçamento milionário, atribuições constitucionais valorosas, uma sede própria e gasta muito dinheiro do contribuinte com pagamento de benefícios aos vereadores e com atividades promovidas por eles.

A Câmara de Manaus tem um orçamento estimado de R$ 200 milhões para 2022. É muito dinheiro. E toda vez que o orçamento do município cresce o repasse de dinheiro ao Poder Legislativo também cresce. Quanto mais dinheiro nos cofres públicos, mais verbas para a Câmara de Vereadores. Então, não faltam recursos financeiros aos vereadores para que desenvolvam suas funções constitucionais.

A Constituição Federal e a Lei Orgânica de Manaus dão autonomias legislativas aos parlamentares das cidades em assuntos locais e determinam o dever de fiscalizar os atos do Poder Executivo, aprovar ou não as contas do prefeito, propor e aprovar leis que beneficiem todos e tragam o bem comum. Além disso, pela regra constitucional, cabe à Câmara propor realizações de plebiscitos, durante o ano eleitoral, sobre temas importantes para os munícipes.

No entanto, a atual legislatura tem-se mostrado muito aquém de suas funções legais. Não fiscaliza e nem cobra o prefeito. Prefere envolvimento em atos vergonhosos, como por exemplos: o aumento do cotão, a compra de kit selfie para vereadores, compra de imóveis caros, várias dispensas de licitações, deixando em segundo plano, temas estruturais que impactam o presente e o futuro da cidade.

Manaus precisa de governantes à altura de sua importância e dos seus desafios, e ainda, de homens e de mulheres comprometidos com as próximas gerações e com a relevância política, social e econômica do município.

Cláudio Humberto

Com André Brito e Tiago vasconcelos

"Investigue ministro e pastores"

Pastor Silas Malafaia, que explica: 'quem protege e defende seu pessoal corrupto e ladrão é o PT'

Ação no TSE escancara a 'censura como ela é'

A ação movida pelo PL, partido de Jair Bolsonaro, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) parece ter sido feita sob medida para forçar lacradores acostumados a "cancelar" aqueles com quem discordam a provar do próprio veneno: a velha censura. Aliados de Bolsonaro não classificam a decisão como cerceamento da liberdade de expressão, como agora faz a oposição, mas o próprio presidente exigiu do PL a desistência da ação.

Mesma decisão, outra cor

Apoiadores do presidente comparam a decisão do TSE com outras da corte até contra parlamentar (Daniel Silveira), só que de outra cor.

Empatou

Para o deputado José Medeiros, "estaria apenas empatando o jogo porque pau que bate em Chico, em tese, teria que bater em Francisco".

Amigo da Justiça

Se a retirada da ação anula a necessidade de votação no plenário do TSE, o assunto morreu sem polêmica. Graças a Bolsonaro.

Deixa xingar

Pessoas próximas relataram que Bolsonaro disse que é preciso deixar xingá-lo quem quiser fazer isso, assim como fazem os que xingam Lula.

Greve de altos salários no BC tem odor eleitoral

Apesar de pretenderem reajuste salarial de 26,3%, um acinte para tantos privilégios que já acumulam, os servidores do Banco Central (BC) estão sendo conduzidos a fazerem uma greve meramente eleitoral. Eles estão entre os funcionários mais bem pagos do País. Os técnicos do BC, cargo que exige o ensino médio completo, têm salário inicial de R$7,5 mil. Analistas recebem cerca de R$20 mil como o primeiro salário. Em média, R$ 26 mil. Há ainda o cargo de procurador do BC; R$22 mil mensais no início da carreira. Mas planejam parar "pelo aumento". Uma vergonha.

Mais dinheiro

A greve está sendo ensaiada desde janeiro, quando o sindicato anunciou a 'entrega' de 500 cargos comissionados no BC.

Adesão rápida

O sindicato de funcionários BC anunciou que quase dois mil funcionários concursado já aderiram à paralisação.

Outros propósitos

Aumento só pode ser concedido com espaço no orçamento aprovado em lei. Pretender mais grana a seis meses da eleição tem outro propósito.

Sem perigo de dar certo

Substituto do general Silva e Luna na Petrobras, o "consultor" Adriano Pires fará jus ao apelido de "O Breve": não há a menor relação entre o que deseja o presidente Bolsonaro e o que prega o candidato à vaga.

Crise socialista

Após a eleição de 2014, o PSB, partido de estreia do técnico Vanderlei Luxemburgo na política, passou de quatro para sete senadores. De lá para cá, só diminuiu. Em 2022, já não tem representantes no Senado.

Caminho inverso

Em 2014, a primeira eleição federal da qual participou o PSD, o partido de Gilberto Kassab conquistou duas vagas no Senado. De lá para cá, percorreu caminho inverso do PSB. Hoje é a segunda maior bancada.

Mira no Planalto

O governador João Doria (PSDB) se emocionou com vídeo preparado por sua equipe para marcar as conquistas do mandato que deixa esta semana. "Está preparado para mais um combate", disse um interlocutor.

Adeus covid

Em todo o planeta, números mostram que a pandemia dá sinais de ter ficado para trás. Segundo o Worldometer, a média de mortes é de 4 mil por dia, o menor nível desde 31 de março de 2020. Início da pandemia.

Terminologia importante

Entre os dados do Ipea que ganharam as manchetes, está o número de "pessoas ocupadas" superior ao pré-pandemia, mas a nota da entidade fala em "desemprego menor" em diversos segmentos da economia.

Economia forte

Economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez disse que a arrecadação recorde de fevereiro foi abaixo do previsto, mas está em um patamar forte, ajudando a manter "os resultados fiscais positivos".

Censuras e 'censuras'

O cientista político Ismael Almeida lançou pergunta para confirmar se censura tem lado. "O que aconteceria se Allan dos Santos ou Daniel Silveira mandassem um ministro do TSE ir 'cagar'", como fez Anitta?

Pensando bem...

...ressuscitaram o velho Oscar a tapa.

PODER SEM PUDOR

Sempre alerta

Benedito Valadares, que já fora interventor em Minas, recebia a visita do ex-senador Gilberto Marinho e seu colega, Victorino Freire, para tratar de um assunto polêmico. Ou melhor, para ouvir: apenas Valadares falava. Os convidados ouviam compenetrados. De repente, o anfitrião parou de falar. "O que foi, Benedito?" perguntou Marinho. "Parou de falar sem mais nem menos. Continue, por favor!" pediu Freire. Desconfiado, Valadares mudou de assunto: "Não vou falar mais, não. Vocês estão prestando muita atenção..."

Política

politica@emtempo.com.br | Lucas Henrique

Dulce Almeida toma posse na Semed

A nova titular da Semed estava à frente do Fundo Manaus Solidária, é graduada em Artes pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam)

DIVULGAÇÃO

A meta do Executivo municipal é transformar a educação da capital amazonense na número 1 do Brasil

O prefeito de Manaus, David Almeida, deu posse à professora Dulce Almeida como secretária municipal de Educação, na tarde desta segunda-feira, (28), no auditório da Secretaria Municipal de Educação (Semed), no bairro Parque 10 de Novembro, zona Centro-Sul, e contou com a participação de secretários municipais, subsecretários do órgão, gestores, educadores entre outros.

No evento, o prefeito David Almeida (Avante) enfatizou que assim como na saúde, a meta do Executivo municipal é transformar a educação da capital amazonense na número 1 do Brasil.

"Escolhi uma educadora para ser titular desta pasta, porque ela tem experiência e conhece, de verdade, a realidade da educação em Manaus. A secretária Dulce e toda sua equipe chega para somar, então peço aos gestores e professores, que apoiem a secretária para cumprir com excelência este papel que lhe foi confiado", salientou o prefeito

Dulce Almeida é professora estatutária da rede municipal de ensino há 17 anos, já lecionou nas escolas municipais Nova Vida, Ana Maria de Souza Barros e Graziela Ribeiro. Durante a solenidade, ela comentou sobre as expectativas e os desafios frente à Semed.

"Tenho 40 anos de experiência na educação, no decorrer da minha trajetória trabalhei ao lado de pessoas brilhantes. Na Semed tem técnicos qualificados e temos professores comprometidos. Então, de mim esperem muito empenho, e não menos do que o prefeito David tem feito pela cidade, porque este é um enorme desafio que farei com muita garra e determinação. Temos o projeto de fazer de Manaus a melhor educação do Brasil", pontuou a nova secretária de Educação.

Sobre Dulce

Dulce Almeida, natural de Manaus (AM), é servidora pública de carreira, graduada em Artes pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), pós-graduada em Marketing e Multimídia, e em gestão pública. Começou a atuar aos 14 anos, a convite de uma professora de uma escola adventista.

Desde lá, passou por escolas públicas e particulares como o Centro Educacional Adventista de Manaus (Ceam), Instituto Adventista de Manaus (IAM), Escola Martha Falcão, Instituto Batista do Amazonas (IBA), Escola Municipal Nova Vida, Escola Municipal Ana Maria de Souza Barros, Escola Municipal Graziela Ribeiro, Escola Estadual Dorval Porto, Escola Estadual Paula Ângela Frassinetti, Escola Estadual Izaac Sverner e Escola Estadual Leopoldo Neves. Atualmente estava à frente do Fundo Manaus Solidária (FMS).

O ex-secretário da pasta, Pauderney Avelino, agradeceu a parceria com os servidores e mencionou avanços na educação de Manaus, durante o primeiro ano da gestão David Almeida.

ELEIÇÕES

Sem representatividade no Amazonas, PT perde ainda mais força nas eleições

O Partido dos Trabalhadores (PT) é um dos maiores representantes da esquerda no país. No entanto, a sigla ainda registra um baixo número de membros eleitos no Amazonas. Neste ano, a sigla não deve conseguir – novamente –, mais do que reeleições na Câmara e Assembleia Legislativa do Amazonas (ALEAM).

No Estado, o partido possui como representantes: deputado federal Zé Ricardo e deputado estadual Sinésio Campos – presidente regional da sigla.

"A organização já está efetivada. O PT tem uma agenda muito continuada em suas setoriais, como mulheres, negros, nas temáticas indígenas, então, essas pautas das secretarias estaduais do PT acontecem permanentemente", declarou Sinésio.

Apesar disso, o partido ainda possui baixos índices de representação parlamentar e organização concreta. Conforme o cientista político Carlos Santiago, o PT no Amazonas reflete a situação dos partidos de esquerda que estão encontrando dificuldades de ampliar espaços dentro da política.

"No Amazonas, o PT é um partido considerado pequeno, possui pouca representatividade e conta dificuldades enormes para alcançar espaços dentro do poder executivo. Não elege um número significativo de vereadores, nem deputados estaduais", afirmou.

Ele salienta que no Estado não há um partidário de esquerda conquistando um mandato eletivo majoritário e isso é um reflexo das políticas impostas por partidos de esquerda que acabam focando em seus projetos individuais, ao invés de pensar em estratégias partidárias.

"Deve-se pensar no coletivo, buscar novas lideranças, inclusão de novos atores políticos e fazer com que essa agremiação partidária cresça, não só no aspecto quantitativo, mas também qualitativo e com isso recebendo votos, conquistando governos e firmando força eleitoral, o que não vem acontecendo", explicou.

Segundo ele, o PT é um exemplo da esquerda que não possui sequer uma chapa completa para disputar eleições proporcionais isoladamente e nem um nome consolidado para concorrer ao governo.

"As esquerdas no Amazonas, incluindo o PT, representantes delas estão muito aquém dos desafios de um partido de esquerda que se coloca em um campo da política popular, de massa. O que se tem hoje são partidos pequenos lutando para sobrevivência", completou.

Desentendimentos internos

Durante o período de organização partidária, o deputado federal José Ricardo, utilizou suas redes sociais para se posicionar acerca dos direcionamentos que o Partido dos Trabalhadores poderia estabelecer no Amazonas. Em uma das publicações, o parlamentar defende que o PT no Estado tenha um candidato próprio nas próximas eleições.

"A nível nacional o Lula está sendo lançado, aqui no AM também queremos candidato que implante projetos de geração de emprego, moradia, combate à fome, de luz, gás e gasolina mais baratos. Vamos reconstruir o AM", escreveu em uma publicação no twitter.

O deputado estadual Sinésio Campos afirmou que aguarda as decisões finais que ocorrem com a direção nacional do partido, em concordância com os grupos estaduais.

DIVULGAÇÃO

O partido ainda possui baixos índices de representação no AM

"Estou aguardando os desfechos de decisão da direção nacional, para que eu possa dialogar. O PT tem quadros para todos os níveis, como governo, senado, deputados, tem tudo isso preparado", afirmou.

Sobre possíveis nomes lançados pela sigla e estratégias para "estabelecer uma frente" partidária maior no Amazonas, o presidente afirma que todas as decisões serão divulgadas após o alinhamento com a organização nacional do partido.

"Quanto à decisão maior, não adianta estar fazendo considerações hipotéticas de algo que pode não acontecer. Vejo pelos outros partidos, que estão muito serenos quanto a isso (decisão de possíveis candidatos) e com o PT não é diferente", disse.

Ministro da Educação pede demissão em meio a escândalo

DIVULGAÇÃO

Alvo de inquérito da PF e do STF, Ribeiro teria favorecido pastores na distribuição de verbas ao MEC

Inicialmente, a expectativa era de que Ribeiro apenas se licenciasse do MEC enquanto durassem as investigações sobre o caso

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, será exonerado do cargo em razão do escândalo do "gabinete paralelo" no MEC comandado por dois pastores evangélicos sem cargo oficial no governo.

A decisão foi tomada em reunião entre o ministro e Jair Bolsonaro na tarde desta segunda-feira (28), no Palácio do Planalto, quando Ribeiro entregou uma carta de demissão ao presidente.

Inicialmente, a expectativa era de que Ribeiro apenas se licenciasse do MEC enquanto durassem as investigações sobre o caso. Questões jurídicas, no entanto, impediram a licença.

Atual número 2 do ministério, o secretário-executivo, Victor Godoy Veiga, deve assumir o comando da pasta. Ele é servidor público efetivo oriundo dos quadros da Controladoria-Geral da União (CGU).

A troca no comando do MEC deve ser efetivada até o final desta semana, quando outros ministros do governo que disputarão as eleições terão de deixar seus cargos, conforme exige a legislação eleitora

Entenda o caso

Milton Ribeiro deixará o cargo após o jornal O Estado de S. Paulo revelar a existência de um "gabinete paralelo" no MEC tocado por dois pastores evangélicos sem cargo oficial na pasta.

Segundo a reportagem, os pastores Arilton Moura e Gilmar Santos teriam cobrado vantagens ilícitas de prefeitos para facilitar a liberação de verbas no âmbito do FNDE, fundo ligado ao MEC.

Em um áudio atribuído ao ministro revelado pela Folha de S. Paulo, Ribeiro afirmou que a intermediação por meio dos pastores atendia a um pedido de Bolsonaro. O fato foi negado pelo ministro posteriormente, em nota.

Após a revelação, a ministra do STF Cármen Lúcia autorizou abertura de inquérito para investigar o ministro da Educação no caso. A decisão atendeu pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Paralelo a isso, a Polícia Federal abriu outro inquérito, mas sem incluir Ribeiro no rol de investigados. Segundo a corporação, a investigação atinge apenas pessoas sem foro privilegiado.

ALEAM

Lei de Roberto Cidade valoriza legado indígena

Sancionada no ano passado, a Lei nº 5492/2021, que cria o Dia Internacional da Mulher Indígena, vai muito além do que a instituição de uma data no calendário oficial do Estado. Para o deputado Roberto Cidade, presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam), autor da proposta, é uma oportunidade de valorizar o legado ancestral dos povos indígenas.

"É uma data para nos lembrar que o racismo contra os indígenas tem impedido que aprendamos e compreendamos esse legado de sabedoria. São saberes e tradições que não podem ser esquecidos", destacou.

Segundo o parlamentar, a proposta segue a data instituída mundialmente em 1983 – o Dia Internacional da Mulher Indígena, celebrado em 5 de setembro, para guardar na memória coletiva uma situação de enfrentamento e luta pela sobrevivência, vivida pela índia Aimará Bartolina Sisa, que, juntamente com seu marido, Túpac Katari, da mesma etnia, comandou uma rebelião contra os conquistadores e dominadores espanhóis, no Alto Peru, região atual da Bolívia, no século XVIII.

Cidade lembra também que no Brasil e nos países do Cone Sul, as mulheres indígenas desempenharam, historicamente, um papel fundamental como agentes de mudança nas famílias, comunidades e na vida do povo. "Por isso, é importante que também aqui no Amazonas, a gente reconheça e valorize essa memória de resistência das mulheres indígenas", continuou.

Roberto Cidade acrescentou que o projeto faz parte de uma série de iniciativas de sua autoria, algumas que viraram leis estaduais, em defesa das mulheres.

Nelson Azevedo

Nelson é economista, empresário e presidente do Sindicato da Indústria Metalúrgica, Metalomecânica e de Materiais Elétricos de Manaus e vice-presidente da FIEAM, Federação das Indústrias do Estado do Amazonas.

Amazônia e o PPB do crime organizado

Começamos esta reflexão com uma indagação crucial: é possível proteger um bem natural sem atribuir-lhe uma finalidade econômica? Mesmo que seja qualquer atividade econômica. Resposta é não? Essa atividade precisa, claramente, ser precedida de instrumentos científicos, legais e ambientais que definam fragilidades e potencialidades para sua liberação e funcionamento. Fora desse contexto, adentramos o ambiente da criminalidade e destruição. E é exatamente isto que os órgãos de segurança e justiça nos tem apresentado. Segundo o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, as organizações criminosas estão gerenciando seus negócios do tráfico investindo recursos em atividades ilegais como desmatamento e contrabando de madeiras e exploração mineral em terras indígenas e unidades de conservação. Como são medidas toleradas pelo poder público, são também mecanismos de lavagem de recursos sujos de sangue.

Desenvolvimento e proteção florestal

Entretanto, há outras formas de assegurar a proteção da Amazônia associadas à proteção socioambiental e fomento à atividade bioeconômica que mantenham a floresta em pé. Referimo-nos ao adensamento, diversificação e interiorização do Polo Industrial de Manaus, o maior e melhor acerto de política fiscal voltada à redução das desigualdades absurdas entre o Norte e o Sul do Brasil. Sim, este é o caminho mais seguro, legal e legítimo de empinar a economia que – se o Brasil reduzir o confisco de 75% da riqueza aqui construída e não investida – em pouco tempo vai propiciar a conjugação do verbo prosperar na primeira do plural.

Militares de ontem e de hoje

A implantação da Zona Franca de Manaus – talvez os militares de hoje não conheçam – foi decidida em reunião histórica da Escola Superior de Guerra, na cidade do Rio de Janeiro, em 1966, segundo relato de Paulo Roberto Haddad, ministro da Fazenda e Planejamento do governo Itamar Franco, 1993-94. O propósito era integrar para não entregar a Amazônia à cobiça internacional. Hoje, a preocupação permanece com mudança dos interessados. Na ocasião, havia um movimento organizado para internacionalizar a Amazônia, um nome pomposo para saquear suas riquezas. Hoje, a ameaça já em avançado estágio de atuação se chama crime organizado.

CODAM e SUFRAMA

A viabilidade econômica da Zona Franca de Manaus está comprovada e aplaudida por inúmeras organizações de credibilidade mundial, como a Organização Mundial do Comércio, união europeia, diversos veículos tradicionais de comunicação e a opinião pública mundial, que reconhece na Amazônia, mais precisamente no Estado do Amazonas, uma jornada de desenvolvimento onde a economia anda passo-a-passo com a ecologia florestal. São mais de quinhentas indústrias que deram seu voto de confiança a este programa e, a despeito dos entraves e perseguições, a cada reunião do Conselho de Desenvolvimento do Amazonas CODAM, e da Superintendência da Zona Franca de Manaus, SUFRAMA, essa confiança se renova e se diversifica na geração de emprego e oportunidades que, em nosso Estado, o Amazonas, é sinônimo de proteção florestal.

Expansão proibida

De acordo com as estatísticas do extinto Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, endossadas pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, o Brasil possui 519.624 Indústrias. O estado do Amazonas é o 22º do ranking, somadas todos os empreendimentos, com 3.302 (0,64%) à frente apenas de SE, TO, AC, AP, RR. Apesar de ser o 4º em nível escolaridade (RR, SP, BA, AM), e ter um faturamento industrial superior ao orçamento de todos os estados da região Norte. Por que tantos embaraços para diversificaçã e adensamento do Polo Industrial d Manaus. Se dobramos empresas d setor industrial, seríamos pouco mai de 1% dos estabelecimentos indus triais do Brasil.

Fora da Lei

Isso se deve às amarras de uma con figuração burocrática, ilegal e danos denominada PPB, processo produtiv básico, um emaranhado de exigência fora da Lei, elaborado precisament para embaraçar a expansão de novo empreendimentos, de empregos, opor tunidades e, especialmente, a proteçã florestal que permitem ao Amazona fornecer gratuitamente preciosos ser viços ambientais ao Brasil e ao clim do planeta, com os "rios voadores", qu abastecem os reservatórios do Sudes te e hidratam os empreendedores d agronegócio. Por que não criar o PP do crime organizado do desmatamen to, contrabando de madeira e outro recursos naturais e exploração ilega em áreas protegidas? Eis a questão...

Economia

redacao@emtempo.com.br | Gláucia Chair

Feirão Limpa Nome já promoveu 59 mil acordos no Amazonas

A campanha, que encerra nesta quinta-feira, é uma oportunidade para negociar os débitos com até 99% de desconto

Da redação

PATRÍCIA LIMA

A Campanha foi motivada pelo alto número de pessoas que deixaram de pagar dívidas no país

Encerra nesta quinta-feira, 31, o Feirão Limpa Nome da Serasa, oportunidade para negociar os débitos com até 99% de desconto. A ação, que iniciou no dia 07 deste mês, já promoveu mais de 2,5 milhões de acordos, em todo o país, com descontos que chegam a um valor total de mais de R$ 4,5 bilhões. Na região Norte, foram fechados mais de 191 mil acordos, sendo 59 mil negociações no Amazonas. Até o momento, o Pará lidera o ranking de acordos fechados no Norte, com mais de 78 mil.

O Amazonas vem em seguida, com cerca de 59 mil negociações realizadas, Rondônia com 16 mil, Tocantins com 11 mil, Amapá com 10 mil, Roraima com 9 mil e Acre com 8 mil.

No comparativo entre as regiões, o Sudeste alcançou volume total de 1,296 milhão de acordos realizados. O Nordeste ocupa a segunda posição, até o momento, com 486 mil negociações fechadas. O Sul já atingiu mais de 296 mil, o Centro-Oeste mais de 219 mil e o Norte 191 mil.

O valor médio da dívida por inadimplente, no Norte, é de R$ 3.398,16 – 15,52% menor do que a média nacional, de acordo com o Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas no Brasil elaborado pela Serasa e apresentado no início da campanha Feirão Limpa Nome.

O Pará aparecia com o maior valor médio de dívida da região (R$ 1.062,00), seguido por Amazonas (R$ 953,00). O segmento com maior índice de endividamento é o de utilities (contas básicas como água, luz e gás), com 33,2% do total da região.

Antes de ter o CPF inscrito nas entidades de proteção de crédito, geralmente o consumidor recebe um alerta da loja ou banco onde é devedor, avisando que o nome será incluído no cadastro de inadimplentes caso o débito não seja quitado.

O coordenador da Serasa, Thiago Ramos, explica que a campanha Feirão Feirão Limpa Nome foi lançada de forma emergencial, em março, motivada pelo alto número de inadimplentes no país, que chegou a 64,82 milhões, número próximo ao atingido no pico da pandemia de Covid-19, em abril de 2020.

O valor total das dívidas atingiu R$ 260,7 bilhões – R$ 2 bilhões a mais do que em abril de 2020, quando ocorreu o auge do lockdown.

"Só na região Norte mais de 5,54 milhões de pessoas encontravam-se nessa situação, com débitos que alcançavam, no início da campanha, R$ 18,8 bilhões, atingindo 42,09% da população adulta", afirmou.

Ano desafiador

Segundo a gerente do Serasa Limpa Nome, Aline Maciel, o início de 2022 se mostrou muito mais desafiador do que o esperado. "Por este motivo, anunciamos a edição emergencial do Feirão Serasa Limpa Nome, que tradicionalmente ocorre no final do ano, como oportunidade para ajudar a minimizar o crescimento dos números de dívidas e de endividados", ressaltou.

Durante a campanha, as dívidas podem ser negociadas com mais de 100 organizações parceiras da Serasa, entre bancos, empresas de telefonia, varejo, universidades e outros segmentos.

Como negociar

As negociações são realizadas muito rapidamente e de forma gratuita pelos canais digitais da Serasa – pelo site www.feiraolimpanome.com.br; App Serasa no Google Play e App Store; por ligação 0800 591 1222 ou pelo WhatsApp 11 99575-2096. além de agências dos Correios de todo o país, que oferecem as mesmas condições de descontos especiais, mediante o pagamento de uma taxa de R$ 3,60. Alguns débitos são quitados por até R$ 100 ou R$ 50.

FIEAM

FIEAM lança 28ª edição do Prêmio Qualidade Amazonas

A Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM) por meio do Programa Qualidade Amazonas lança na quinta-feira, às 10 horas, o Prêmio Qualidade Amazonas – PQA 2022. A abertura da 28ª edição terá participação especial da organização vencedora do Troféu Diamante em 2021, a Estação Naval do Rio Negro. Na ocasião o capitão de Fragata, Luiz Heleno Machado Maia, vai falar sobre a aplicação do Modelo de Excelência em Gestão. O evento será presencial no auditório Auton Furtado Júnior, 1º andar, com transmissão, também, pelos canais YouTube e Facebook do Programa Qualidade Amazonas.

A coordenadora do programa no Amazonas, Erlen Montefusco, anuncia a Feira da Qualidade como uma das novidades do PQA 2022. Poderão participar da feira as organizações inscritas na mostra. "Este ano daremos um upgrade na mostra com o lançamento da "Feira da Qualidade", a ser realizada na 23ª Mostra de Gestão e Melhorias para a Qualidade nos dias 10 a 14 de outubro no SESI Clube do Trabalhador", disse a coordenadora.

DIVULGAÇÃO

Abertura terá participação da Estação Naval do Rio Negro

O PQA possui duas modalidades para o reconhecimento das organizações: Gestão, para distinguir os esforços das organizações na busca da excelência na gestão por meio de critérios de excelência nacionais para organizações privadas e públicas; e Processo, para destacar os esforços dos grupos de trabalho da organização na busca da qualidade, produtividade, competitividade, com o uso de métodos e ferramentas da qualidade.

As organizações terão até o dia 24 de abril para viabilizar as inscrições. Os participantes receberão treinamentos nos dias 25 e 26 de abril, e poderão realizar a entrega de relatórios até 10 de junho.

A divulgação dos resultados da primeira fase está prevista para o dia 11 de julho. A etapa de visitas às classificadas vai ocorrer de 18 de julho a 20 de setembro. O resultado da segunda fase será divulgado em 26 de setembro.

Para mais informações entrar em contato pelos números (92) 3622-6104 ou 3186-6642, WhatsApp (92) 98212-0016 ou e-mails pqa@fieam.org.br e pqa.fieam@gmail.com.

Após desgaste com Bolsonaro, presidente da Petrobras é demitido

A demissão do militar ocorre após uma série de desgastes com o presidente Jair Bolsonaro (PL) em razão do mega-aumento dos preços nos combustíveis promovido pela empresa

LINDEMBERG CAVALCANTE/SSP-AM

A demissão do presidente Joaquim Silva e Luna ocorre após uma série de desgates com Bolsonaro

O presidente da Petrobras, general Joaquim Silva e Luna, recebeu, nesta segunda-feira (28) a comunicação de que deixará o comando da estatal e que será substituído por Adriano Pires. As informações são da Folha de São Paulo.

A informação tinha sido confirmada por aliados do militar e auxiliares do Palácio do Planalto e do Ministério de Minas e Energia. No início da noite, o Palácio do Planalto confirmou a troca e anunciou a composição do novo conselho.

A demissão do militar ocorre após uma série de desgastes com o presidente Jair Bolsonaro (PL) em razão do mega-aumento dos preços nos combustíveis promovido pela empresa.

Para ocupar seu lugar foi indicado o nome de Adriano Pires, atual diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

O nome dele, porém, não foi bem-aceito em alas do governo, especialmente entre os militares de alta patente ligados ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que trabalharam para segurar Silva e Luna no cargo.

Na prática, as mudanças no comando da Petrobras só devem ocorrer dentro de duas semanas, após a Assembleia Geral de Acionistas, quando o governo trocará seus representantes do conselho de administração, grupo responsável por definir o plano estratégico da companhia.

A assembleia está prevista para o próximo dia 13 e Silva e Luna precisa ser excluído do conselho pela assembleia para abrir caminho para a aprovação de Pires como novo presidente.

Segundo o comunicado do governo, o presidente do Flamengo, Rodolfo Landim, outro nome forte para comandar a estatal, ocupará uma cadeira no conselho junto com Adriano Pires. Landim foi indicado para presidente do conselho.

Após a posse dos novos conselheiros, Pires deverá ser conduzido à diretoria-executiva, assumindo o comando da empresa.

Os demais integrantes do conselho indicados pelo governo são: Sonia Villalobos, Luiz Henrique Caroli, Ruy Schneider, Marcio Weber, Eduardo Karrer e Carlos Eduardo Lessa Brandão.

As ações da estatal, que já vinham em queda nesta segunda diante do recuo de 10% do preço do petróleo, foram afetadas pela notícia de troca de comando.

Às 16h45, a notícia sobre a mudança no comando da estatal resultou em um imediato mergulho de 1,6% no preço das ações preferenciais da empresa. Isso poderia ter levado a companhia a uma queda de 3,7% no dia. A recuperação, porém, foi rápida e proporcional ao tombo. Os papéis encerraram o dia com recuo de 2,17%.

Luna vinha sofrendo pressão para revisar a alta nos preços após variações na cotação do barril do petróleo. O general foi pressionado publicamente pelo próprio Bolsonaro e pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Mais crescimento no interior com Obras de mobilidade

É O GOVERNO DO AMAZONAS CUIDANDO DE TODOS.

O Governo do Amazonas tem investido em diversas áreas levando mais desenvolvimento e qualidade de vida para quem vive no interior do Amazonas.

Mais de **100 obras** de **mobilidade** no interior do estado

A construção de novas estradas e a revitalização de ramais estão fortalecendo a economia.

UTIs e usinas de oxigênio

E pela primeira vez na história, a rede de saúde estadual recebe UTIs, leitos de média complexidade e usinas de oxigênio fora da capital.

AMAZONAS GOVERNO DO ESTADO

O trabalho fala **pela gente.**

Dia a dia

redacao@emtempo.com.br | Leonardo Sena

AM vai vacinar quase 2 mi contra sarampo e influenza

Meta é imunizar 1.375.666 pessoas contra influenza e 441.408 contra sarampo de grupos prioritários no AM

RODRIGO SANTOS/SES-AM-RCP

No Amazonas, a expectativa é vacinar 1.817.074 pessoas de grupos prioritários, sendo 1.375.666 contra influenza e 441.408 contra sarampo

A partir de 4 de abril, no Amazonas, a expectativa é vacinar 1.817.074 pessoas de grupos prioritários, sendo 1.375.666 contra influenza e 441.408 contra sarampo. A estratégia objetiva da campanha de vacinação é ampliar a cobertura contra o sarampo e reduzir as complicações decorrentes de infecções pelo vírus da influenza.

A população pode buscar a imunização no posto de vacinação mais próximo a partir de 4 de abril. Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS) e Ministério da Saúde, a meta de cobertura vacinal do sarampo é de, no mínimo, 95% e 90% para influenza.

A Secretaria de Estado da Saúde (SES-AM), por meio da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas – Dra. Rosemary Costa Pinto (FVS-RCP) e as secretarias municipais de saúde, tem como estratégia realizar o "Dia D" de mobilização social no dia 30 de abril, com encerramento da campanha previsto para 3 de junho.

"A vacinação da influenza é importante para evitar a disseminação de outros vírus, além do que causa a Covid-19, sobretudo nesse período que ainda é sazonal para doenças respiratórias. A vacinação contra o sarampo, que ocorrerá de forma simultânea, é a única forma de erradicarmos essa doença do Amazonas e contamos com a adesão da população", afirma o secretário de Estado de Saúde (SES-AM), Anoar Samad.

Em 2021, foram notificados e descartados 36 casos do sarampo. Também no ano passado, a cobertura vacinal da primeira dose foi de 69,45%, e da segunda dose, de 42,05%.

"A vacinação é uma forma de prevenir complicações de doenças e óbitos, para reduzir sintomas, principalmente, nos grupos prioritários. Por isso, é preciso que busquemos atingir a meta da campanha é vacinar 90% do grupo elegível", conclui Lílian Furtado, enfermeira do DVE/FVS-RCP

Grupos priotários

Na campanha contra a influenza, serão vacinadas crianças de 6 meses a menores de 5 anos de idade, gestantes, puérperas, povos indígenas, trabalhadores da saúde, idosos com 60 anos e mais, professores das escolas públicas e privadas, pessoas portadoras de doenças crônicas não transmissíveis, pessoas com deficiência permanente, profissionais de segurança e salvamento e das Forças Armadas, caminhoneiros, trabalhadores de transporte coletivo rodoviário, trabalhadores portuários, funcionários do sistema prisional, adolescentes e outras condições clínicas especiais.

A vacinação contra o sarampo tem os seguintes públicos prioritários: crianças de 6 meses a menores de 5 anos de idade e trabalhadores da saúde. Para os trabalhadores da saúde, considerando o risco de adoecimento e maior exposição nos serviços de saúde, será atualizada a situação vacinal contra o sarampo, e, portanto, não haverá meta de cobertura vacinal.

ALERTA

Tempo chuvoso no AM traz risco de propagação de doenças

Suyanne Lima

REPRODUÇÃO

Um infectologista informa que as pessoas devem evitar entrar em contato com água de enchente

O Amazonas está passando por um período que tem registrado chuvas em quase todos os dias. Elas podem causar vários transtornos à população, entre eles, em relação à saúde. O período é propício para surgimento de bactérias, vírus e fungos que trazem algumas doenças.

O infectologista Nelson Barbosa da Silva alerta para evitar a contaminação por contato com água de enchente.

"Nos períodos chuvosos nós devemos nos preocupar principalmente com a dengue, malária e leptospirose. Essas são as mais graves, mas nós devemos pensar que quando ocorre a chuva há outras doenças de veiculação hídrica", afirmou o infectologista Nelson Barbosa.

O especialista destacou que o mais importante para evitar doenças é não manter contato com águas contaminadas e realizar a limpeza de locais que tenham sido atingidos pelas águas. Nelson Barbosa ressaltou, ainda, que após entrar em contato com águas contaminadas, as pessoas devem ter em mente que entre 72 horas a 96 horas do contato, se apresentar febre, indisposição, lesões na pele e principalmente a febre e calafrio devem procurar qualquer unidade de saúde e referir ao profissional que teve o contato com águas contaminadas.

Dengue, leptospirose, febre tifoide, micoses e viroses são as principais doenças causas pelas águas de enchentes.

ATUALIZAÇÃO

Corpo de fugitivo é achado em Urucará

Luana Lima

Aldemir Pantoja Serrão, de 57 anos, um dos caçadores desaparecidos em uma área de mata do município de Urucará, foi encontrado na manhã deste domingo (27). O homem estava desaparecido desde o dia 6 de fevereiro deste ano, quando sumiu com outros dois caçadores. O corpo foi encontrado pelo seu irmão, que continuou procurando na região mesmo após as equipes de resgate encerrarem as buscas.

Os outros dois caçadores desaparecidos agora estão na condição de foragidos, visto que diante dos aspectos no local, próximo onde o corpo de Aldemir foi encontrado, havia rastros de acampamentos recentemente montados. Devido aos fatos, a polícia acredita que seja uma característica de fuga.

Ainda conforme um relatório recebido pela polícia, um dos dois homens que estão foragidos possui sete passagens pelos crimes de roubo, estupro de vulnerável, furto e roubo majorado, pelos municípios de Tefé e Parintins. Além disso, o autor dos crimes possui dois mandados de prisão e um mandado de recaptura.

Após o trabalho de resgate, o corpo da vítima foi conduzido para o município de Urucará para passar pelos procedimentos de necropsia para identificar as causas da morte, e posteriormente ser entregue.

Prefeitura entrega ração para avicultores e piscicultores

DHYEIZO LEMOS / SEMCOM

Os insumos serão distribuídos para cerca de 100 produtores cadastrados pela Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Centro e Comércio Informal (Semacc)

As medidas do Plano de Governo do prefeito David miram impulsionar o setor primário da economia municipal

Cerca de 52 toneladas de ração para avicultores e piscicultores, dos ramais do Pau-Rosa e Cooperativa, foram entregues nesta segunda-feira (28) pelo prefeito de Manaus, David Almeida. O chefe do executivo municipal estava acompanhado do governador do Amazonas, Wilson Lima, na ação que é o primeiro ato do programa "Manaus + Agro".

Além disso, gestões municipal e estadual firmaram um Termo de Cooperação Técnica para a realização de cursos técnicos e serviços de assistência técnica e extensão rural aos produtores rurais do município.

"Esse ato tem um simbolismo muito grande porque estive nessa comunidade antes de ser candidato, como candidato, após ser eleito e já como prefeito. Isso aqui é Manaus, mas muitos moradores da nossa cidade não conhecem. Essa é a Manaus dos ramais, dos trabalhadores rurais, da agricultura familiar. Vamos mudar a realidade da produção rural da nossa cidade. Estamos reformando, em parceria com o governo do Estado, 35 feiras e mercados de Manaus. Estamos reforçando a produção rural para levar esses produtos para os espaços modernizados e confortáveis. Assim, vamos impulsionar o agronegócio da região", enfatizou Almeida.

Para o governador Wilson Lima, o incentivo municipal irá ao encontro com as necessidades da população, que busca diminuir os prejuízos causados pela pandemia da Covid-19.

"Com a pandemia, estamos tendo outras pandemias, como a fome. Nada nesse momento é mais importante do que colocar comida nos pratos das pessoas que tanto precisam. Com a parceria com a Prefeitura de Manaus, estamos ficando mais forte e vamos conseguir resgatar a dignidade desse povo, que passou tanto tempo esquecido", afirmou Lima.

Os insumos serão distribuídos para cerca de 100 produtores cadastrados pela Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Centro e Comércio Informal (Semacc).

Qualificação

Durante a ação, foi assinado um termo de Cooperação Técnica entre a Semacc e a Secretaria Estadual de Produção Rural (Sepror), que irá qualificar os produtores rurais através de cursos e garantir assistência durante o manejo e produção dos animais.

"Nós estamos trabalhando e mostrando o fruto da confiança depositada pela população de Manaus. Nas maiores crises mundiais, tudo para, menos o setor primário. Manaus precisa produzir muito mais e os gestores irão providenciar o que for necessário", salientou o titular da Semacc, Renato Júnior.

O governador também anunciou a pavimentação dos ramais do Pau-Rosa e da Cooperativa, em atendimento a demandas da Prefeitura de Manaus. A infraestrutura irá facilitar a escoação dos produtos para a capital.

NOVIDADE

Terminal 1 com novos assentos

Novas cadeiras do tipo longarina foram instaladas no Terminal de Integração 1 (T1), localizado na avenida Constantino Nery, Centro. A Prefeitura de Manaus pretende oferecer conforto e comodidade aos usuários do sistema de transporte coletivo. Lixeiras também foram substituídas por novas, assegurando a higiene do local.

"A prefeitura está pensando na comodidade dos passageiros, enquanto eles esperam pela linha de ônibus", destacou Leida Sicsu, chefe de divisão do Divisão de Engenharia de Transportes do Instituto Municipal de Mobilidade Urbana (IMMU).

Com a troca de assentos e lixeiras, a prefeitura dá continuidade às revitalizações dos terminais de integração da cidade. Reparos em telhados, iluminação, parte elétrica e estrutural já estão inseridas no cronograma para efetivação de consertos e restauros.

No local, os passageiros têm acesso às linhas de todas as regiões da cidade.

DIVULGAÇÃO/IMMU

Passageiros terão comodidade

ORDEM JUDICIAL

TRT decide por indenização, mas concessionária deve recorrer

Gabriela Brasil

Em 2018, o eletricista Joseney Oliveira Vasconcelos, de 50 anos, morreu durante um serviço de trabalho. Com a perda, a família procurou uma indenização, concedida em um valor próximo a R$ 1 milhão pelo Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (Amazonas e Roraima). Porém, a morte prematura do eletricista, sem instrumento de segurança ou suporte oferecido pela concessionária Amazonas Energia, ainda abala duramente a filha e a viúva do eletricista falecido.

O trabalhador da Amazonas Energia era constantemente chamado para realizar as manutenções do sistema de energia em todo o interior, quando foi designado para executar a extensão de rede de média tensão no alto de um poste, na rua Francisco Augusto Belém, Bairro Santa Clara, no município de Parintins, a 372 quilômetros de Manaus, no dia 6 de junho de 2018.

No serviço, sofreu choque elétrico e caiu de uma altura de 11 metros. Joseney trabalhou na concessionária Amazonas Energia desde 1990 e morreu no local do acidente.

Às vésperas do Festival Folclórico de Parintins, o que era para ser um período de alegria e festividade foi marcado por sentimento de perda e dor.

Vítima fazia serviços antes de Festival de Parintins

Conforme o advogado Daniel Félix, o eletricista Joseney Oliveira era submetido a muita pressão para terminar o serviço antes do festival.

"Na queda, bateu a cabeça no chão, sofrendo um traumatismo craniano, com hemorragia cerebral, e teve morte instantânea", conta o advogado da viúva do eletricista.

Indenização

A morte de Joseney abalou drasticamente a família, que buscou indenização por danos materiais e morais no Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

Após as investigações e a coleta de provas e dados, foi comprovado que a empresa Amazonas Energia falhou em fornecer proteção, segurança e fiscalização do trabalho durante o tempo de trabalho.

"Falhou, sobretudo, em fornecer o Sistema de Proteção Contra Quedas (SPQC), previsto na Norma Reguladora nº 35. Se a empresa tivesse cuidado de fornecer apenas este equipamento, a fatalidade JAMAIS teria ocorrido", explica o advogado.

Após um ano do início do processo, a juíza do trabalho da 16ª Vara do Trabalho de Manaus, Sandra Mara Freitas Alves, determinou que a empresa Amazonas Energia pagasse cerca de R$ 986.622,96 à viúva e à filha do eletricista falecido por não fornecer o treinamento e os equipamento adequados de proteção.

Assim, a juíza descartou o argumento da Amazonas Energia de que a culpa do acidente era exclusiva da vítima. Mesmo assim, a concessionária vai recorrer em segunda instância do TRT-11, segundo a decisão dos desembargadores.

Conforme o advogado Daniel Félix, até hoje a família ainda não se recuperou da morte de Joseney Oliveira. "Ela não aceita uma morte tão prematura e lamenta que a Amazonas Energia, ao invés de se submeter à decisão, esteja interpondo recursos judiciais meramente protelatórios para o TST", afirma o delegado.

A concessionária de energia foi procurada pela reportagem, mas não obteve retorno até o fechamento desta matéria.

País e Mundo

redacao@emtempo.com.br | Gláucia Chair

Lockdown na China pode atingir mercado global

A partir de segunda-feira, cerca de 11 milhões de residentes na metade leste de Xangai serão proibidos de sair por quatro dias quando os testes em massa começarem

Muitos países ao redor do mundo decidiram viver com o coronavírus, mas a China continua a implantar bloqueios enquanto tenta eliminar a transmissão de Covid-19 dentro de suas fronteiras.

A partir de segunda-feira, cerca de 11 milhões de residentes na metade leste de Xangai serão proibidos de sair por quatro dias quando os testes em massa começarem. O bloqueio escalonado passará para a outra metade da cidade, que tem cerca de 14 milhões de habitantes, a partir de sexta-feira.

O anúncio fez com que os preços globais do petróleo caíssem drasticamente, já que os traders apostavam que as restrições reduziriam a demanda de um grande consumidor. A China importa cerca de 11 milhões de barris de petróleo por dia.

O bloqueio em Xangai é um grande problema não apenas por causa da escala da cidade, mas também por causa de seus profundos vínculos financeiros e econômicos. Xangai responde por cerca de 4% da produção econômica da China, de acordo com Larry Hu, da Macquarie Capital. Mas por ser um "principal centro da economia chinesa.

DIVULGAÇÃO

Paralisia da economia na China causa preocupação no resto do mundo

Confinamento

Até a próxima sexta (1º), o confinamento vigora para todos os habitantes da parte leste da cidade. Entre 1º e 5 de abril, serão os moradores da parte oeste que ficarão em confinamento. A divisão é para que toda a população seja testada. As medidas restritivas no maior centro financeiro do país devem atingir cerca de 26 milhões de pessoas. Também é o maior confinamento em território chinês em dois anos. Nestes períodos, em cada uma das áreas, os transportes públicos ficarão suspensos, inclusive com bloqueios em pontes e túneis. Empresas e fábricas também terão suas atividades paralisadas, ou funcionarão em regime remoto. Wu Fan, membro da equipe de especialistas em Covid de Xangai, disse que, recentemente, os testes em massa encontraram infecções de "grande escala". Somente no último domingo (27), as autoridades registraram 3,5 mil casos na cidade, o que corresponde a cerca de 70% do total no país. A maioria, no entanto, é de "assintomáticos".

Nesse sentido, Fan defendeu medidas "decisivas e resolutas" para "reduzir ainda mais os contatos sociais, detectar e encontrar rapidamente pessoas infectadas e eliminar completamente a transmissão oculta do vírus".

Pódio

redacao@emtempo.com.br | Bruna Oliveira

Seleção Brasileira enfrenta a Bolívia

LUCAS FIGUEIREDO/CBF

A Seleção Brasileira tem 41 pontos na competição

Brasil e Bolívia se enfrentam nesta terça-feira (29), às 20h30 (Brasília), em La Paz

CBF

Nesta segunda-feira (28), a Seleção Brasileira fez sua última atividade no Centro de Treinamento antes da partida de terça-feira (29) diante dos bolivianos.

No trabalho desta manhã, o técnico Tite comandou exercícios de posse de bola em campo reduzido, e também movimentações ofensivas com as equipes separadas. O grupo foi dividido entre o time sem colete e o de colete amarelo.

O primeiro tinha Alisson, Dani Alves, Marquinhos, Eder Militão e Alex Telles; Fabinho, Bruno Guimarães e Lucas Paquetá; Antony, Richarlison e Lucas Paquetá.

Já do outro lado estavam Everson, Danilo, Thiago Silva, Felipe e Guilherme Arana; Casemiro, Fred e Arthur; Rodrygo, Erick Marcus (do sub-20 do Vasco) e Gabriel Martinelli.

Antes do término da atividade, os jogadores ainda treinaram bolas paradas ofensivas e também cobranças de pênalti. Na sequência, junto de alguns membros da comissão técnica, eles tiraram fotos com os funcionários da Granja Comary responsáveis pelos cuidados dos gramados do CT.

Brasil e Bolívia se enfrentam nesta terça-feira (29), às 19h30 (20h30 de Brasília), em La Paz.

Com 41 pontos, a Seleção Brasileira pode bater o recorde de pontuação das Eliminatórias Sul-Americanas caso vença os bolivianos.

A marca pertence à Argentina, que chegou a 43 pontos na classificatória para o Mundial de 2002.

Mudanças

O goleiro Santos, do Athletico, foi chamado neste domingo (27) para a Seleção Brasileira. O jogador substituirá o companheiro de posição, Weverton, desconvocado após sofrer um trauma na mão esquerda no treinamento desta tarde.

Weverton deixou o campo durante a atividade e foi encaminhado na sequência para realizar exames de imagem.

Após a avaliação do médico da Seleção Brasileira, Rodrigo Lasmar, decidiu-se pela desconvocação do jogador,

3ª FASE

Jogos da da Copa do Brasil são definidos em sorteio

Foram definidos os confrontos da Terceira Fase da Copa Intelbras do Brasil 2022. Nesta segunda-feira (28), um sorteio decidiu os duelos da próxima etapa da competição mais democrática do país.

A partir da Terceira Fase, a Copa Intelbras do Brasil conta com a entrada dos times que disputam a CONMEBOL Libertadores e os campeões da Série B (Botafogo), Copa do Nordeste (Bahia) e Copa Verde (Remo). Os mandos de campo também foram definidos em sorteio, minutos depois do primeiro certame.

Na Terceira Fase, os times disputam jogos de ida e volta para definir a classificação. Os confrontos não terão o critério do gol qualificado como desempate.

*Decidem os confrontos como mandantes no segundo jogo

*Red Bull Bragantino x Goiás
*Cuiabá x Atlético-GO
*Ceará x Tombense
*Vila Nova x Fluminense
*Azuriz x Bahia
*São Paulo x Juventude
*Corinthians x Portuguesa
*Botafogo x Ceilândia
*Brasiliense x Atlético-MG
*Vitória x Fortaleza
*Athletico-PR x Tocantinópolis
*Juazeirense x Palmeiras
*América-MG x CSA
*Cruzeiro x Remo
*Flamengo x Altos
*Santos x Coritiba

JEBS

Atletas da natação representam o SESI Clube nos JEBs

As atletas Camile Mendes, Raquel Salvaterra e Nicole Nogueira serão representantes do SESI Clube do Trabalhador do Amazonas, nas competições de natação, dos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) que iniciam hoje e vão até o dia 31 em Aracaju (SE).

O evento esportivo é organizado pela Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE), em parceria com a Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania e ocorre desde 1969, destinado a estudantes-atletas.

Há sete anos, Camile, 16, pratica natação no SESI Clube e prepara-se para esta competição com rotina intensa. "Meus treinos acontecem cinco vezes por semana, com duas horas por dia, sendo uma hora dedicada para a academia e uma hora para a natação".

Nicole, outra forte competidora, explica que na piscina capricha nos exercícios de saída, circuito no tensor, tiros e tomada de tempo. A nadadora, de 15 anos, pratica o esporte há seis anos no Clube.

A família, por sua vez, expressa todo o seu apoio às competidoras. "Estamos na torcida para que venham medalhas, não importa a colocação", disse Marysllley Nogueira, mãe de Nicole.

Já a mãe de Camile, Ítala Mendes, destaca que ver a filha em uma competição nacional é muito gratificante: traz um sentimento de orgulho e entusiasmo.

Segundo o profissional de Educação Física do SESI Amazonas, Clemilson da Mata, as competidoras farão parte de uma delegação de 24 atletas do estado do Amazonas e disputam duas provas individuais.

"A seleção das meninas foi uma ótima notícia e serve de inspiração a outros atletas que treinam conosco ", assinalou o treinador das atletas de natação.

DIVULGAÇÃO

O clube estaria interessado em vender

Plateia

DIVULGAÇÃO

O show de lançamento acontece no dia 31 de março

Saxofonista lança novo álbum musical 'Amazonas in Jazz'

Amazonas in Jazz foi contemplado no edital Prêmio Manaus Conexões Culturais 2019

Amazonas in Jazz é o mais novo CD do saxofonista amazonense, Ítalo Jimenez. São 10 faixas com músicas instrumentais e tem como proposta reunir composições inspiradas nos referenciais rítmicos encontrados no estado.

Uma atmosfera diversificada que mostra um pouco da riqueza musical encontrada no Amazonas, construída a partir de várias influências.

O show de lançamento vai acontecer no dia 31 de março (quinta), no Teatro da Instalação. Serão duas apresentações gratuitas. A primeira às 18h e a segunda às 19:30h. Amazonas in Jazz foi contemplado no edital Prêmio Manaus Conexões Culturais 2019, da Prefeitura de Manaus, Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos – MANAUSCULT.

"Estou muito feliz por esse momento. É meu 2º. Álbum solo e sei que os amigos que acompanham estão na expectativa para ver e ouvir esse novo trabalho. Em função da pandemia, somente agora vamos conseguir apresentá-lo", explica Ítalo.

Amazonas in Jazz conta com a participação de vários músicos. "Tenho muitos amigos na música. Convidei para gravar os que estavam mais disponíveis. Alguns, mesmo muito atarefados, fizeram questão de participar. A maioria já vem de um longa trajetória dentro música instrumental, acreditam nesse gênero", complementa Jimenez.

Nas bases, Célio Vulcão (nos teclados), Airton Gaúcho (bateria), Túlio Sérvio (contrabaixo). Também tiveram várias participações especiais, como dos amigos guitarristas, Stanley Wagner, que mora em São Paulo, e Oliver Pellet, que reside na Suiça. De Manaus, o também guitarrista Aldenor Honorato, o percussionista Tarcísio Braga, e os saxofonistas: Jonaci, Daniel Jander, Giovane Oliveira e Ênio Prieto.

Gravado e mixado, no estúdio Amazonas Brasil, com direção musical e artística de Ítalo, e produção executiva de Michelle Moraes, o álbum Amazonas in Jazz, terá uma tiragem limitada de CD´s e,também, estará disponível nas principais plataformas de música, após o show de lançamento.

Sobre o artista

Ítalo Jimenez se interessou pela música muito cedo, destacando-se como músico instrumentista – saxofone e flauta.

Amazonense, nascido em Coari – AM em 1968, começou seus estudos musicais na extinta ETFAM, hoje IFAM, com o Prof. Ten. Joaquim Henrique e o Maestro Dirson Costa, de 1996 a 1999.

Ítalo que já contabiliza uma trajetória de mais de 20 anos na música, foi um dos pioneiros na história do Jazz em Manaus. Da década de 90 pra cá, formou e integrou diversos grupos instrumentais como: Jazzmania, com o baterista Almir Fernandes e Ronaldo Uchoa; Blues na Floresta, com Régis Gontijo; Codajazz e Brasilis com Hudson Alves, Stanley Wagner e Célio Vulcã. Além de acompanhar vários cantores de renome de Manaus, como: Cileno, Célio Cruz e Chico da Silva.

É saxofonista da Amazonas Band (corpo artístico estável mantido pelo Governo do Amazonas), desde 2000, onde teve a oportunidade de compartilhar o palco com grandes nomes como: Maestro Branco, Proveta, Vinicius Dorin, Daniel Barry, Steve Mostovoy, Rodrigo Ursaia, Bob Mintzer, David Liebmann entre outros, no projeto Amazonas Band convida.

Tocou saxofone e flauta com o grupo regional "Os Tucumanus" durante 4 anos, tendo participado do Brasilian Day em New York, em setembro de 2012.

Também é integrante da OBA – Orquestra de Beiradão do Amazonas. desde sua fundação em 2013.

Participou de vários projetos de música instrumental como: Amazonas Jazz Project, Amazon Jazz Club, 5º Circuito Amazon Jazz com o show "The Beatles In JAZZ" junto com Humberto Amorim & banda All That Jazz, e JAZZ DAY, comemoração realizada anualmente para celebrar o jazz no mundo.

Como educador, tem mais de 20 anos de experiência. É professor de sax e flauta, no Liceu de Artes e Ofício Cláudio Santoro (LAOCS).

FOLIA

Bloco Curupirado faz evento pós carnaval em Manaus

O Curupira Mãe do Mato realiza no próximo dia 2 de abril, o Bloco Curupirado "inimigos do fim" de pós carnaval, na Assinpa, na avenida da Lua, s/n – Aleixo, a partir das 17h. Nesta edição o evento conta com uma lista de acesso gratuito para pessoas trans.

O "Curupirado" é um evento que desde 2018 celebra a diversidade, a alegria e a liberdade com edições de Reveillon e Carnaval, e agora lança a primeira versão de pós-carnaval.

O line-up conta com Aurora Boreal na apresentação e atrações musicais: Antônio Bahia, Márcia Novo, Márcia Siqueira, Frederico Ramos e Júlio Persil, sets de Dj Peter, Dj Carol Amaral, Dj Vena Volu, Dj BS Rapha e Djs Fzero.

"O carnaval acabou, mas a nossa onda não. Além das atrações musicais, quem vier também vai aproveitar o touro mecânico, drag show, performance do Boi Boiola, intervenção teatral de Matheus Sabbá, bebida e comida para todos os gostos, e até a Pomba do Amor para quem quiser mandar um recado para o crush. Vai ser muito animado, esperamos todos na Assinpa", destaca a mãe Curupira, Gaby.

Os ingressos do segundo lote custam R$ 45 e podem ser adquiridos no Sympla (https://bit.ly/3JzoZVw), mais taxa do site, com opções de parcelamento e pagamento via PIX.

O evento conta ainda com uma lista de acesso gratuito para pessoas trans, o cadastro é limitado. Mais informações podem ser obtidas no instagram do Curupira Mãe do Mato (@curupiramaedomato).

O Curupira Mãe do Mato é um espaço de difusão da cultura amazonense que ativamente promove a cena musical local. No espaço, que também é um bar, acontecem festas, shows e encontros variados.

DIVULGAÇÃO

O evento conta ainda com uma lista de acesso gratuito para pessoas trans, o cadastro é limitado

Classitempo

LIGUE E ANÚNCIE: **98244 - 0888/ 99529-8130** www.emtempo.com.br

Prefeitura de Manaus

AVISO DE REVOGAÇÃO

(Processo n. 2021/4114/4231/00021 – SEMED)

A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO da **PREFEITURA DE MANAUS** torna público que o **PREGÃO ELETRÔNICO N. 296/2021 – (SEMED) CML/PM,** cujo objeto consiste no "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva nas unidades escolares das Divisões Distritais Zonais - DDZ II (oeste), DDZ IV (centro-sul), DDZ V (leste) da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, sob demanda, com fornecimento de mão de obra, peças, acessórios, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição imediata" fica **REVOGADO** conforme Ofício n. 0468/2022 – SSIL/GSS.

Maiores informações na Comissão Municipal de Licitação, telefone 0xx-92-3215 6333/ 6378, das 09 às 15h (horário de Brasília).

Manaus, 28 de março de 2022.

JOSÉ FABIANO AFFONSO SOBRINHO
Presidente da Subcomissão de Educação da
Comissão Municipal de Licitação – CML

TERRENO

VENDE – SE 01 TERRENO AS MARGENS DO RIO TARUMÃ, MURADO, COM 15MIL m²
PREÇO DE OCASIÃO.
FALAR C/ CONTATO: (92) 99244-0998 – REGINALDO VASCONCELLOS

TERRENO

VENDE – SE 01 TERRENO NO TARUMÃ, RAMAL DO BAIANO, MURADO, COM 20 HECTARES
PREÇO DE OCASIÃO.
FALAR C/ CONTATO: (92) 99244-0998 – REGINALDO VASCONCELLOS

TERRENO

VENDE – SE 01 TERRENO NO RAMAL DO ACAJATUBA, DE FRENTE PARA O RIO NEGRO, COM 20 HECTARES.
PREÇO DE OCASIÃO.
FALAR C/ CONTATO: (92) 99244-0998 – REGINALDO VASCONCELLOS

BAIRRO NOVA ESPERANÇA

Vendo Casa, com 3 Quartos, Sala, Cozinha, Lavabo e Garagem, Próximo DB e Colégio, Motivo Viagem.

Fone: 99412-2875

Valor a Combinar

VENDAS

BAIRRO LAGO AZUL: COND. TOTAL VILLE VIDA NOVA APARTAMENTO COM 44,42 M², 2 QUARTOS, ÁREA LAZER COMPLETA

VALOR R$120.000,00 Á VISTA OU R$70.000,00 MAIS

PARCELAS DE R$401,92

ALUGUEL

BAIRRO FLORES: COND. JARDIM DE FLORES APARTAMENTO COM 3 QUARTOS

VALOR R$1.800,00

FONE/WHATSAPP: (92) 98271-5724/ (92) 98509-8030

VENDO TERRENO

Janauari –Lote Med.20x4= 800 Mts Ter. Plano – Documento s Ok! A 20 Min. Da Av. Brasil/Pont e Iranduba

Valor: 11.500,00

INFORMAÇÕES: 98121-9344 LOCAL: PROX. UNIVER, DA AM -070

FUNDO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS - FMPES

CNPJ: 34.102.647/0001-46 - LEI Nº 2.826 DE 29/09/03 E DECRETO Nº 23.994 DE 29/12/03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Valores expressos em Real R$)

Cumprindo disposições legais e regulamentares, apresentamos o Relatório da Administração do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas - FMPES, relativo ao exercício de 2021.

I - O FMPES
O FMPES foi criado pelo art. 151, § 2º da Constituição Estadual e regulamentado pela Lei Estadual nº 1.939, de 1989, a qual foi revogada pela Lei nº 2.826, de 2003, e suas alterações posteriores, que institui a nova Política Estadual de Incentivos Fiscais e Extrafiscais, que foi regulamentada pelo Decreto nº 23.994, de 2003 e suas alterações.
Tem como objetivo precípuo contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Amazonas, mediante à viabilização de programas de financiamento aos setores produtivos e à disponibilidade de recursos para a aplicação em investimentos estatais nos setores de infraestrutura social, visando atender às necessidades e demandas da população de baixa renda, em consonância com o Plano Estadual de Desenvolvimento.
Os recursos do FMPES destinam-se ao financiamento das micro e pequenas empresas dos setores industrial, comercial e de serviços, aos trabalhadores autônomos e profissionais liberais, às cooperativas e associações agrícolas de produção e comercialização e aos produtores rurais, na proporção de 60% para aplicação no interior do Estado e 40% para aplicação na Capital.
A AFEAM, na condição de Gestora e em plena sintonia com os propósitos do Fundo, conta com a parceria de agentes técnicos conveniados (vide item Parceria -III – 1.2) para desenvolver ações de cunho técnico, administrativo, normativo e operacional.

II - A COVID-19
No exercício de 2021, as atividades da AFEAM continuaram afetadas pelos impactos da Pandemia causada pela COVID-19, que no Estado do Amazonas teve aumento expressivo de casos no final de 2020 ("segunda onda") e se prolongou por todo o primeiro trimestre, voltando com a paralisação total e/ou parcial de atividades comerciais e de serviços não essenciais, bem como a adoção do teletrabalho, etc. Em decorrência disso, as atividades econômicas que já estavam sendo normalizadas, voltaram a ser afetadas, com redução de faturamento, consumo, etc., cujos efeitos foram minimizados com as ações governamentais de estímulo econômico. Nesse contexto, a AFEAM estabeleceu que 70% dos empregados desenvolvessem suas atividades na modalidade home office, situação que perdurou até 29.03.2021, exceto os integrantes do grupo de risco que permaneceram executando suas atividades nesse regime até 31.05.2021. Contudo, apesar do cenário adverso, a Agência cumpriu sua missão institucional, com a continuidade do crédito e a renegociação emergencial em condições bastante flexibilizadas para dar fôlego aos novos tomadores de crédito e aos clientes mantidos em carteira (prazos estendidos para pagamentos, redução de taxas de juros, dentre outras). Somado a isso, a AFEAM ajudou a minimizar os efeitos da excepcional enchente ocorrida em 2021, que afetou 54 municípios do interior do Estado, ancorado na Lei nº 5.419, de 17.03.2021, que trata da concessão de anistia de dívidas de operações de crédito no âmbito dos programas financiados pelo Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas - FMPES, aos produtores rurais, micro e pequenos empresários e profissionais autônomos de baixa renda. Essas medidas de estimulo econômico do Estado por meio da AFEAM, atenuou os efeitos da COVID-19, como se demonstrará neste relatório.
Por fim, registra-se que após o novo isolamento social decretado no Estado, em 01.06.2021, a AFEAM retomou às atividades laborais na forma presencial, adotando todos os protocolos recomendados pelas autoridades sanitárias, porém, o atendimento ao cliente continuou sendo realizado de forma *online*.

III - PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
Dentre as ações realizadas no exercício de 2021, destacamos:
A1.1 Gestão de Produtos e Serviços: a AFEAM, visando mitigar os impactos negativos causados à economia pela COVID-19, nas atividades empreendedoras do Estado, tanto na capital quanto no interior, manteve o "Plano de Crédito Emergencial" com o objetivo de financiar o custeio operacional e administrativo, visando manter os negócios e, principalmente, os empregos diretos e indiretos. Seguindo essa esteira, também manteve o "Plano de Renegociação Emergencial" prorrogando as parcelas dos financiamentos dos clientes proporcionando disponibilidades no fluxo de caixa até o retorno regular de suas atividades. Os referidos Planos envolvem recursos das fontes de Recursos Próprios e do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas – FMPES.
1.2 Parcerias: A AFEAM contou com diversos parceiros técnicos na operacionalização dos programas de crédito:
a) SEBRAE – Parceiro Técnico que nesse período de pandemia atua na orientação aos clientes na formalização das propostas de financiamento dos setores secundários e terciários na Plataforma de crédito;
b) IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - Parceiro Técnico que atua na formalização de projetos do setor primário;
c) FPS – Fundo de Apoio de Promoção Social e Erradicação da Pobreza – Parceiro Técnico que atua na formalização de proposta de crédito solidário, beneficiando as pessoas com risco social, por meio de financiamento de pequenas atividades produtivas;
d) SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Parceiro Técnico, que atua na divulgação do Programa de Microcrédito da AFEAM, além do direcionamento dos egressos de seus respectivos cursos de capacitação às atividades empreendedoras;
e) CETAM – Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – Parceiro Técnico, que atua na divulgação e orientação dos seus alunos finalistas, na formalização de propostas de financiamentos dos setores primários, secundários e terciários;
f) SETEMP – Secretaria Executiva do Trabalho e Empreendedorismo - Parceiro técnico que atua na orientação do seu público e na formalização de propostas ao microcrédito da AFEAM;
g) SEJUSC – Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos humanos – Parceiro técnico que atua na orientação do seu público e na formalização de propostas ao microcrédito da AFEAM.
h) CIAMA – Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – Parceiro Técnico que atua na orientação e formalização de propostas de financiamentos dos setores secundário e terciário, exceto microcrédito; e
i) JUCEA – Junta Comercial do Estado do Amazonas – Parceiro Técnico que atua fornecendo, via consulta ao seu banco de dados, informações e documentos das empresas proponentes de financiamentos.
2. Desempenho Operacional: Comparativo exercício 2020 e 2021

2.1 Financiamentos concedidos

Aplicação Espacial do Recurso

Quadro 1

Área Espacial	Número Operações		Valor (R$)		% (Recurso Aplicado)		Nº Ocupações Geradas/Mantidas	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Capital	3.598	3.176	43.429.748	44.572.981	45,29	26,44	10.794	9.528
Interior	6.149	17.731	52.466.799	124.022.067	54,71	73,56	18.447	53.193
TOTAL	**9.747**	**20.907**	**95.896.547**	**168.595.048**	**100,00**	**100,00**	**29.241**	**62.721**

Fonte: GETEC/Planejamento/SCE

Aplicação por Setor Econômico

Quadro 2

Setor	Número Operações		Valor (R$)		% (Recurso Aplicado)	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Primário	766	1.699	11.770.462	27.954.015	12,27	16,58
Secundário	395	823	2.555.065	4.757.288	2,67	2,82
Terciário	8.586	18.385	81.571.020	135.883,745	85,06	80,60
TOTAL	**9.747**	**20.907**	**95.896.547**	**168.595.048**	**100,00**	**100,00**

Fonte: GETEC/Planejamento/SCE

No exercício de 2021 a AFEAM realizou 20.907 financiamentos com recursos do Fundo, no valor total de R$ 168.595,048, sendo 3.176 operações de crédito na capital, no montante de R$ 44.572.981, representando 26,44%, e 17.731 operações de crédito no interior do Estado, no montante de R$ 124.022.067, representando 73,56%, respectivamente, do total aplicado, financiamentos estes direcionados aos pequenos produtores rurais, cooperativas, associações, profissionais autônomos, profissionais liberais e aos micros e pequenos empresários.
2.2 Administração de Crédito: A AFEAM faz o acompanhamento dos projetos financiados e adota a prática de cobrança preventiva, administrativa e judicial. Também promove ações de recuperação de crédito e campanhas de regularização para trazer o cliente à adimplência. No decorrer do exercício de 2021, como resultado de todos os esforços empreendidos para retorno dos recursos aplicados:
a) Renegociações: foram renegociadas 2.539 operações, no valor total de R$ 31.868.330, representando crescimento de 10,11% em relação ao mesmo período de 2020 (R$ 28.941.458);
b) Retorno de Financiamento: Do valor inicialmente orçado no Planejamento Estratégico (R$ 95.464.000), foi recebido R$ 68.219.363, correspondendo 71,46% do total previsto. Comparativamente a 2020, R$ 53.044.614, representou um aumento de R$ 15.174.749; e
2.3 Anistia-enchente 2021: A lei n° 5.419, de 2021, a qual trata da concessão de anistia aos financiamentos contratados com recursos do FMPES, localizados nos municípios afetados pela enchente que tiverem reconhecida a calamidade pública, ou o estado de emergência, pela Defesa Civil Estadual ou Secretaria Nacional da Defesa Civil, estabeleceu o perdão total ou parcial da dívida ou a renegociação do valor remanescente financiado. Na data base de dezembro de 2021, 54 municípios tiveram reconhecida a calamidade pública, ou o estado de emergência, desse quantitativo, 33 municípios foram contemplados com anistia no montante de R$ 5.358.952.
3. Desempenho Econômico-Financeiro
3.1 Resultado:
o FMPES apresentou resultado negativo de R$ 70.056.334, com redução de 1,00% em relação ao mesmo período de 2020 (R$ 70.764.203), justificada, principalmente pelo aumento da Arrecadação, da Receitas de Operações de Crédito e pela redução de valor na rubrica de Provisão e Ajustes Patrimoniais.
3.2 Patrimônio de Líquido:
Em 31 de dezembro de 2021, o PL do FMPES corresponde a R$ 389.154.918 (R$ 286.415.009, em dezembro de 2020), com aumento de 36%, justificado principalmente pela redução de créditos baixados como prejuízo (52%); aumento da arrecadação (32, 08%) e aumento de receita de operações de crédito (19%).
4. Arrecadação do FMPES
No exercício de 2021, a arrecadação total alcançou o montante de R$ 293.142.875, representando um aumento no período de 32,08% em comparação a 2020 (R$ 221.947.242). Em relação à dotação orçamentária inicial prevista para 2020 (R$ 222.000.000), o aumento foi de 32,05% (R$ 71.142.875).
IV- AGRADECIMENTOS
Expressamos nossos agradecimentos ao Governo do Estado do Amazonas pelo apoio no sentido de qualificar a Instituição como um instrumento a serviço do desenvolvimento do Estado, sendo o agente indutor do fomento por meio de financiamento às atividades produtivas utilizando o Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas – FMPES, além de outras fontes de recursos. De igual modo, expressamos os nossos agradecimentos aos acionistas da AFEAM, às autoridades constituídas do Estado, aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e aos parceiros SEPROR, IDAM, SEBRAE/AM, SEDECTI, FPS, SENAC, CETAM, SEJUSC, SETEMP, CIAMA e JUCEA, pelo harmônico trabalho, assim como aos colaboradores da Instituição pela dedicação e comprometimento com a Agência, além da população amazonense – razão maior da existência da AFEAM.

Marcos Vinícius Cardoso de Castro
Diretor-Presidente da AFEAM e Presidente do Comitê de Administração do FMPES

BALANÇO PATRIMONIAL EM REAL (R$)

	nota	DEZEMBRO 2021	DEZEMBRO 2020
ATIVO CIRCULANTE		**266.227.136**	**197.617.257**
Disponibilidades	3.c; 5	**122.948.382**	**111.157.340**
Aplicações Financeiras	3.c; 5	**1.476.823**	**1.496.191**
FMPES Especial		1.476.823	1.496.191
Operações de Crédito	3.e; 6	**140.038.235**	**81.414.830**
Aplicação na Capital		53.494.743	57.252.055
Aplicação no Interior		95.857.435	31.089.744
(Prov. Créd. Liquidação Duvidosa)		(9.313.943)	(6.926.969)
Outros Créditos	3.f; 6	**456.155**	**-**
Diversos		456.155	-
(Prov. Créd. Liquidação Duvidosa)		-	-
Outros Valores e Bens	3.g; 7	**307.541**	**3.548.896**
Bens Não de Uso Próprio		41.599.969	46.630.785
(Prov. Para Desvalorização)		(41.292.428)	(43.081.889)
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**124.063.596**	**88.843.086**
Aplicações Financeiras	3.c; 5	12.217.357	13.828.438
FMPES Especial		12.217.357	13.828.438
Operações de Crédito	3.e; 6	**109.594.033**	**75.014.648**
Aplicação na Capital		33.585.469	34.997.820
Aplicação no Interior		79.354.219	43.362.483
(Prov. Para Desvalorização)		(3.345.655)	(3.345.655)
Outros Créditos	3.f; 6	**1.450.757**	**-**
Diversos		1.450.757	-
TOTAL ATIVO		**389.290.732**	**286.460.343**
PASSIVO CIRCULANTE		**135.813**	**45.334**
Obrigações Por Empréstimos	3.h; 8	**92.580**	**-**
Repasses		92.580	-
Outras Obrigações	3.i; 9	**43.233**	**45.334**
Obrigações a Pagar		43.233	45.334
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**389.154.919**	**286.415.009**
Capital Social	10.a	1.177.473.673	1.004.677.429
Lucros (Prejuízos Acumulados)	10.b	(788.318.754)	(718.262.420)
TOTAL PASSIVO		**389.290.732**	**286.460.343**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM REAL (R$)

	nota	2º semestre 2021	DEZEMBRO 2021	DEZEMBRO 2020
RECEITAS		**20.076.895**	**31.890.645**	**26.772.638**
Receitas Operacionais		**19.986.804**	**31.689.985**	**26.772.638**
Receitas de Financiamentos	11.a	15.353.649	23.690.068	16.675.670
Receitas Financeiras	11.b	600.458	1.056.832	1.118.698
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo		1.404.786	2.508.444	4.077.872
Reversão de Provisões Operacionais	6.e	2.598.948	4.344.388	4.808.077
Outras Receitas Operacionais	11.e	28.963	90.253	92.321
Outras Receitas		90.091	200.660	-
Lucro na Alienação de Valores e Bens	11.g	-	81.949	-
Outras	11.g	90.091	118.711	-
DESPESAS		**(55.530.839)**	**(101.946.979)**	**(97.536.841)**
Despesas Operacionais		**(55.213.825)**	**(101.384.304)**	**(97.019.553)**
Taxa de Administração AFEAM	3.j e 11.c	(36.345.208)	(65.640.142)	(63.442.826)
Provisão e Ajustes Patrimoniais	11.d	(16.011.309)	(28.231.736)	(32.448.072)
Outras	11.f	(2.857.308)	(7.512.426)	(1.128.655)
Outras Despesas		**(317.014)**	**(562.675)**	**(517.288)**
Outras	11.g	(317.014)	(562.675)	(517.288)
Lucro Líquido (Prejuízo)		**(35.453.944)**	**(70.056.334)**	**(70.764.203)**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM REAL (R$)

EVENTOS	notas	CAPITAL	LUCRO OU PREJUIZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 01 DE JULHO DE 2021		**1.072.365.226**	**(752.864.810)**	**319.500.416**
1 – Arrecadação		156.162.631	-	**156.162.631**
2 – Repasses	3.k;10.a	(51.054.184)	-	**(51.054.184)**
3 – Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	3.k;10.a	-	(35.453.944)	**(35.453.944)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		**1.177.473.673**	**(788.318.754)**	**389.154.919**
Mutações do Período		**105.108.447**	**(35.453.944)**	**(69.654.503)**
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2020		**902.069.292**	**(647.498.217)**	**254.571.075**
1 – Arrecadação	3.k e 10.a	221.947.242	-	**221.947.242**
2 – Repasses	3.k e 10.a	(119.339.105)	-	**(119.339.105)**
4 – Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	**10.b**	**-**	(70.764.203)	**(70.764.203)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		**1.004.677.429**	**(718.262.420)**	**286.415.009**
Mutações do Período		**102.608.137**	**(70.764.203)**	**31.843.934**
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2021		**1.004.677.428**	**(718.262.420)**	**286.415.008**
1 – Arrecadação	3.k e 10.a	292.142.876	-	**292.142.876**
2 – Repasses	3.k e 10.a	(119.346.631)	-	**(119.346.631)**
3 – Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	**10.b**	**-**	(70.056.334)	**(70.056.334)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		**1.177.473.673**	**(788.318.754)**	**389.154.919**
Mutações do Período		**172.796.245**	**(70.056.334)**	**102.739.911**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO EM REAL (R$)

	2º SEMESTRE 2021	DEZ. 2021	DEZ. 2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido (Prejuízo)	**(35.453.944)**	**(70.056.334)**	**(70.764.203)**
Ajustes ao Lucro Líquido (Prejuízos)			
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	15.914.449	28.109.034	31.878.705
(Reversão) de Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.598.948)	(4.344.388)	(4.808.077)
Desvalorização de Outros Valores e Bens	96.853	122.696	569.366
Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado	**(22.041.590)**	**(46.168.992)**	**(43.124.209)**
(Aumento) Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	(70.213.403)	(117.768.884)	(60.731.130)
(Aumento) Redução em Devedores por Compra de Valores e Bens	297.613	(1.906.913)	-
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	26.000	(2.100)	(8.000)
(Aumento) Redução em Recursos das Empresas Incentivadas	105.108.448	172.796.245	102.608.137
Caixa Líquido Proveniente / Utilizado das Atividades Operacionais	**13.177.068**	**6.949.356**	**(1.255.202)**
Alienação de ANFMV-BNDUs	-	3.118.659	-
Aplicações Financeiras em FMPES Especial	805.540	1.611.080	1.496.191
Caixa Líquido Proveniente / Utilizado das Atividades de Investimentos	**805.540**	**4.729.739**	**1.496.191**
Aumento (Redução) em Obrigações Empréstimos e repasses	-	92.579	-
Caixa Líquido Proveniente / Utilizado das Atividades de Financiamento	**-**	**92.579**	**-**
AUMENTO / REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**13.982.608**	**11.771.674**	**240.989**
Início do Período	110.442.597	112.653.531	112.412.542
Fim do Período	124.425.205	124.425.205	112.653.531
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**13.982.608**	**11.771.674**	240.989

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(valores expressos em R$ mil)

NOTA 1. ADMINISTRAÇÃO E ORIGEM DOS RECURSOS
A Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. – AFEAM, de acordo com a Lei Estadual n.º 2.505, de 1998 é Gestora do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas – FMPES desde 02/09/1999. A Lei Estadual nº 2.826, de 2003, que regulamenta a Política Estadual de Incentivos Fiscais e Extrafiscais, estabelece as seguintes diretrizes:
a. o Art. 34-A, § 1º, inciso I a VIII, estabelece que os recursos do FMPES são originários de: I - participação das empresas incentivadas, devendo ser repassado ao Fundo 6%, calculados sobre o valor do crédito estímulo; II - recursos do orçamento do Estado, previstos anualmente na LDO; III - transferências da União e dos Municípios; IV - empréstimos ou doações; V - convênios ou contratos firmados entre o Estado e outros entes da Federação; VI - retornos e resultados de suas aplicações; VII - resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculado com base em indexador oficial, a partir do trigésimo dia do seu ingresso na Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - AFEAM; VIII - outras fontes internas e externas.
b. O Art. 34-A, § 2º, incisos I a II, estabelece as seguintes formas de aplicação dos recursos discriminados no § 1º, incisos I a V, VII e VIII do mesmo artigo: I- 50% em financiamento de atividades econômicas, dos quais 60% (sessenta por cento) no interior do Estado; e II- 50% destinados à saúde, administração e infraestrutura básica, econômica e social, sendo que essa parte é repassada mensalmente à Secretaria de Estado da Fazenda.
c. O Art. 34-A, § 3°, estabelece que os recursos citados no inciso VI, § 1º, do mesmo artigo (Retorno e resultado de aplicações), serão destinados exclusivamente a execução de programas de financiamento aos setores produtivos; Subvenção ao investidor-anjo em empresas que tenham por finalidade a identificação de problemas e a busca de soluções inovadoras na gestão pública, no percentual de até 10% do valor investido, limitado a R$30.000,00; participação em *crowdfunding* de projetos de interesse da coletividade apresentados por startups, assim reconhecidas na forma da lei, no valor máximo de R$ 5.000,00, vedada a participação em mais de um projeto da mesma empresa; convênios com entidades públicas e privadas para destinar recursos a incubadoras ou aceleradoras de startups no âmbito do Estado do Amazonas, no limite de até R$ 200.000,00, por incubadora, por semestre;
d. O Art. 34-A, § 5º, estabelece que a contribuição das empresas incentivadas, prevista no inciso I do caput do mesmo artigo (I - execução de programas de financiamento aos setores produtivos, especialmente aqueles destinados a estimular o empreendedorismo, a inovação e o desenvolvimento de startups;), será recolhida pelas empresas na conta do FMPES, mantida pela AFEAM no Banco depositário conveniado.
e. O Art. 35, incisos I a VIII, estabelece às seguintes diretrizes para a formulação dos programas de financiamento: I - tratamento preferencial às iniciativas que pretendam estimular o empreendedorismo, a inovação e o desenvolvimento de startups, e às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais, microempresas de pequeno porte, que façam uso intensivo de matérias primas e mão de obra locais e às que produzam alimentos básicos para consumo da população; II - distribuição de crédito para as sub-regiões indicadas no art. 26, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, de acordo com a necessidade de cada uma dessas sub-regiões e, ainda, em consonância com o Plano Estadual de Desenvolvimento; III - adoção de prazos e carência, limites de financiamentos, juros e outros encargos diferenciados, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos; IV - conjugação de crédito com assistência e capacitação técnica; V - orçamento anual das aplicações dos recursos; VI - adequada política de garantias, preferencialmente fidejussórias e de seguro de crédito e uso dos recursos de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência e retorno às aplicações; VII - apoio à criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, especialmente em áreas do interior do Estado, que propiciem a redução das disparidades de renda entre as sub-regiões a que se refere o inciso II; VIII - proibir a aplicação de recursos a fundo perdido.
f. O art. 35, parágrafo único, estabelece que as operações de crédito do FMPES de valor até R$ 5.000,00 terão tratamento preferencial, o qual não implica dispensa do cumprimento das formalidades necessárias para concessão de crédito.
g. O Art. 36 e seu parágrafo único, estabelecem que são beneficiários dos programas de financiamentos com recursos do FMPES às pessoas físicas e às pessoas jurídicas de micro e pequeno porte, dos setores industrial, agro-industrial, comercial, agropecuário e afins, e de prestação de serviços, bem como as cooperativas de produção e associações de produtores legalmente constituídos, e ainda as pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem na categoria de startups, na forma da lei.
h. O Art. 37 estabelece que os financiamentos estão sujeitos a encargos financeiros e benefícios de adimplência que serão estabelecidos pelo Comitê de Administração do Fundo, graduados de acordo com o porte do beneficiário.
i. O Art. 38 estabelece que o Comitê de Administração do FMPES é responsável pela administração do Fundo, sendo composto por 12 (doze) membros: I- 07 (sete) representantes do setor público, designados pelo Governador do Estado, assim formados conforme Decreto Estadual nº 39.705, de 2018: Agência de Fomento do Estado do Amazonas – AFEAM, Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, Secretaria de Estado da Produção Rural – SEPROR, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEDECTI, Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário Sustentável e Florestal do Estado do Amazonas - IDAM e Agência de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas – ADS; II- 05 (cinco) representantes da iniciativa privada: Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM; Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas – FAEA, Centro da Indústria do Estado do Amazonas – CIEAM; Associação Comercial do Estado do Amazonas – ACA; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.
j. O Art. 39, incisos I a IV, estabelece que o Comitê de Administração tem como competência: I-Definir normas, procedimentos, encargos financeiros, benefícios de adimplência e demais condições operacionais; II-Aprovar os programas de financiamentos; III-Indicar providências para compatibilização das aplicações com as ações da Agência de Fomento do Estado do Amazonas; IV-Avaliar os resultados obtidos.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e Lei nº 6.404, de 1976, e alterações, considerados como extensivos a este Fundo Estadual de Desenvolvimento.
Na data de 25/03/2022 foi autorizada a emissão dessas demonstrações contábeis.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a. Moeda Funcional
As demonstrações contábeis foram elaboradas em Real (R$), desconsiderando as frações de centavos.
b. Reconhecimento do Resultado
O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.
c. Disponibilidades
O disponível é apresentado pelo montante dos depósitos existentes junto à AFEAM, acrescidos das receitas auferidas até a data do balanço, com base em 20% da remuneração mensal da poupança, conforme Parecer nº 143, de 2013, da Secretaria Executiva do FMPES, aprovado pela Diretoria da AFEAM.
d. Aplicação Financeira FMPES Especial:
Tem retorno assegurado de 100% nos vencimentos normais das operações contratadas. Os rendimentos são fixados em 15% da taxa cobrada aos financiamentos do setor primário e 35% às operações dos setores secundário e terciário. A apropriação mensal obedece ao regime de competência.
e. Operações de Crédito
São demonstradas pelo valor principal da operação, diminuído das rendas a apropriar (pré-fixadas) e acrescido dos encargos contratados (pré e pós-fixados) estabelecidos em cada programa de crédito, calculados "*pro-rata*" dia e apropriados ao resultado pelo regime de competência. Para o provisionamento dos Créditos de Liquidação Duvidosa, as operações de crédito são classificadas em ordem crescente de risco, nos seguintes níveis:
● Nível A - de 0 a 180 dias de atraso: sem provisionamento;
● Nível B - de 181 a 270 dias de atraso: 33% de provisão sobre o saldo devedor (exclusive as rendas a apropriar de atraso);
● Nível C - de 271 a 360 dias de atraso: 66% de provisão sobre o saldo devedor (exclusive as rendas a apropriar de atraso);
● Nível D - a partir de 361 dias de atraso: 100% de provisão sobre o saldo devedor (exclusive as rendas a apropriar de atraso). Após 30 dias no nível D, a operação é transferida para crédito compensado (prejuízo).
Crédito e Renegociação Emergencial:
Em 07/01/2021 foi aprovado "*Ad Referendum*" pelo Presidente do Comitê de Administração do FMPES e homologado em 21.05.2021 um novo plano de crédito emergencial para 2021 com vigência de 11/01/2021 a 30/06/2021, com condições diferenciadas de contratação, visando facilitar o acesso ao crédito por empreendimentos afetados pela crise econômica decorrente da pandemia da COVID-19. E também foi aprovado o novo plano de renegociação emergencial, com vigência de 11/01/2021 a 30/04/2021, o qual flexibilizou as condições de cobrança. Em reunião de 27/04/2021, o plano de renegociação emergencial foi prorrogado até 30/06/2021. Em 29.06.2021 foi aprovada "Ad Referendum" pelo Presidente do Comitê de Administração do FMPES e homologado em 29.09.2021 pelo referido Comitê, a prorrogação do prazo de vigência do Plano de Renegociação Emergencial até 30/12/2021 e também a prorrogação do prazo de vigência do Plano de Ação do Crédito Emergencial 2021 – FMPES, de 30.06.2021 para 30.12.2021. Em 14.10.2021 foram aprovados ajuste no prazo, cadastro e garantia do Plano de Ação do Crédito Emergencial 2021 FMPES.
f. Outros Créditos
São os Devedores por Compra de Valores e Bens (bens vendidos financiados em leilão público), aplicam-se os mesmos preceitos das Operações de Crédito.
g. Outros Valores e Bens Composto por Ativos
Não Financeiros Mantidos para Venda (ANFMV) - Bens Não de Uso Próprio – BNDUs, bens móveis e imóveis, registrados pelo valor de avaliação, e não se sujeitam a depreciação ou reavaliação.
h. Obrigações por Empréstimos e Repasses
São obrigações de repasses a outros Fundos oriundos de venda ANFMV-BNDUs diversas fontes de recursos.
i. Outras Obrigações Diversas
São demonstradas pelos valores conhecidos e mensuráveis.
j. Taxa de Administração:
A taxa de administração devida à AFEAM, como Gestora do Fundo, é apropriada mensalmente, calculada sobre o saldo de todas as contas do Fundo relativo a disponibilidades, adicionado a operações de crédito ativas e saldo das operações de crédito registradas na conta de compensação. A Lei Estadual nº 4.953, de 2019, alterou o percentual aplicado para remuneração da taxa de administração, passando de 4% para 10% ao ano, em 2019; 9% ao ano em 2020; 8% ao ano em 2021 e 6% a partir de 2022. O decreto nº 23.994, de 2003, regulamenta no Art. 55, § 2º, que para efeito de cálculo da taxa, o Patrimônio Líquido do Fundo abrange o saldo de todas as operações de crédito ativas, as suas disponibilidades e o saldo das operações de crédito registradas na conta de compensação.
k. Arrecadação e Repasse:
Os recursos arrecadados mensalmente são contabilizados a crédito da conta Capital/Transferências do Exercício (Participação de Empresas Incentivadas) e os recursos repassados para Investimento Social, via SEFAZ, são contabilizados a débito dessa mesma conta.
l. Eventos Subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações e a data de sua autorização. NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA Foi considerado como "Caixa e Equivalentes de Caixa" apenas as contas de disponibilidades e aplicações financeiras (curto prazo), conforme o Pronunciamento Técnico CPC 03-Definições.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA
Foi considerado como "Caixa e Equivalentes de Caixa" apenas as contas de disponibilidades e aplicações financeiras (curto prazo),

continua, Notas Explicativas FMPES...

página 2, continuação, Notas Explicativas FMPES

conforme o Pronunciamento Técnico CPC 03-Definições.

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Disponibilidades	122.948.382	111.157.340
Aplicações Financeiras	1.476.823	1.496.191
Total	**124.425.205**	**112.653.531**

NOTA 5. DISPONIBILIDADES

Conforme Nota 3.c, representa o montante dos depósitos existentes junto à AFEAM.

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Em Trânsito – Arrecadação do ICMS	24.453.182	24.168.304
Em Trânsito – Retorno	7.290.927	4.979.531
Investimento Social	26.616.991	-
Aplicação na Capital	64.587.282	82.009.505
FMPES Especial	13.694.180	15.324.629
Total	**136.642.562**	**126.481.969**

NOTA 6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a. Composição por Tipo de Operação

	Dezembro 2021		Dezembro 2020	
Operações de Crédito	**Saldo**	%	**Saldo**	%
Financiamento	214.388.036	82	133.516.953	80
Rural	47.903.830	18	33.185.149	20
Subtotal	**262.291.866**	**100**	**166.702.102**	**100**
Prov para Crédito Liquidação Duvidosa	(11.858.149)		(10.272.624)	
Total Operações de Crédito	**250.433.717**		**156.429.478**	
Outros Créditos	Saldo	%	**Saldo**	%
Outros Créditos	1.906.912	100	-	-
Subtotal	**1.906.912**	**100**	**-**	
Prov para Crédito Liquidação Duvidosa	-		-	
Total Outros Créditos	**1.906.912**		**-**	

b. Composição por Atividade Econômica

	Dezembro 2021		Dezembro 2020	
Atividade	**Saldo R$**	**Provisão R$**	**Saldo R$**	**Provisão R$**
Indústria	17.092.965	3.598.727	15.072.105	(2.479.897)
Comércio	141.573.759	4.224.979	77.715.817	(2.764.651)
Serviço	55.721.312	2.355.214	40.729.031	(2.593.380)
Rural	47.903.830	1.679.229	33.185.149	(2.434.696)
Outros Créditos	1.906.912	-		
Total	**264.198.778**	**11.858.149**	**166.702.102**	**(10.272.624)**

c. Composição por Vencimento

	Dezembro 2021				
Atividade	**Até 3 meses**	**03 a 12 meses**	**Acima de 1 ano**	**Total**	**Dezembro 2020**
Indústria	4.875.012	3.860.816	8.357.137	17.092.965	15.072.104
Comércio	26.786.883	61.432.774	53.354.102	141.573.759	77.715.817
Serviço	10.728.338	21.995.304	22.997.670	55.721.312	40.729.031
Rural	5.082.558	14.590.493	28.230.779	47.903.830	33.185.150
Outros créditos	121.637	334.518	1.450.757	1.906.912	-
Total	**47.594.428**	**102.213.905**	**114.390.445**	**264.198.778**	**166.702.102**

d. Composição por Nível de Risco

Nível de Risco	Dezembro 2021					Dezembro 2020	
	%	Normal	Vencidas	Total	Provisão	Saldo	Provisão
Nível A	0	242.709.904	-	242.709.904	-	147.866.710	-
Nível B	33	3.703.604	6.385.466	10.089.070	(3.329.393)	9.798.275	(3.233.431)
Nível C	66	60.241	8.384.018	8.444.259	(5.573.211)	5.876.248	(3.878.324)
Nível D	100	303.515	2.652.030	2.955.545	(2.955.545)	3.160.869	(3.160.869)
Total		**246.777.264**	**17.421.514**	**264.198.778**	**(11.858.149)**	**166.702.102**	**(10.272.624)**

e. Operações Registradas como Prejuízo, Constituição e Reversão de Provisões

	Dezembro 2021
Transferência para prejuízos	22.179.122
Constituição de Provisões	28.109.034
Reversão de Provisões	4.344.388

NOTA 7. OUTROS VALORES E BENS

Os Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda (ANFMV) - Bens Não de Uso Próprio – BNDUs têm a finalidade de amortizar e/ou liquidar operações de crédito, para posterior venda em leilão público. Atendendo a normas específicas, a constituição de provisão desses bens é baseada em laudos de avaliação, que indique os critérios de avaliação e os elementos de comparação adotados e instruídos com documentos relativos ao bem. No exercício de 2021, foi constituída provisão para desvalorização de ANFMV- Recebidos no valor de R$ 122.696, referente aos bens que foram avaliados no período, sofrendo desvalorização de acordo com os laudos técnicos emitidos pelos profissionais competentes. Ainda nesse exercício, foi baixado valor de R$ 3.118.659, correspondente a ANFMV-BNDUs vendidos em leilão público realizado em dezembro de 2020.

		2021		
ANFMV-BNDUs	**Dezembro 2020**	**Constituição**	**Baixa**	**Dezembro 2021**
Imóveis	46.429.995	-	5.030.816	41.399.179
Veículos	93.878	-	-	93.878
Máquinas e Equipamentos	106.912	-	-	106.912
Total	**46.630.785**	**-**	**5.030.816**	**41.599.969**
Provisão Para Redução Valor Recuperável de Ativo				
Provisão para Desvalorização	(43.081.889)	122.696	1.912.157	(41.292.428)
Total	**(43.081.889)**	**122.696**	**1.912.157**	**(41.292.428)**

NOTA 8. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Composição	**Dezembro 2021**	**Dezembro 2020**
Repasse IDAM	79.022	-
Repasse Funede	13.558	-
Total	**92.580**	**-**

NOTA 9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Composição	**Dezembro 2021**	**Dezembro 2020**
Publicação	36.000	18.000
Auditoria Externa	7.233	7.234
Credores Diversos	-	20.100
Total	**43.233**	**45.334**

NOTA 10. PATRIMONIO LÍQUIDO

a. Capital

O capital do FMPES é representado pelos recursos históricos do Fundo e pelos valores arrecadados oriundos da Participação de Empresas Incentivadas, diminuído dos valores repassados para Investimento Social (retroalimentação/Investimento Social Líquido).

Em 2021, o crescimento do Patrimônio Líquido do Fundo foi de 17%, motivado, principalmente, por essa retroalimentação positiva (+68%).

Capital	**Dezembro 2021**	**Dezembro 2020**
Participação de Empresas Incentivadas	1.150.328.380	977.532.136
Recursos de Orçamento do Estado	553.900	553.900
Correção Monetária	26.591.393	26.591.393
Total	**1.177.473.673**	**1.004.677.429**

	2021			2020		
	Arrecadação	**Repasse**	**Investimento Líquido**	**Arrecadação**	**Repasse**	**Investimento Líquido**
Janeiro	16.093.463	12.084.187	4.009.276	15.805.346	10.498.287	5.307.059
Fevereiro	20.704.272	8.046.820	12.657.452	19.808.283	9.923.050	9.885.233
Março	23.957.957	10.352.514	13.605.443	16.580.774	7.908.670	8.672.104
Abril	25.863.540	11.979.328	13.884.212	15.270.719	9.909.393	5.361.326
Maio	25.794.155	12.932.032	12.862.123	7.347.191	8.295.852	(948.661)
Junho	23.566.858	12.897.567	10.669.291	11.228.754	7.639.773	3.588.981
Julho	27.327.351	11.783.724	15.543.627	15.101.892	3.676.721	11.425.171
Agosto	24.492.283	13.664.263	10.828.020	18.250.599	13.166.757	5.083.842
Setembro	26.713.636	12.246.283	14.467.353	24.472.896	9.127.072	15.345.824
Outubro	24.500.393	-	24.500.393	24.753.795	12.237.288	12.516.507
Novembro	28.675.785	-	28.675.785	29.158.689	12.376.898	16.781.791
Dezembro	24.453.183	13.359.913	11.093.270	24.168.304	14.579.344	9.588.960
Total	**292.142.876**	**119.346.631**	**172.796.245**	**221.947.242**	**119.339.105**	**102.608.137**

b. Prejuízos Acumulados

Prejuízos Acumulados	**Dezembro 2021**	**Dezembro 2020**
Saldo Prejuízo Acumulados de Exercícios Encerrados	(718.262.420)	(647.498.217)
Prejuízo Acumulado do Período	(70.056.334)	(70.764.203)
Total	**(788.318.754)**	**(718.262.420)**

Em parte esses prejuízos explicam-se pela função social do Fundo aliada à missão da Agência de *"Promover o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas, por meio de financiamento às atividades produtivas, proporcionando a geração de ocupação e renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do povo amazonense."*, ressaltando que o resultado do exercício manteve-se estável pelos seguintes fatores: a retroalimentação (arrecadação crescente) do Fundo, vide nota 10.a; a redução da provisão operacional na ordem de 13%, vide nota 11.d; o aumento das receitas operacionais na ordem de 42%, vide nota 11.a; e, o aumento do retorno dos financiamentos (Disponibilidades).

b. Ajuste de Períodos Anteriores

Não houve registro de Ajuste de Períodos Anteriores nesse exercício.

NOTA 11. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a. Receitas de Financiamento

	2º Semestre 2021	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Indústria	467.976	832.055	1.407.923
Comércio	4.079.240	7.171.712	4.494.282
Serviço	1.755.310	3.384.386	2.443.210
Rural	799.941	1.553.879	1.521.593
Crédito Compensado	8.251.182	10.748.036	6.808.662
Total	**15.353.649**	**23.690.068**	**16.675.670**

b. Receitas Financeiras

	2º Semestre 2021	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Investimento Social	33.022	34.624	93.261
Aplicação na Capital	567.436	1.022.208	1.025.437
Total	**600.458**	**1.056.832**	**1.118.698**

c. Taxa de Administração AFEAM

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Janeiro	4.696.471	4.897.836
Fevereiro	4.756.696	4.943.841
Março	4.827.866	4.952.298
Abril	4.930.291	5.019.183
Maio	5.001.206	4.935.452
Junho	5.082.404	4.910.199
Julho	5.236.434	5.030.346
Agosto	5.318.188	5.070.727
Setembro	5.438.815	5.308.409
Outubro	5.978.432	5.550.436
Novembro	6.920.900	6.162.658
Dezembro	7.452.439	6.661.441
Total	**65.640.142**	**63.442.826**

d. Provisão e Ajustes Patrimoniais

	2º Semestre 2021	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Financiamentos (Crédito Compensado)	15.914.449	28.109.034	31.878.705
ANFMV - BNDUs	96.860	122.702	569.367
Total	**16.011.309**	**28.231.736**	**32.448.072**

e. Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre 2021	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Outras Rendas Operacionais / Outras	28.331	89.621	92.321
Recuperação de Encargos e Despesas	632	632	-
Total	**28.963**	**90.253**	**92.321**

f. Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre 2021	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Auditoria	7.234	14.468	14.468
Despesas Judiciais	39.399	447.565	199.424
Publicação	45.552	71.387	52.174
Outras	57.217	112.018	86.357
Descontos/Abatimentos Concedidos	665.566	1.074.226	532.199
Anistia Enchente	2.000.919	5.358.952	-
Anistia	41.421	433.810	244.033
Total	**2.857.308**	**7.512.426**	**1.128.655**

No exercício de 2021, foi registrado a título de Despesa Operacional/Anistia:

• O valor de R$ 433.810 (R$ 244.033 em 2021), relacionados aos saldos residuais de operações enquadradas nas Leis Estaduais nº 3.037, de 2006, nº 3.099, de 2006 e nº 3.272, de 2008; e

• O valor de R$ 5.358.952, referente ao saldo de operações enquadradas na Lei Estadual nº 5.419, de 2021 que concedeu anistia de dívidas de operações de crédito no âmbito dos Programas do FMPES, aos produtores rurais, micro e pequenos empresários e profissionais autônomos de baixa renda, afetados pela excepcional enchente de 2021. Ressaltamos que, mesmo concedendo esse volume expressivo em anistia, o resultado do exercício se manteve estável, conforme mencionado na nota 10.b.

g. Outras Receitas e Outras Despesas

Outras Receitas	**2º Semestre 2021**	**Dezembro 2021**	**Dezembro 2020**
Lucro na Alienação de Valores e Bens	-	81.949	-
Outras rendas	90.091	118.711	-
Total	**90.091**	**200.660**	**-**

Outras Receitas	**2º Semestre 2021**	**Dezembro 2021**	**Dezembro 2020**
Gastos Diversos ANFMV-BNDUS	317.014	562.675	517.288
Total	**317.014**	**562.675**	**517.288**

NOTA 12. OUTROS EVENTOS

a. COVID-19

Os impactos diretos da pandemia da COVID-19 nos negócios da AFEAM/FMPES, em 2021:

i. **Arrecadação do FMPES**: montante de R$ 293.142.875 arrecadado, representando um aumento de 32,08% no período em comparação a 2021 (R$ 221.947.242).

ii. **Aplicação em financiamentos**: houve a contratação de 20.907 operações de crédito no montante de R$ 168.595,048, com aumento do valor aplicado de 75,80% comparado a 2021 (9.747 operações, R$ 95.896,547).

iii. **Retorno de financiamento**: foi recebido o valor de R$ 68.219.363, com um aumento de 28,60% comparado a 2021 (R$ 53.044.614).

iv. **Renegociações**: houve renegociação de 2.539 operações, no total de R$ 31.868.330, representando crescimento de 10,11% em relação a 2021 (R$ 28.939.124)

b. Anistia – enchente 2021

Em março de 2021, houve a edição da lei estadual n° 5.419, a qual trata da concessão de anistia aos financiamentos contratados com recursos do FMPES, localizados nos municípios afetados pela enchente que tiverem reconhecida a calamidade pública, ou o estado de emergência, pela Defesa Civil Estadual ou Secretaria Nacional da Defesa Civil, estabeleceu o perdão total ou parcial da dívida ou a renegociação do valor remanescente financiado. Na data base de dezembro/2021, 54 municípios tiveram reconhecida a calamidade pública, ou o estado de emergência. Desse quantitativo, 33 municípios foram contemplados com anistia de acordo com a Lei, no montante de R$ 5.358.952, reduzindo o Patrimônio do Fundo nesse total.

FMPES

Marcos Vinícius Cardoso de Castro
Diretor-Presidente da AFEAM e Presidente do Comitê de Administração do FMPES

Cristina Coelho da Silva
Diretora de Administração

João Batista Silva Tavares
Diretor de Crédito

Luana Coimbra da Rocha
Contadora CRC/AM 10.314/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e aos Administradores do
FUNDO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS - FMPES
Manaus - AM

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas - FMPES ("FMPES" ou "Entidade"),** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FMPES em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercicio findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à FMPES, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3 "e" e 6, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, as operações de crédito são classificadas em 4 níveis de risco, sendo "A" o risco mínimo e "D" o risco máximo, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira e grau de endividamento. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamento do FMPES, baseadas em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa do FMPES quanto às perdas da carteira. Devido à relevância das operações de crédito, às incertezas e julgamentos relacionados à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e ao impacto que eventual alteração das premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos a efetividade operacional dos controles internos relevantes e manuais implementados pelo FMPES e relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação e atualização dos níveis de risco ("*rating*") das operações de crédito e as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Com base em amostragem, avaliamos se o FMPES atendeu aos requisitos relacionados à apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa e se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3"e" e 6, estão de acordo com as regras aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do FMPES é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do FMPES continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o FMPES ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do FMPES são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do FMPES;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do FMPES. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o FMPES a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

JORGE LUIZ MENEZES CEREJA
CONTADOR 1 CRC RS 43679/O
SÓCIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AFEAM

AV. CONSTANTINO NERY, 5733 - FLORES - CEP 69.058-795 - MANAUS/AM - CNPJ: 03.183.937/0001-38

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Valores expressos em Real (R$)

Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A.– AFEAM, cumprindo disposições legais e estatutárias, apresenta, para o período encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Relatório da Administração e as demais peças das Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, dentre as quais as emanadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil e as Leis nº 4.595, de 1964 e nº 6.404, de 1976.

I- A AFEAM
A AFEAM é um órgão da administração indireta do Estado do Amazonas, constituída como empresa pública sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, teve sua criação autorizada pela Lei Estadual nº 2.505, de 1998 e suas regras de constituição e funcionamento definidas pela Resolução CMN nº. 2.574, de 1998 (norma regulamentadora do art. 1º, § 2º. da Medida Provisória 1.773-32, de 1998), revogada pela Resolução CMN nº 2.828, de 2001 e suas alterações posteriores. Obteve autorização do Banco Central do Brasil-BCB para iniciar seu funcionamento pela carta DEORF/DEFIN nº 99-195, de 1999, publicada no diário oficial, sendo enquadrada como Instituição Financeira não bancária por força do que dispõe a Medida Provisória nº 2.139-64, de 2001. A composição acionária da sociedade é formada pelo Estado do Amazonas (detém 99,98% das ações) e pelo Município de Manacapuru/AM (detém 0,02% das ações). A AFEAM tem a missão institucional de *"Promover o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas por meio de financiamento às atividades produtivas, proporcionando a geração de ocupação e renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do povo amazonense"*. Seu objeto social é a concessão de financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos no Estado do Amazonas que atendam aos diversos setores da atividade econômica, prioritariamente aos pequenos negócios.

II- A COVID-19
No exercício de 2021, as atividades da AFEAM continuaram afetadas pelos impactos da Pandemia causada pela COVID-19, que no Estado do Amazonas teve aumento expressivo de casos no final de 2020 ("segunda onda") e se prolongou por todo o primeiro trimestre, com a paralisação total e/ou parcial de atividades comerciais e de serviços não essenciais, bem como a adoção do teletrabalho, etc. Em decorrência disso, as atividades econômicas que já estavam sendo normalizadas, voltaram a ser afetadas, com redução de faturamento, consumo, etc., cujos efeitos foram minimizados com as ações governamentais de estímulo econômico. Nesse contexto, a AFEAM estabeleceu que 70% dos empregados desenvolvessem suas atividades na modalidade *home office*, situação que perdurou até 29.03.2021, exceto os integrantes do grupo de risco que permaneceram executando suas atividades nesse regime até 31.05.2021. Contudo, apesar do cenário adverso, a Agência cumpriu sua missão institucional, com a continuidade do crédito e a renegociação emergencial em condições bastante flexibilizadas para dar fôlego aos novos tomadores de crédito e aos clientes mantidos em carteira (prazos estendidos para pagamentos, redução de taxas de juros, dentre outras). Somado a isso, a AFEAM ajudou a minimizar os efeitos da excepcional enchente ocorrida em 2021, que afetou 54 municípios do interior do Estado, ancorado na Lei nº 5.419, de 17.03.2021, que trata da concessão de anistia de dívidas de operações de crédito no âmbito dos programas financiados pelo Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas - FMPES, aos produtores rurais, micro e pequenos empresários e profissionais autônomos de baixa renda. Essas medidas de estimulo econômico do Estado por meio da AFEAM, atenuou os efeitos da COVID-19, como se demonstrará neste relatório. Por fim, registra-se que após o novo isolamento social decretado no Estado, em 01.06.2021, a AFEAM retomou às atividades laborais na forma presencial, adotando todos os protocolos recomendados pelas autoridades sanitárias, porém, o atendimento ao cliente continuou sendo realizado de forma *on line*.

III- PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
No exercício de 2021, destacamos o desempenho da AFEAM nos segmentos abaixo:

1. Desempenho Estratégico
1.1 Gestão de Produtos e Serviços: a AFEAM, visando mitigar os impactos negativos causados à economia pela COVID-19, nas atividades empreendedoras do Estado, tanto na capital quanto no interior, manteve o "Plano de Crédito Emergencial" com o objetivo de financiar o custeio operacional e administrativo, visando manter os negócios e, principalmente, os empregos diretos e indiretos. Seguindo essa esteira, também manteve o "Plano de Renegociação Emergencial" prorrogando as parcelas dos financiamentos dos clientes proporcionando disponibilidades no fluxo de caixa até o retorno regular de suas atividades. Os referidos Planos envolvem recursos das fontes de Recursos Próprios e do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas – FMPES.
1.2 Parcerias: A AFEAM contou com diversos parceiros técnicos na operacionalização dos programas de crédito:
a) SEBRAE – Parceiro Técnico que nesse período de pandemia atua na orientação aos clientes na formalização das propostas de financiamento dos setores secundários e terciários na Plataforma de crédito;
b) IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - Parceiro Técnico que atua na formalização de projetos do setor primário;
c) FPS – Fundo de Apoio de Promoção Social e Erradicação da Pobreza – Parceiro Técnico que atua na formalização de proposta de crédito solidário, beneficiando as pessoas com risco social, por meio de financiamento de pequenas atividades produtivas;
d) SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Parceiro Técnico, que atua na divulgação do Programa de Microcrédito da AFEAM, além do direcionamento dos egressos de seus respectivos cursos de capacitação às atividades empreendedoras;
e) CETAM – Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – Parceiro Técnico, que atua na divulgação e orientação dos seus alunos finalistas, na formalização de propostas de financiamentos dos setores primários, secundários e terciários;
f) SETEMP – Secretaria Executiva do Trabalho e Empreendedorismo - Parceiro técnico que atua na orientação do seu público e na formalização de propostas ao microcrédito da AFEAM;
g) SEJUSC – Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos humanos – Parceiro técnico que atua na orientação do seu público e na formalização de propostas ao microcrédito da AFEAM.
h) CIAMA – Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – Parceiro Técnico que atua na orientação e formalização de propostas de financiamentos dos setores secundário e terciário, exceto microcrédito; e
i) JUCEA – Junta Comercial do Estado do Amazonas – Parceiro Técnico que atua fornecendo, via consulta ao seu banco de dados, informações e documentos das empresas proponentes de financiamentos.

2. Desempenho na Gestão de Recursos Humanos
2.1 Quadro de empregados: em 31 de dezembro de 2021, o quadro de pessoal da AFEAM está composto por 127 empregados efetivos (concursados) e 13 comissionados, totalizando 140 colaboradores ativos. Desse quadro, cerca de 92% possuem nível superior e 8% nível médio, o que demonstra que a AFEAM tem uma equipe técnica qualificada e capacitada para prestar serviços de qualidade à população amazonense.
2.2 Benefícios: alinhada a seus valores, a AFEAM prioriza o bem-estar de seus colaboradores visando o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, e nesse papel social, além dos benefícios legais, manteve a seus empregados outros importantes benefícios: Complementação salarial ao auxílio doença/acidente previdenciário; Plano de saúde; Seguro de vida em grupo; Auxílio creche/babá; Auxílio educação; Auxílio especial para filhos com necessidades especiais; Extensão da licença maternidade; Auxílio refeição e cesta alimentação; 13º Auxílio cesta alimentação, bem como a distribuição referente à Participação nos Lucros e Resultados – PLR, relativa ao exercício de 2020, ao corpo de colaboradores.
2.3 Capacitação: Seguindo a filosofia de que cada empregado é elemento fundamental no cumprimento de sua missão institucional, bem como em total consonância com seu Estatuto Social, o qual trouxe oportunidade de crescimento para todos os colaboradores da Agência, inclusive de participar da sua direção, a AFEAM implantou a Política de Treinamento e Desenvolvimento da AFEAM, definindo quatro níveis de capacitação, são eles:
a) Nível Básico: instruir os agentes colaboradores em atividades comuns, bem como estimular o conhecimento dos normativos internos e externos, aplicáveis às atividades da AFEAM, da cultura ética e da conduta profissional esperada, e ainda desenvolver a cultura de controles internos, riscos, *compliance*, etc;
b) Nível Técnico: instruir os agentes colaboradores a buscar meios eficientes e eficazes para facilitar a realização de tarefas e processos cotidianos, visando o alcance de metas, melhoria nos resultados, agilidade no serviço e maior clareza e confiabilidade das informações;
c) Nível Estratégico: preparar os agentes colaboradores empregados para exercerem funções de chefia e liderança, bem como cargos estatutários; e
d) Nível Obrigatório: capacitação dos agentes colaboradores em assuntos específicos, exigidos por qualquer dispositivo legal ou infra legal. No exercício de 2021, o cronograma de treinamentos realizados, considerando as modalidades presencial e EAD, totalizaram 24 treinamentos com investimento de R$ 128.663 (cento e vinte e oito mil, seiscentos e sessenta e três reais), representando um total de 134 empregados que participaram de pelo menos 01 (um) treinamento, conforme quadro 1.

Treinamento - Resultados do exercício de 2021

Quadro 1

Classificação	Treinamentos	Participantes	Valor (R$)
Nível Básico	0	0	-
Nível Técnico	20	129	102.278
Nível Estratégico	2	38	11.185
Nível Obrigatório	2	90	15.200
Total	**24**	**257**	**128.663**

Fonte: GERAD-Recursos Humanos

3. Desempenho Operacional - Comparativo exercício 2020 e 2021
3.1 Financiamentos Contratados

Distribuição Espacial das aplicações

Quadro 2

Área Espacial	N. de Operações		Valor (R$)		% (Recurso Aplicado)		Nº Ocupações Geradas/Mantidas	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Capital	3.630	3.196	59.709.131	56.123.340	51.86	30,40	12.119	9.588
Interior	6.226	17.928	55.422.809	128.477.497	48,14	69,60	19.618	53.784
TOTAL	**9.856**	**21.124**	**115.131.940**	**184.600.837**	**100,00**	**100,00**	**31.737**	**63.372**

Fonte: GETEC-Planejamento/SCE

Aplicação por Fonte de Recursos

Quadro 3

Fonte de Recursos	N. de Operações		Valor (R$)		% (Recurso Aplicado)	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
CONVÊNIOS	75	201	1.754.731	4.589.030	1,52	2,49
FMPES	9.747	20.907	95.896.547	168.595.048	83,29	91,33
RECURSOS PRÓPRIOS	34	16	17.480.662	11.416.759	15,19	6,18
TOTAL	**9.856**	**21.124**	**115.131.940**	**184.600.837**	**100,00**	**100,00**

Fonte: GETEC-Planejamento/SCE

Aplicação por Setor Econômico

Quadro 4

Setor Econômico	Qtde. Op.		Valor (R$)		% (Recurso Aplicado)	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Primário	843	1.900	13.533.292	32.543.045	11,75	17,63
Secundário	400	827	9.542.206	7.579.308	8,29	4,11
Terciário	8.613	18.397	92.056.442	144.478.484	79,96	78,26
TOTAL	**9.856**	**21.124**	**115.131.940**	**184.600.837**	**100,00**	**100,00**

Fonte: GETEC-Planejamento/SCE

No quadro 3, observa-se que, no exercício de 2021, houve um crescimento na ordem de 60,34% no volume total de aplicação em financiamento em operações de crédito envolvendo todas as fontes de recursos, comparativamente, ao exercício de 2020. verifica-se que, dos financiamentos contratados envolvendo todas as fontes de recursos, o FMPES representa 91,33% do total aplicado, constituindo-se na principal fonte de recurso às atividades de fomento, tanto na capital, quanto no interior do Estado, resultado do aumento na oferta de crédito, alavancado pelo sequenciamento do Plano de Crédito Emergencial, lançado pela AFEAM em resposta aos impactos negativos causados à economia pela pandemia da COVID-19, cuja aplicação em financiamento totalizou R$ 168.595.048, representados por 20.907 operações de crédito.
3.2 Administração de Crédito: A Agência faz o acompanhamento dos projetos financiados e adota a prática de cobrança preventiva, administrativa e judicial. Também promove ações de recuperação de crédito e campanhas de regularização englobando todas as fontes de recursos. Como resultado do Plano de Renegociação Emergencial, lançado pela AFEAM em resposta ao cenário adverso causado pela COVID-19, no exercício de 2021 foram realizadas 2.650 renegociações, no valor de R$ 40.034.418, o que representa uma redução de 20,21% em relação ao mesmo período do ano anterior (R$ 50.175.580). Desse valor, 2.539 renegociações são operações contratadas com recursos do FMPES, no total de R$ 31.868.330.
3.3 Retorno de Financiamento: O efeito negativo da COVID-19 refletiu no retorno dos financiamentos, haja vista que boa parte dos clientes renegociaram suas operações, conforme item 3.2, acima. Importante destacar que do valor inicialmente orçado de R$ 116.728.000 no Planejamento Estratégico, foi recebido R$ 85.253.661, correspondendo a 73,04% do total previsto.

4. Anistia-enchente 2021
A lei estadual n° 5.419, de 2021, a qual trata da concessão de anistia aos financiamentos contratados com recursos do FMPES, localizados nos municípios afetados pela enchente que tiverem reconhecida a calamidade pública, ou o estado de emergência, pela Defesa Civil Estadual ou Secretaria Nacional da Defesa Civil, estabeleceu o perdão total ou parcial da dívida ou a renegociação do valor remanescente financiado. Na data base de dezembro/2021, 54 municípios tiveram reconhecida a calamidade pública, ou o estado de emergência. Desse quantitativo, 33 municípios foram contemplados com anistia no montante de R$ 5.358.952.

5. Desempenho Social
5.1 Política de Estágio/Aprendiz: A AFEAM, em 31.12.2021, apresentou um quadro com 45 estagiários - estudantes universitários e 06 aprendizes - cursando o ensino médio e fundamental.
5.2 Geração e/ou manutenção de ocupações econômicas: Criada para fomentar a economia e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população amazonense, a AFEAM tem alcançado notável desempenho. No exercício de 2021, os financiamentos concedidos possibilitaram a geração e/ou manutenção de 63.372 postos de trabalho, distribuídos nos setores primário, secundário e terciário, da capital e do interior do Estado, com aumento de 99,68%, em relação ao mesmo período de 2020, que apresentou 31.737 postos de trabalho.

6. Estrutura de Governança Corporativa
A AFEAM completou/consolidou sua estrutura de governança no exercício de 2020, sendo integrantes: Auditoria Interna; Controles Internos, Compliance, Gerenciamento de Riscos e de Capital; Ouvidoria; Comitê de Crédito; Comitê de Remuneração; Comissão de Elegibilidade; Diretoria Colegiada; Conselho de Administração; Conselho Fiscal; Comitê de Auditoria; Auditoria Independente e Acionistas.
No segundo semestre de 2021, o membro representante do acionista minoritário no Conselho de Administração – COAD teve sua eleição aprovada pelo Banco Central do Brasil – BCB, possibilitando sua tomada de posse para atuação junto ao referido Conselho.
Em reunião do Conselho de Administração realizada em dezembro/2021, foram reeleitos dois dos três membros de Comitê de Auditoria – COAUD, aguardando a aprovação do BCB para suas reconduções.

7. Sistema de Controles Internos, Compliance, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e financiamento do Terrorismo - PLD/FT e Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos-GIR
A AFEAM dispõe de uma unidade específica denominada Gerência de Controles Internos, Compliance e Riscos – GECOR, vinculada à Diretoria Colegiada, que é responsável:
a) Pela gestão de Controles Internos e Compliance, que é uma atividade voltada para a efetividade e a confiabilidade das informações, bem como à prevenção de situações vinculadas aos diversos tipos de riscos inerentes às atividades da instituição, cuja estrutura prevê os papéis e as responsabilidades das diversas áreas/empregados;
b) Pela gestão de PLD/FT, que é uma atividade voltada para prevenir o uso da Agência em lavagem de dinheiro e do financiamento ao terrorismo;
c) Pelo Gerenciamento Integrado de Riscos-GIR, que é uma atividade voltada para a gestão de riscos no intuito de identificar prováveis eventos que possam comprometer as linhas de negócios da Agência objetivando adotar medidas tempestivas para mitigá-los.
d) Pela gestão de capital, atividade voltada para avaliar a capacidade do capital da AFEAM absorver os riscos a que está exposta e ainda manter suas linhas de negócios.
No Exercício de 2021, a AFEAM adotou as seguintes ações voltadas à implantação/aprimoramento dessas estruturas:

a) Controles Internos e Compliance:
A AFEAM reforçou os acompanhamentos e monitoramentos dos planos de ação decorrentes das determinações da Diretoria Colegiada e Conselho de Administração, das recomendações do Relatório Semestral de Controles Internos e Compliance, assim como, dos relatórios de auditoria interna, junto às gerências, utilizando a ferramenta Planner.
Também houve ênfase no suporte às áreas com orientações das boas práticas dos manuais internos, objetivando resguardar o cumprimento dos mesmos.
b) Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo - PLD/FT:
A AFEAM adequou totalmente a sua Política e os seus Procedimentos de PLD/FT à Circular BCB nº 3.978/2020 e Carta Circular BCB nº 4.001/2020, com a aprovação do Manual de PLD/FT pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada da AFEAM em junho de 2021, revisado em outubro de 2021. O Manual atualizado está de acordo com o porte e complexidade dos negócios da AFEAM.
c) Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos – GIR:
Foi aprovada pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada a Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos – GIR e a Estrutura de Gestão de Capital, essa última contou com a efetiva implantação do Plano de Capital, considerando projeção para período de 2021 e 2024.

8. Ouvidoria
A AFEAM, atendendo à Resolução do CMN nº 4.433, de 2015, tem uma estrutura de Ouvidoria, cujo objetivo principal é representar o interesse dos cidadãos junto à Agência, para que suas demandas sejam adequadamente tratadas, disponibilizando, para isso, os seguintes canais de comunicação: a) Ligação gratuita: 0800-286-3066; b) E-mail: ouvidoria@afeam.org.br; c) Cartas endereçadas à Ouvidoria/AFEAM - Avenida Constantino Nery, nº 5.733, Flores, Manaus/AM - CEP: 69058-795; d) Caixas coletoras localizadas na entrada principal da Agência; e) Acesso ao site: http://www.afeam.am.gov.br; f) WhatsApp: (92) 98844 - 2075. Os atendimentos totais realizados pela Ouvidoria no exercício de 2021, incluindo os atendimentos de primeira instância, foram de 151.494 (cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e noventa e quatro) atendimentos. Desse total, apenas 72 (setenta e dois) registros foram efetivas demandas de Ouvidoria, conforme quadro a seguir:

Quadro 5.

DEMANDAS DA OUVIDORIA					
Demandas da Ouvidoria (Sistema OMD)			Atendimentos Totais, Incluindo as demandas de Ouvidoria		
Tipo	Quantidade	%	Canais	Quantidade	%
Denúncia	2	2,78	Presencial	1	0,00
Reclamação	46	63,89	E-mail	9.720	6,41
Informação	23	31,94	WhatsApp	137.053	90,47
Sugestão	0	-	Site	69	0,05
Elogio	1	1,39	Correspondência	0	-
			Telefone	4.651	3,07
			Caixa de Sugestão	0	-
			TOTAL	**151.494**	**100,00**
TOTAL	72	100,00			

Fonte: Sistema OMD v2.6; ANEXO I – Consolidação das Demandas de Ouvidoria – Atendimentos Totais

9. Desempenho Econômico-Financeiro:
9.1 Resultado: Ao término do exercício de 2021, a AFEAM apresentou resultado positivo de R$ 1.171.047 (resultado positivo de R$ 11.064.275, em dezembro 2020), que representa uma redução de 89,42%, comparativamente ao exercício de 2020. Esse resultado decorreu, principalmente, pelo impacto da provisão de 100% efetivada de um bem objeto de consolidação de propriedade (R$ 16.338.150) em função da necessidade de observância da Resolução BCB nº 4.747, que entrou em vigor a partir de janeiro de 2021 e da impossibilidade de a AFEAM cumprir os requisitos dessa legislação referente a posse, domínio e controle do ANFMV que estão obstados/suspensos por ação judicial.
9.2 Patrimônio de Referência - PR: Em 31 de dezembro de 2021, o PR da Agência corresponde a R$ 102.121.163 (R$ 99.167.270, em dezembro de 2020).
9.3 Taxa de Administração do Fundo - FMPES No exercício de 2021, o valor da taxa corresponde a R$ 65.640.142, com aumento de 3,46% em comparação ao mesmo período de 2020 (R$ 63.442.826), apesar do decréscimo percentual de 9% para 8% a.a., conforme definido no § 1º do art. 40 da Lei nº 4.953, de 2019, que alterou a Lei nº 2.826, de 2003.

IV. AGRADECIMENTOS
Expressamos nossos agradecimentos ao Governo do Estado do Amazonas pelo apoio no sentido de qualificar a Instituição como um instrumento a serviço do desenvolvimento do Estado, sendo o agente indutor do fomento por meio de financiamento às atividades produtivas utilizando as fontes de Recursos Próprios, o Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas – FMPES, além de outras fontes de recursos. De igual modo, expressamos os nossos agradecimentos aos acionistas da AFEAM, às autoridades constituídas do Estado, aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e aos parceiros SEPROR, IDAM, SEBRAE/AM, SEDECTI, FPS, SENAC, CETAM, SEJUSC, SETEMP, CIAMA e JUCEA, pelo harmônico trabalho, assim como aos colaboradores da Instituição pela dedicação e comprometimento com a Agência, além da população amazonense – razão maior da existência da AFEAM.

Marcos Vinícius Cardoso de Castro
Diretor-Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL
Em Real (R$)

	Nota	DEZ. 2021	DEZ. 2020
ATIVO CIRCULANTE		**154.238.501**	**106.684.523**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	3.c; 4; 5.a	**131.021.536**	**66.882.369**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	3.d; 5.b	**14.350.686**	**10.206.033**
Operações de crédito		14.225.922	10.206.033
Outros créditos		124.764	-
PROVISÃO P/PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	3.d; 5.b	**(1.849.830)**	**(1.313.116)**
Operações de crédito		(1.849.206)	(1.313.116)
Outros créditos		(624)	-
OUTROS ATIVOS	6	**57.429.085**	**57.985.115**
PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS		**(46.712.976)**	**(27.075.878)**
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	(2.129.268)	(27.075.878)
Outros ativos	6	(44.583.708)	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**145.008.344**	**177.915.613**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	3.d; 5.a; 5.b	**180.508.411**	**215.714.311**
Títulos e Valores Mobiliários		160.093.777	195.586.999
Operações de crédito		20.009.151	20.127.312
Outros créditos		405.483	-
PROVISÃO P/PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	3.d; 5.b	**(7.425.287)**	**(8.318.274)**
Operações de crédito	5.a	(7.423.259)	(8.318.274)
Outros créditos		(2.028)	-
PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS		**(28.074.780)**	**(29.480.424)**
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	(28.074.780)	(29.480.424)
PERMANENTE	3.f; 7	**10.345.583**	**10.582.967**
INVESTIMENTOS		**119.014**	**119.014**
IMOBILIZADO DE USO		**13.586.853**	**13.573.513**
INTANGÍVEL		**620.989**	**691.069**
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		**(3.834.168)**	**(3.669.337)**
Imobilizado de Uso		(3.785.120)	(3.548.062)
Intangível		(49.048)	(121.275)
PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO		**(147.105)**	**(131.292)**
TOTAL		**309.592.428**	**295.183.103**

	Nota	DEZ. 2021	DEZ. 2020
PASSIVO CIRCULANTE		**194.681.968**	**181.617.603**
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	3.g; 8	**1.476.824**	**1.698.542**
Recursos de Instituições Financeiras		-	**202.351**
Outros Passivos Financeiros		1.476.824	1.496.191
PROVISÕES		35.100.699	36.190.126
Pessoal	9.a	**4.632.531**	**4.670.431**
Contingências	9.b	30.468.168	31.519.695
OUTROS PASSIVOS		158.104.445	143.728.935
Sociais e Estatutária	10.a	**124.065**	**2.261.134**
Fiscais e Previdenciárias	10.b	**17.273.295**	**13.571.682**
Outros Fundos e Programas	10.c	138.286.770	126.831.658
Diversos	10.d	2.420.315	1.064.461
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**12.217.357**	**13.828.437**
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	3.g; 8	**12.217.357**	**13.828.437**
Outros Passivos Financeiros		12.217.357	13.828.437
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	**102.693.103**	**99.737.063**
CAPITAL SOCIAL		**98.065.592**	**93.628.620**
RESERVAS DE LUCRO		**4.627.511**	**6.108.443**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-
TOTAL DO PASSIVO		**309.592.428**	**295.183.103**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Em Real (R$)

	Notas	2º SEMESTRE DE 2021	DEZ. 2021	DEZ. 2020
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**12.729.302**	**22.314.520**	**17.349.065**
Operações de Crédito		2.316.105	3.950.458	4.277.265
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		10.422.455	18.390.462	13.318.666
Resultado com Instrumentos Financeiros		(9.258)	(26.400)	(246.866)
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(320.315)**	**(420.660)**	**(2.124.691)**
Operações de Empréstimos e Repasses		(309.100)	(606.938)	(760.693)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	5.b	(97.369)	(416.628)	(2.073.653)
Reversão de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	5.b	86.154	602.906	709.655
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**12.408.987**	**21.893.860**	**15.224.374**
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS		**9.894.634**	**18.252.076**	**12.778.734**
Receitas de Prestação de Serviços	12.a	39.343.151	71.324.743	68.119.733
Despesas de Pessoal	12.b	(18.666.164)	(35.428.639)	(35.856.467)
Outras Despesas Administrativas	12.c	(3.287.226)	(6.499.396)	(5.177.279)
Despesas Tributárias	12.d	(3.911.309)	(7.099.602)	(6.729.283)
Outras Receitas Operacionais	12.e	4.759.755	5.480.755	602.954
Outras Despesas Operacionais	12.f	(8.343.573)	(9.525.785)	(8.180.924)
RESULTADO OPERACIONAL		**22.303.621**	**40.145.936**	**28.003.108**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	12.g	**(8.673.577)**	**(18.601.832)**	**(1.148.445)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCROS E PARTICIP.		**13.630.044**	**21.544.104**	**26.854.663**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(12.591.742)**	**(20.373.057)**	**(15.790.388)**
Provisão para Imposto de Renda		(6.239.876)	(10.510.689)	(8.666.790)
Provisão para Contribuição Social		(6.351.866)	(9.862.368)	(7.123.598)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO)		**1.038.302**	**1.171.047**	**11.064.275**
NÚMERO DE AÇÕES		**98.065.592**	**98.065.592**	**93.628.620**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	11.a	**0,01**	**0,01**	**0,12**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em Real (R$)

2º SEMESTRE DE 2021		DEZ. 2021	DEZ. 2020
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**1.038.308**	**1.171.047**	**11.064.275**
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	**-**	**-**	**-**
Variação de Valor Justo	-	-	-
Total de Outros Resultados Abrangentes	**-**	**-**	**-**
Total do Resultado Abrangente	**1.038.308**	**1.171.047**	**11.064.275**
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador	**1.038.100**	**1.170.813**	**11.062.062**
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores	**208**	**234**	**2.213**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

continua...

página 2, continuação, Notas Explicativas AFEAM

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Real (R$)

EVENTOS	Nota	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCRO: LEGAL	RESERVAS DE LUCRO: EXPANSÃO	RESERVAS DE LUCRO: OUTRAS	RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 01 DE JULHO DE 2021		98.065.592	559.851	2.970.000	126.108	-	-	101.721.551
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	**1.038.302**	1.038.302
Destinações		-	**51.914**	-	**919.638**	-	**(1.038.302)**	(66.750)
- Dividendos	11.c	-	-	-	-	-	(66.750)	(66.750)
- Reserva Legal		-	51.914	-	-	-	(51.914)	-
- Outras		-	-	-	919.638	-	(919.638)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		**98.065.592**	**611.765**	**2.970.000**	**1.045.746**	**-**	**-**	**102.693.103**
MUTAÇÃO DO PERÍODO		**-**	**51.914**	**-**	**919.638**	**-**	**-**	**971.552**
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2020		**93.628.620**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(3.104.088)**	**90.524.532**
Lucro Líquido		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**11.064.275**	**11.064.275**
Destinações		**-**	**553.214**	**-**	**5.555.229**	**-**	**(7.960.187)**	**(1.851.744)**
- Dividendos	11.c	-	-	-	-	-	(1.851.744)	(1.851.744)
- Reserva Legal		-	553.214	-	-	-	(553.214)	-
- Outras		-	-	-	5.555.229	-	(5.555.229)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		**93.628.620**	**553.214**	**-**	**5.555.229**	**-**	**-**	**99.737.063**
MUTAÇÃO DO PERÍODO		**-**	**553.214**	**-**	**5.555.229**	**-**	**3.104.088**	**9.212.531**
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2021		**93.628.620**	**553.214**	**-**	**5.555.229**	**-**	**-**	**99.737.063**
Lucro Líquido		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.171.047**	**1.171.047**
Aumento de Capital		**4.436.972**	**-**	**-**	**(2.585.229)**	**-**	**-**	**1.851.743**
Destinações		**-**	**58.551**	**2.970.000**	**(1.924.254)**	**-**	**(1.171.047)**	**(66.750)**
- Dividendos	11.c	-	-	-	-	-	(66.750)	(66.750)
- Reserva Legal		-	58.551	-	-	-	(58.551)	-
- Reserva Expansão	11.a	-	-	2.970.000	(2.970.000)	-	-	-
- Outras		-	-	-	1.045.746	-	(1.045.746)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		**98.065.592**	**611.765**	**2.970.000**	**1.045.746**	**-**	**-**	**102.693.103**
MUTAÇÃO DO PERÍODO		**4.436.972**	**58.551**	**2.970.000**	**(4.509.483)**	**-**	**-**	**2.956.040**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Método Indireto
Em Real (R$)

	Nota	2º SEMESTRE 2021	DEZ. 2021	DEZ. 2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IRPJ E CSLL		**13.630.044**	**21.544.104**	**26.854.663**
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	5.b	97.369	416.628	2.073.653
Depreciações e Amortizações		140.961	259.436	219.774
Provisão (Reversão) para Crédito de Liquidação Duvidosa		(86.154)	(602.906)	(709.655)
Despesas (Reversões) com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais		3.542.154	3.628.604	6.471.255
Desvalorização de Outros Valores e Bens	6	8.496.271	18.365.379	195.764
Desvalorização de Ativos Permanentes		17.087	21.682	45.762
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		**25.837.732**	**43.632.927**	**35.151.216**
(Aumento) Redução em Operações de Crédito		(274.763)	(4.071.724)	(12.708.849)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários		25.261.994	34.087.579	(11.325.086)
(Aumento) Redução em Devedores por Compra de Valores e Bens		61.846	(530.248)	397.990
(Aumento) Redução em Outros Créditos		(250.119)	(1.838.183)	(1.258.792)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens		10.360	50.326	(75.493)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		20.987.409	11.442.472	10.099.414
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(12.591.742)	(20.373.057)	(15.790.388)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE / UTILIZADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**59.021.997**	**62.400.092**	**4.490.012**
Alienação ANFMV - BNDUs		1.338	1.486.338	-
Alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento		(21.320)	(41.482)	34.911
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento		-	-	(78.319)
Aplicação no Intangível		-	(2.250)	(18.025)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE / UTILIZADO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		**(19.982)**	**1.442.606**	**(61.433)**
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(805.541)	(1.832.800)	(3.802.912)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE / UTILIZADO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(805.541)**	**(1.832.800)**	**(3.802.912)**
AUMENTO / REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**58.196.474**	**62.009.898**	**625.667**
Início do Período		70.695.794	66.882.370	66.256.703
Fim do Período	**3.c; 4**	128.892.268	128.892.268	66.882.370
AUMENTO / REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**58.196.474**	**62.009.898**	**625.667**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 Valores expressos em Real (R$)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. – AFEAM, órgão da administração indireta do Estado, constituída como empresa pública sob a forma jurídica de sociedade anônima de capital fechado, teve sua criação autorizada pela Lei Estadual nº 2.505, de 1998 e suas regras de constituição e funcionamento definidas pela Resolução CMN nº. 2.574, de 1998, a qual foi revogada pela Resolução CMN nº 2.828, de 2001. Está localizada na Av. Constantino Nery, nº 5.733, Flores, CEP 69.058-795, Manaus/AM.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, dentre as quais as Normas e Instruções emanadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil - BCB e as disposições das Leis nº 4.595, de 1964 e nº 6.404, de 1976 com suas alterações posteriores.
Na data de 21/03/2022 foi autorizada a emissão dessas demonstrações contábeis.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Moeda Funcional
As demonstrações contábeis foram elaboradas em Real (R$), desconsiderando as frações de centavos.
b. Reconhecimento do Resultado
O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.
c. Caixa e Equivalente de Caixa
Foi considerado como "Caixa e Equivalentes de Caixa" apenas as contas de disponibilidade e aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários de curto prazo), conforme o Pronunciamento Técnico CPC 03-Definições.
d. Instrumentos Financeiros
Composto por Títulos e Valores Mobiliários, Operações de Crédito e parte de Outros Créditos.
Títulos e Valores Mobiliários – TVM: São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos (pré ou pós fixados) auferidos até a data do balanço, obedecendo ao regime da competência. Os títulos são para negociação imediata e/ou mantidos até o vencimento. As cotas de Fundos de Investimento estão aplicadas em Bancos de primeira linha (Bradesco e Caixa Econômica Federal). Em Títulos de Renda Fixa estão classificadas as Letras Financeiras do Tesouro, Letras Tesouro Nacional e Notas do Tesouro Nacional, sendo o Banco Santander a instituição financeira custodiante dessas aplicações. Os Títulos de Renda Fixa e as Cotas de Fundos de Investimento apresentam baixo risco de crédito e boa liquidez, razão pela qual não registramos provisão para perda.
As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BCB nº 3.068, de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devem ser classificados nas categorias: Títulos para Negociação, Disponíveis para a Venda e Mantidos até o Vencimento.
Operações de Crédito: São demonstradas pelo valor principal da operação, acrescidos dos encargos calculados "pro-rata" dia e apropriados ao resultado pelo regime de competência. Em consonância com a Resolução CMN nº 2.682, de 1999, as operações de crédito estão distribuídas nos níveis de risco A, B, C, D, E, F, G e H para as quais foram constituídas provisão com percentuais de 0,5; 1,0; 3,0; 10; 30, 50, 70 e 100, respectivamente. Tais operações encontram-se classificadas em Indústria, Comércio, Serviço e Rural.
Crédito e Renegociação Emergencial: Em 07.01.2021 foi aprovado pela Diretoria da AFEAM o plano de crédito emergencial - 2021 com vigência de 11.01.2021 a 30.06.2021, que apresenta condições diferenciadas de contratação, visando facilitar o acesso ao crédito por empreendimentos afetados pela crise econômica decorrente da pandemia da COVID-19. A vigência do referido plano foi prorrogada até 30.12.2021 por meio da Deliberação 30.06.2021. Em 07.01.2021 foi aprovado o plano de renegociação emergencial com vigência de 11.01.2021 a 30.04.2021, o qual flexibilizou as condições de cobrança. Referido plano foi prorrogado até 30/06/2021. Em 30.06.2021 foi aprovada a proposta da dispensa de multa e mora de parcelas vencidas para clientes adimplentes em 31.12.2020, período de vigência de 01.07.2021 até 30.12.2021.
Outros Créditos: São os Devedores por Compra de Valores e Bens (bens vendidos financiados em leilão público), aplicam-se os mesmos preceitos das Operações de Crédito.
e. Outros Ativos
Composto de Outros Créditos e Outros Valores e Bens.
Outros Créditos: São demonstrados pelos valores de realização.
Outros Valores e Bens: São os Ativos Não Financeiros Mantidos para a Venda (ANFMV) - Bens Não de Uso Próprio (BNDUs), Materiais em Estoque e Despesas Antecipadas. ***Ativos Não Financeiros Mantidos para a Venda (ANFMV) - BNDUS***: São bens móveis e imóveis registrados pelo valor de avaliação, e não se sujeitam à depreciação e/ou reavaliação. ***Materiais em Estoque***: São os materiais adquiridos para uso ou consumo correntes, sendo registrados pelo valor de aquisição e sua baixa em estoque pelo custo médio de valor. ***Despesas Antecipadas***: São as aplicações de recursos cujos benefícios ou prestação de serviços à Instituição far-se-ão em períodos seguintes.
f. Permanente
Composto por Investimentos, Imobilizado de Uso e Intangível. São registrados ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações e/ou amortizações. A AFEAM não tem registro de bem do ativo imobilizado dado em garantia de passivos.
Imobilizado de Uso - Cumprindo a Resolução CMN nº 4.535, de 2016, o cálculo para apuração da depreciação societária (IFRS) tem por base a estimativa de vida útil dos bens, o valor de mercado e residual, fundamentados em laudo de avaliação dos bens. Para atendimento à legislação tributária, foi mantido o cálculo para apuração da depreciação fiscal (BR) pelo método linear, com base em taxas anuais, sendo: edificações 4%; móveis/equipamentos de uso e outros bens depreciáveis 10%; processamento de dados 20%.
Intangível - Cumprindo a Resolução CMN nº 4.534, de 2016, o cálculo para apuração da amortização societária (IFRS) tem por base a estimativa de vida útil dos bens, seu valor de mercado e residual, fundamentados em laudo de avaliação dos bens. Para atendimento à legislação tributária, foi mantido o cálculo para apuração da amortização fiscal (BR) pelo método linear, com base em taxas anuais, sendo: gastos com ativos intangíveis amortizados em 5 anos, à taxa de 20% ao ano, limitado ao tempo de direito de uso. Com base em laudos de avaliação, os bens intangíveis foram caracterizados como "bens com vida útil indeterminada", ou seja, não sofrerão amortização societária por se tratar de softwares que serão utilizados por tempo indefinido.
g. Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros
Composto por Obrigações Por Empréstimos e Repasses. São calculados e apropriados "pro rata", pelo regime de competência mensal, quais sejam: - ***Recursos de Instituições Financeiras. BNDES/FINAME***: 1% de juros ao ano, mais TJLP, com vencimento até 15/02/2021. - Outros Passivos Financeiros. ***Programa FMPES Especial***: 15% dos rendimentos dos financiamentos concedidos ao Setor Primário e 35% dos rendimentos concedidos aos Setores Secundário e Terciário.
h. Provisões
Pessoal: São demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, relacionados a Proventos, Férias, FGTS, INSS, 13º Salário e diferenças salariais.
Contingências: Para o reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, das contingências passivas e ativas foi observado o CPC 25 e a Resolução CMN nº 3.823, de 2009. Passivos contingentes são processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, os quais são avaliados juridicamente levando-se em consideração a probabilidade de perda da Agência na causa, com desembolso financeiro para liquidar a obrigação. Em cumprimento ao CPC 25, essa probabilidade é classificada como ***possível*** (divulgada sem a obrigação de ser provisionada), ***provável*** (constituída provisão) e ***remota*** (não requer provisão nem divulgação). As provisões desses passivos são constituídas com base nos prognósticos de perdas "prováveis", indicados pelos patronos das causas. Os Ativos Contingentes não são reconhecidos.
i. Outros Passivos
Fiscais e previdenciárias: Os tributos são calculados conforme as alíquotas:

Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	15% + adicional 10%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	Até 30/06/2021, 20% De 01/07/2021 até 31/12/2021, 25%
Programa de Integração Social - PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN	5%

As provisões para o IRPJ e a CSLL são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo Lucro Real (LALUR), mas recolhidas por estimativa mensal, com base na opção prevista nos arts. 218 a 229 do Decreto 9.580, de 2018. A alíquota do IRPJ foi de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% a título de adicional, conforme a Lei nº 9.249, de 2005. No período de janeiro de 2021 até junho de 2021, a alíquota da CSLL foi de 20%, conforme a EC nº 103, de 2019, e IN RFB nº 1942, de 2020. A partir de julho de 2021, a alíquota foi majorada para 25%, conforme a MP nº 1.034, de 2021, convertida na Lei º 14.183, de 2021.
Os demais tributos representam as retenções e encargos oriundos de serviços de terceiros, incidentes sobre salários e retidos sobre algumas operações de crédito.
Desde janeiro de 2015 a AFEAM realiza recolhimento PIS e COFINS pelas receitas totais, exceto de Títulos e Valores Mobiliários, com base na Lei nº 12.973, de 2014, que estabeleceu novas regras de apuração para esses tributos (conceito da receita).
Outros Fundos e Programas: Estão registrados os recursos de fundos ou programas especiais oriundo de governos ou entidades públicas, administrados pela instituição, que se destinam a projetos específicos de interesse governamental, além de outros fundos administrados por instituições oficiais.
Outras Obrigações Diversas: São demonstradas pelos valores conhecidos e mensuráveis.
j. Eventos Subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações e a data de sua autorização.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Foi considerado como "Caixa e Equivalentes de Caixa" apenas as contas de disponibilidades e aplicações financeiras (curto prazo), conforme o Pronunciamento Técnico CPC 03-Definições.

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Disponibilidades	656.645	400.187
Títulos de Renda Fixa	65.161.400	40.597.477
Cotas de Fundos de Investimento	63.074.223	25.884.706
Cotas em Fundo em Participações	2.129.268	-
(-) Prov Redução ao Valor Recuperável Ativo	**(2.129.268)**	**-**
Total	**128.892.268**	**66.882.370**

NOTA 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Títulos e Mobiliários - TVM

	Dezembro 2021			Dezembro 2020		
	Até 1 ano	**Após 1 ano**	**Total**		**Após 1 ano**	**Total**
Letras Financeiras do Tesouro	-	41.706.760	41.706.760	-	39.864.007	39.864.007
Letras do Tesouro Nacional	65.161.400	-	65.161.400	11.318.698	59.787.095	71.105.793
Notas do Tesouro Nacional	-	90.312.237	90.312.237	29.278.778	66.455.473	95.734.251
Cotas/Fundos de Renda Fixa	63.074.223	-	63.074.223	25.884.706	-	25.884.706
Cotas/Fundo em Participações	2.129.268	28.074.780	30.204.048	-	29.480.424	29.480.424
(-) Prov Redução ao Valor Recuperável Ativo	(2.129.268)	(28.074.780)	(30.204.048)	-	(29.480.424)	(29.480.424)
Total	**128.235.623**	**132.018.997**	**260.254.620**	**66.482.182**	**166.106.575**	**232.588.757**

A AFEAM adquiriu 20.000.000 cotas do Fundo de Investimento em Participações Expert Valores, CNPJ 19.169.433/0001-01, com aportes em outubro de 2014 e março de 2015, integralizando o valor de R$ 20.000.000, remunerado pela taxa IPCA acrescida de 8% ao ano. Em 28/10/2016, a administradora do FIP Expert, empresa BNY Mellon, expediu o documento "Fato Relevante" comunicando que o investimento do Fundo em debêntures conversíveis em ações emitidas pela empresa TransExpert S/A, que representa a totalidade da carteira do Fundo, teve provisionamento por perdas no valor de R$ 26.614.027. No segundo semestre de 2016, a AFEAM registrou esse valor na conta de Provisão para *Desvalorização de Títulos*, cujo montante atual é de R$ 28.074.780. A AFEAM também vem adotando medidas nos órgãos competentes visando recuperar os recursos investidos, inclusive em âmbito judicial.
A AFEAM subscreveu R$ 3.000.000 em cotas do Fundo de Investimento em Participações Criatec III, CNPJ 23.456.268/0001-38, integralizando até 31/12/2021 o capital de R$ 2.129.268. Esse Fundo é um investimento em pequenas empresas emergentes e inovadoras, as quais são geralmente nascentes, sem faturamento e com intenso conteúdo inovador, o que enquadra o Criatec 3 no segmento de Capital Semente, sendo uma forma de fomentar as empresas inovadoras no Amazonas, em sua maioria *startups*. As atividades de prospecção encerraram-se em janeiro/2021 e nenhuma empresa do Estado do Amazonas foi aprovada/habilitada para receber o investimento, porém, a Agência continuará realizando as chamadas de capital até atingir o montante compromissado, de acordo com o que reza o regulamento do Fundo, Art. 36, sob pena do pagamento de juros e multa sob os valores não integralizados.

b. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS

• Composição por Tipo de Operação

	Dezembro 2021		Dezembro 2020	
Operações de Crédito	**Saldo**	**%**	**Saldo**	**%**
Financiamento	34.235.073	99	30.292.380	99
Rural	-	1	40.965	1
Subtotal	**34.235.073**	**100**	**30.333.345**	**100**
Prov para Crédito Liquidação Duvidosa	(9.272.465)		(9.631.390)	
Total Operações de Crédito	**24.962.608**		**20.701.955**	
Outros Créditos	**Saldo**	**%**	**Saldo**	**%**
Outros Créditos	530.247	100	-	
Subtotal	**530.247**	**100**	**-**	
Prov para Crédito Liquidação Duvidosa	(2.652)		-	
Total Outros Créditos	**527.595**		**-**	

• Composição por Atividade Econômica

Atividade	Dezembro 2021		Dezembro 2020	
	Saldo R$	**Provisão R$**	**Saldo R$**	**Provisão R$**
Indústria	15.455.730	7.832.660	15.540.550	8.591.577
Comércio	10.551.075	355.335	9.422.043	266.229
Serviço	8.228.268	1.084.470	5.329.787	772.355
Rural	-	-	40.965	1.229
Outros Créditos	530.247	2.652	-	-
Total	**34.765.320**	**9.275.117**	**30.333.345**	**9.631.390**

• Composição por Vencimento

Atividade	Dezembro 2021						Dezembro 2020
	1 a 60 dias	**61 a 90 dias**	**91 a 180 dias**	**180 dias a 1 ano**	**Após 1 ano**	**Total**	
Indústria	1.218.460	644.167	1.024.322	2.115.313	10.453.468	15.455.730	15.540.550
Comércio	1.086.152	667.448	1.588.153	2.763.903	4.445.419	10.551.075	9.422.043
Serviço	451.924	306.970	779.980	1.579.130	5.110.264	8.228.268	5.329.787
Rural	-	-	-	-	-	-	40.965
Outros Créditos	10.397	20.794	31.191	62.382	405.483	530.247	-
Total	**2.766.933**	**1.639.379**	**3.423.646**	**6.520.728**	**20.414.634**	**34.765.320**	**30.333.345**

• Composição por Nível de Risco

		Dezembro 2021				Dezembro 2020	
Nível de Risco	**%**	**Normal**	**Vencidas**	**Total**	**Provisão**	**Total**	**Provisão**
Nível A	0,5	6.087.552	-	6.087.552	30.438	6.968.674	34.843
Nível B	1	3.841.705	43.688	3.885.393	38.854	5.509.356	55.094
Nível C	3	12.375.982	1.589.813	13.965.795	418.974	8.263.118	247.893
Nível D	10	776.291	1.269.354	2.045.645	204.565	32.671	3.267
Nível E	30	190.863	-	190.863	57.259	180.372	54.112
Nível F	50	130.089	-	130.089	65.044	285.945	142.972
Nível G	70	-	-	-	-	-	-
Nível H	100	31.851	8.428.132	8.459.983	8.459.983	9.093.209	9.093.209
Total		**23.434.333**	**11.330.987**	**34.765.320**	**9.275.117**	**30.333.345**	**9.631.390**

• Operações Registradas como Prejuízo, Constituição, Reversão e Recuperados

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Transferência para prejuízos	169.996	631.036
Constituição de Provisões	416.628	2.073.653
Reversão de Provisões	602.906	709.655
Recuperados	83.987	1.203.990

NOTA 6. OUTROS ATIVOS

Composição	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Rendas a Receber – Taxa de Administração FTI	3.758.749	1.855.817
Impostos e Contribuições a Compensar	293.072	11.741
Depósitos em Garantia - Recursos Trabalhistas	937.316	976.353
Depósitos em Garantia - Outros	384.571	192.007
Custas Judiciais a Ressarcir	113	3.051
Férias Pagas	486.449	552.461
Bloqueio Judicial	-	439.253
ANFMV - BNDUs - Imóveis	50.355.979	52.680.086
ANFMV - BNDUs - Veículos	-	3.000
ANFMV - BNDUs - Máquinas e Equipamentos	1.073.755	1.090.533
Material em Estoque	57.976	121.665
Despesas Antecipadas	69.071	55.709
Outros	12.034	3.439
Total	**57.429.085**	**57.985.115**

Ativos não Financeiros Mantidos para Venda (ANFMV) - Bens Não de Uso Próprio (BNDUs): têm a finalidade de amortizar e/ou liquidar operações de crédito, para posterior venda em leilão público. Atendendo a normas específicas, a constituição de provisão desses bens é baseada em laudos de avaliação, que indique os critérios de avaliação e os elementos de comparação adotados e instruídos com documentos relativos ao bem. No exercício de 2021, a AFEAM constituiu provisão no valor de R$ 18.365.379 para desvalorização de ANFMV- Recebidos, sendo: R$ 2.027.229 referente a bens que foram avaliados no período, sofrendo desvalorização de acordo com os laudos técnicos emitidos pelos profissionais competentes; R$ 16.338.150 em função da necessidade de observância da Resolução BCB nº 4.747, que entrou em vigor a partir de janeiro de 2021 e da impossibilidade de a AFEAM cumprir os requisitos dessa legislação referente a posse, domínio e controle do ANFMV que estão obstados/suspensos pela ação judicial movida pela antiga proprietária do bem com risco de perda pela possibilidade de não reintegração de posse, conforme análise de risco constante na nota 14, letra c, item I. Ainda nesse exercício, foi baixado o valor de R$ 1.486.338, correspondente a ANFMV vendidos em leilão público realizado em dezembro de 2020.

		2021		
ANFMV - BNDUs	**Dezembro 2020**	**Constituição**	**Baixa**	**Dezembro 2021**
Imóveis	52.680.087	-	2.324.108	50.355.979
Veículos	3.000	-	3.000	-
Máquinas e Equipamentos	1.090.534	-	16.779	1.073.755
Total	**53.773.621**	**-**	**2.343.887**	**51.429.734**
Provisão Para Redução Valor Recuperável de Ativo				
Imóvel	(26.646.903)	18.266.184	839.108	(44.073.979)
Veículo	(3.000)	-	3.000	-
Máquinas e Equipamentos	(425.975)	99.195	15.441	(509.729)
Total	**(27.075.878)**	**18.365.379**	**857.549**	**(44.583.708)**

NOTA 7. PERMANENTE

a. Investimento

Composição	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Obras de Arte	57.881	57.881
Marcas e Patentes	130	130
Painéis Históricos	61.003	61.003
Total	**119.014**	**119.014**

b. Imobilizado de Uso

Composição	Dezembro 2021			Dezembro 2020		
	Custo	**Depreciação**	**Recuperável**	**Custo**	**Depreciação**	**Recuperável**
Instalações	157.626	(105.414)	-	157.626	(104.757)	-
Mobiliário	671.002	(414.131)	(15.542)	658.278	(396.796)	(14.010)
Equip. de processamento de dados	3.026.505	(2.205.478)	(107.488)	3.026.979	(2.032.957)	(90.937)
Equipamentos de comunicação	44.354	(34.885)	(2.450)	44.354	(34.372)	(2.220)
Armas e equipamentos	28.094	(10.477)	(1.173)	36.934	(11.151)	(1.903)
Circuito fechado de TV	43.497	(26.020)	(2.111)	43.496	(22.334)	(2.252)
Aparelho de refrigeração	354.489	(163.981)	(10.274)	359.651	(153.897)	(11.802)
Equipamentos	328.279	(257.030)	(8.067)	313.188	(247.353)	(8.168)
Terrenos	7.287.340	-	-	7.287.340	-	-
Edificações	1.645.667	(567.704)	-	1.645.667	(544.445)	-
Total	**13.586.853**	**(3.785.120)**	**(147.105)**	**13.573.513**	**(3.548.062)**	**(131.292)**

continua...

página 3, continuação, Notas Explicativas AFEAM

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A.

c. Intangível

Composição	Dezembro 2021		Dezembro 2020	
	Custo	Depreciação	Custo	Depreciação
Adquiridos	620.989	(49.048)	691.069	(121.275)
Total	**620.989**	**(49.048)**	**691.069**	**(121.275)**

NOTA 8. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Composição	Dezembro 2021			Dezembro 2020		
	Até 1 ano	Após 1 Ano	Total	Até 1 ano	Após 1 Ano	Total
Recursos Financeiros - BNDES	-	-	-	202.351	-	202.351
Outros Passivos Financeiros	1.476.824	12.217.357	13.694.181	1.496.191	13.828.437	15.324.628
FMPES Especial						
Total	**1.476.824**	**12.217.357**	**13.694.181**	**1.698.542**	**13.828.437**	**15.526.979**

NOTA 9. PROVISÕES

a. Pessoal

Composição	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Férias	2.630.278	2.624.339
FGTS	210.319	209.849
INSS	702.744	727.330
Proventos	1.089.190	1.023.390
Diferenças Salariais	-	85.523
Total	**4.632.531**	**4.670.431**

b. Contigências

		2021		
Natureza	**Dezembro 2020**	**Constituição**	**Baixa**	**Dezembro 2021**
Trabalhista	15.980.246	15.161.747	16.384.165	14.757.828
Cível	1.974.060	747.548	829.837	1.891.771
Tributária	13.565.389	253.180	-	13.818.569
Total	**31.519.695**	**16.162.475**	**17.214.002**	**30.468.168**

• Riscos de perdas

Natureza	Provável	Posível
Trabalhistas	14.757.828	-
Cível	1.891.771	4.568.354
Tributária	13.818.569	-
Total	**30.468.168**	**4.568.354**

• Ações Trabalhistas

Foram constituídas provisões no valor de R$14.757.828, suficiente para cobrir os riscos de perda das ações individuais ajuizadas pelos empregados até 31/12/2021 (R$ 9.918.779), bem como parte dos riscos de perdas estimadas proveniente da ação trabalhista movida pelo Sindicato dos Bancários do Amazonas (reserva técnica R$ 4.839.049).

Ações Trabalhistas	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Empregados	8.431.781	6.270.678
Reserva Técnica	4.839.049	9.097.994
Outros processos	1.486.998	611.574
Total	**14.757.828**	**15.980.246**

• Ações Tributárias - PIS e COFINS / Mandado de Segurança

A AFEAM impetrou, em 2008, Mandado de Segurança (processo nº 2008.34.00.013625-3) contra a Receita Federal do Brasil-RFB objetivando obter medida liminar para suspender a exigibilidade dos créditos tributários referentes ao PIS e à COFINS, indevidamente cobrados ante à aplicação do art. 3º, § 1º, da Lei nº 9.718, de 1998 que foi declarado inconstitucional pelo STF. A liminar foi deferida pela 9ª Vara Federal em maio de 2008, com a determinação de a AFEAM recolher a COFINS com a base de cálculo do art. 2º da LC nº 70, de 1991 e do PIS com a base de cálculo prevista no art. 3º da Lei 9.715, de 1998. Em novembro de 2012, diante de considerações jurídicas acerca da legitimidade do impetrado direto, o delegado da Receita Federal do Brasil, a AFEAM impetrou novo Mandado de Segurança Individual (processo nº 17888-97.2012.4.01.3200) junto à 3ª Vara da Justiça Federal no Amazonas, desta feita figurando como impetrado o Delegado da Receita Federal do Brasil em Manaus, cujo processo continua em tramitação na Justiça Federal. Em 31/12/2021 o montante atualizado é de R$ 2.600.831.

• Ações Tributárias - PIS e COFINS / Auto de Infração

No primeiro semestre de 2015, foi concluída fiscalização da Receita Federal na AFEAM (processo nº 10283-720.620/2015-88) sobre o cumprimento das obrigações tributárias relativas ao PIS e à COFINS, do período de julho a dezembro de 2010 e janeiro a dezembro de 2011, o que resultou na lavratura de Autos de Infração para o PIS no valor de R$ 1.351.939 e para COFINS de R$ 5.937.340. Essas Autuações estão baseadas no fato de a AFEAM apurar essas contribuições pelo regime cumulativo e a Receita Federal ter entendimento diverso, ou seja, regime não cumulativo. A AFEAM não concordando com esses Autos e ainda considerando o processo nº 17888-97.2012.4.01.3200 de que trata o item anterior que tramita na justiça federal, interpôs impugnação junto ao Delegado da Receita Federal, a qual atualmente está suspensa, aguardando decisão do citado processo judicial. Em novembro de 2019 foi constituída provisão de R$ 9.670.514, sendo PIS R$ 1.826.102 e COFINS R$ 7.844.412. Em 31/12/2021 o montante atualizado é de R$ 11.217.738.

.

NOTA 10. OUTROS PASSIVOS

a. Sociais e Estatutárias

Composição	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Dividendos	66.750	1.851.743
Participação Empregados	57.315	409.390
TOTAL	**124.065**	**2.261.134**

b. Fiscais e Previdenciárias

Composição	Dezembro 2021	Dezembro 2020
IRPJ	7.141.598	5.711.332
CSLL	7.498.241	5.367.042
IRRF Funcionários	884.985	786.560
IRRF Terceiros	9.753	10.722
INSS Empresa	468.125	431.697
INSS Funcionários	100.313	99.575
INSS Terceiros	29.461	37.166
FGTS	204.690	186.687
ISSQN Empresa	391.784	360.370
ISSQN Retido de Terceiros	19.788	22.325
COFINS	329.774	302.442
PIS	53.588	49.147
Parcelamento PGFN	-	65.722
Outros	141.195	140.895
Total	**17.273.295**	**13.571.682**

c. Outros Fundos e Programas

A AFEAM é gestora e agente financeiro do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas - FMPES, percebendo remuneração calculada sobre o saldo das contas do Fundo relativo à disponibilidade + operações de crédito + créditos compensados.

A Lei Estadual nº 4.953, de 2019 alterou o percentual aplicado para remuneração da taxa de administração, passando de 4% para 10% ao ano, em 2019; 9% em 2020; 8% em 2021 e 6% a partir de 2022.

FMPES	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Trânsito	31.744.109	29.147.835
Investimento Social	26.616.991	-
Financiamento	64.587.282	82.009.505
TOTAL	**122.948.382**	**111.157.340**

OUTROS FUNDOS/RECURSOS	Dezembro 2021	Dezembro 2020
FTI	295.862	245.823
Convênios	15.042.526	15.428.495
TOTAL	**15.338.388**	**15.674.318**

d. Diversos

Composição	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Pagamentos a Processar	97.811	74.566
Fornecedores Nacionais	575.972	523.353
Ação de Crédito	124.255	75.664
Leilão	1.508.029	-
Outros	114.248	390.878
Total	**2.420.315**	**1.064.461**

NOTA 11. PATRIMONIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social da AFEAM é de R$ 98.065.592 e está representado por 98.065.592 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, participando o Estado do Amazonas como acionista controlador com 98.047.0947 ações e o Município de Manacapuru/AM como acionista minoritário com 17.645 ações, totalmente subscrito e integralizado. O Estado do Amazonas detém 99,98% do capital social.

Foram aprovados na 37ª Assembléia Geral Ordinária de Acionistas, realizada em 30 de abril de 2021, para aumento de capital, a destinação do Lucro Remanescente apurado no exercício de 2020, no valor de R$ 2.585.229, e o valor de R$ 1.851.743, relativos aos dividendos obrigatórios. Referido valor, totalizando R$ 4.436.972, foi devidamente aprovado pelo Banco Central do Brasil conforme Ofício nº 20435/2021-BCB/DEORF/GTREC.

Na mesma Assembléia, os acionistas decidiram destinar parte do Lucro remanescente do exercício de 2020 para a constituição de uma reserva orçamentária de investimento, no valor de R$ 2.970.000. Referido valor encontra-se registrado em conta Reserva de Lucro para Expansão.

Capital Social	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Ações Ordinárias	93.628.620	93.628.620
Aumento de Capital	4.436.972	-
Total	**98.065.592**	**93.628.620**

b. Ajustes de Exercícios Anteriores

Em 2021 não foram efetuados ajustes na conta Lucros/Prejuízos Acumulados.

c. Dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 6% do lucro líquido, menos Reseva Legal apurados nos termos da Política de Dividendos da AFEAM. No exercício de 2021, foi apurado o valor de R$ 66.750 (R$ 1.851.744 em 2020).

NOTA 12. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a. Receitas de Prestação de Serviços

	2° Semestre 2021	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Taxa de Adm FMPES	36.345.208	65.640.142	63.442.826
Taxa de Adm FTI e Convênios	1.148.103	2.269.363	2.338.441
Taxas de Cadastro e Outras	1.849.840	3.415.238	2.338.466
Total	**39.343.151**	**71.324.743**	**68.119.733**

b. Despesas de Pessoal

	2° Semestre 2021	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Honorários Diretores e Conselheiros	626.207	1.302.988	1.279.549
Benefícios	2.598.118	4.948.350	5.086.639
Encargos Sociais (FGTS e Previdência)	3.935.545	7.533.738	7.503.709
Proventos	11.131.436	21.041.803	21.101.097
Treinamentos	86.076	129.633	110.248
Estagiários	231.467	414.812	365.835
Participação nos lucros Empregados	57.315	57.315	409.390
Total	**18.666.164**	**35.428.639**	**35.856.467**

c. Outras Despesas Administrativas

	2° Semestre 2021	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Água, Energia e Gás	207.957	366.328	289.676
Aluguéis	43.668	87.492	94.271
Comunicações	179.151	359.208	307.521
Manutenção e Conservação de Bens	326.636	594.214	152.398
Material	35.174	90.528	69.475
Processamento de Dados	225.878	456.944	541.184
Promoções e Relações Públicas	45.170	70.076	34.227
Publicações	99.577	197.521	177.324
Seguro	2.815	3.351	6.174
Serviço de Terceiros	1.386.458	2.771.595	2.110.936
Serviços de Vigilância	399.703	767.749	724.489
Serviços Técnicos Especializados	145.102	369.381	326.298
Transporte	38.553	60.271	90.866
Viagens	23.715	76.868	41.870
Outras Despesas Administrativas	127.669	227.870	210.570
Total	**3.287.226**	**6.499.396**	**5.177.279**

d. Despesas Tributárias

	2° Semestre 2021	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Federais	-	-	75
Estaduais	5.860	6.588	1.043
Municipais	1.967.229	3.566.472	3.411.143
Cofins	1.667.286	3.033.584	2.853.353
Pis	270.934	492.958	463.669
Total	**3.911.309**	**7.099.602**	**6.729.283**

e. Outras Receitas Operacionais

	2° Semestre 2021	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Recuperação de Encargos e Despesas	75.555	117.886	163.123
Reversão de Provisões Administrativas	37.539	59.168	140.183
Reversão de Passivos Contingentes	4.361.735	5.017.920	294.289
Contribuição Social	284.519	284.519	-
Outras Rendas Operacionais	407	1.262	5.359
Total	**4.759.755**	**5.480.755**	**602.954**

f. Outras Despesas Operacionais

	2° Semestre 2021	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Depreciação e Amortização	140.961	259.436	244.420
Perdas Por Redução Valor Recuperável	-	-	119.193
Provisões Contingências	7.903.888	8.646.524	6.739.244
Administração de Fundos	291.359	450.809	413.341
Outras Despesas Operacionais	7.365	169.016	664.726
Total	**8.343.573**	**9.525.785**	**8.180.924**

g. Resultado Não Operacional

	2° Semestre 2021	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Outras Receitas não Operacionais	163.199	663.712	237.399
Outras Despesas não Operacionais	(8.836.776)	(19.265.544)	(1.385.844)
Total	**(8.673.577)**	**(18.601.832)**	**(1.148.445)**

NOTA 13. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS ORGÃOS ESTATUTÁRIOS

A Política de Remuneração dos Administradores e Demais Órgãos Estatutários da AFEAM segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.921, de 2010, e define remuneração como o pagamento efetuado em retribuição ao trabalho prestado à Instituição pelos administradores e demais órgãos estatutários, assim considerados: os Diretores (DICOL), os membros do Conselho de Administração (COAD), do Conselho Fiscal (COFIS) e do Comitê de Auditoria (COAUD).

	2° Semestre 2021	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Diretoria	416.728	900.142	930.417
Conselho Administrativo	112.797	209.480	193.366
Conselho Fiscal	48.341	96.683	96.683
Comitê de Auditoria	48.341	96.683	59.084
Total	**626.207**	**1.302.988**	**1.279.549**

NOTA 14. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO E DE CAPITAL E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

a. Estrutura de Gerenciamento integrado de Riscos

A Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos – GIR da AFEAM segue diretrizes da Resolução CMN nº 4.557, de 2017, e suas alterações, e tem como finalidade identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de forma contínua, sendo aplicada às linhas de negócio de crédito, financeiro e administração de recursos de terceiros. Os principais riscos tratados pela referida Estrutura são: Riscos Financeiros (crédito, mercado e liquidez); e Riscos Não Financeiros (operacional, socioambiental, cibernético, legal, *compliance*, estratégico e reputacional). A Estrutura GIR prevê um modelo interno denominado Matriz de Gerenciamento Integrado de Riscos, o qual apresenta indicadores que podem sinalizar o nível dos riscos que afetam as linhas de negócio da Agência, a elaboração de relatórios periódicos sobre os resultados de monitoramento de riscos com proposição de ações de mitigação, programas de testes de estresse para mensurar o nível de impacto dos riscos relevantes no capital em cenário adverso e Plano de Contingência de Liquidez a ser adotado em cenário com alta probabilidade de impacto de liquidez.

A estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos poderá ser verificada no endereço eletrônico:https://www.afeam.am.gov.br/a-instituicao/governanca/#!/, no item Controles Internos e Gerenciamentos de Riscos, subitem Documentos.

b. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Seguindo diretrizes da Resolução CMN nº 4.557, de 2017, e suas alterações, a Estrutura de Gerenciamento de Capital da AFEAM tem como finalidade monitorar o capital da Agência avaliando o impacto no capital e nas suas metas estratégicas, bem como, avaliar a necessidade de capital face aos riscos mensurados pela Estrutura de Gestão Integrada de Riscos. O Plano de Capital foi aprovado em abril de 2021 com prospecção de cenários para os próximos 04 anos, devendo ser revisado até abril de 2022.

O cálculo do Patrimônio de Referência (PR) Mínimo para cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) é parte da composição estrutural dos riscos afetos à Instituição, compondo a sua Estrutura de Gerenciamento de Capital. Com base na Resolução CMN nº 4.193, de 2013, a AFEAM aloca capital para a cobertura dos diversos tipos de risco previstos, destacando-se os Riscos de Crédito, Mercado e Operacional, bem como o valor do capital para cobertura do risco de taxa de juros da Carteira Bancária (RBAN), e ainda o Adicional de Conservação de Capital Principal. Esses valores são calculados mediante metodologia definida pelo BCB, apurados e informados, mensalmente, no Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO). Em 31/12/2021, o PR é de R$ 102.121.162 (R$ 101.149.610, em 30/06/2021) e o RWA foi de R$ 161.465.515 (R$ 135.555.717, em 30/06/2021), resultando num índice de Basiléia (PR/RWA) de 63,25% (74,62%, em 30/06/2021). Nesse sentido, a capacidade do Capital da AFEAM em superar os riscos inerentes às suas linhas de negócios apresenta uma ótima condição.

A estrutura de gerenciamento de capital poderá ser verificada no endereço eletrônico: https://www.afeam.am.gov.br/a-instituicao/governanca/#!/, no item Controles Internos e Gerenciamentos de Riscos, subitem Documentos.

c. Análise de Sensibilidade

Entre os riscos de maior relevância e com maior potencial de afetar o capital da AFEAM a partir de 2022, permanecem em destaque a possibilidade de não reintegração de posse de um BNDU e anulação total da dação em pagamento de outro BNDU, ambos localizados em Manaus, e o aumento do passivo trabalhista decorrente de ações judiciais movidas por empregados da Agência, decorrente da redução da carga horária de trabalho ocorrida em novembro de 2016, de 8h para 6h, em função da Ação Civil Pública do Ministério Público do Trabalho - MPT, processo n. 0000873-96.2010.5.11.2008.

I. Risco de Não Reintegração de Posse de ANFMV - BNDUs

A AFEAM registra no seu balanço Bem recebido em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso, oriundo da consolidação da propriedade. Em 29/12/2014, a AFEAM procedeu à execução de garantia de uma operação de crédito concedida, conforme descrito na Certidão de Inteiro Teor R-11/19231 – Prot. 72172, com registro contábil inicial do valor de R$ 16.338.150, tendo como base a documentação emitida pelo cartório do 2º Ofício que oficializou a consolidação da propriedade em favor da AFEAM e o laudo de avaliação que atribuiu ao bem o valor de mercado de R$ 18.634.010 (sem o valor estimado do fundo de comércio). A empresa, antiga proprietária do imóvel consolidado, ingressou com Ação junto ao judiciário, requerendo a interpretação de cláusulas da escritura de confissão de dívida, a liberação de mora, o cancelamento dos atos registrais praticados na matrícula imobiliária nº 19.231 entre outros pedidos, situação que impediu a AFEAM de obter a posse, o domínio e o controle do ativo. Com a edição da Resolução nº 4747, de 2019, cuja aplicabilidade se iniciou a partir de janeiro de 2021, os ativos não financeiros mantidos para venda devem ser reconhecidos inicialmente, na data do seu recebimento, ou seja, a data em que a instituição obteve a posse, o domínio e o controle do ativo. Como o cumprimento desses requisitos encontram-se obstados/suspensos pelos efeitos da ação judicial em curso, a fim de guardar conformidade com a nova legislação, a AFEAM realizou no primeiro semestre de 2021 a provisão de 50% do valor do BNDU, na ordem de R$ 8.169.075 e, no segundo semestre ocorreu o provisionamento dos outros 50% no valor de R$ 8.169.075, provocando novo impacto econômico no capital da Agência. Estimamos que o risco de não reintegração de posse persiste para 2022, contudo sem novo impacto no capital da AFEAM tendo em vista que o valor do ativo foi provisionado 100% em 2021.

II) Risco de anulação total da dação em pagamento de BNDU localizado em Manaus

Com relação à anulação da dação em pagamento de BNDU localizado em Manaus, persiste para 2022 o risco de a AFEAM não ter mais parte do valor do ativo não financeiro mantido para venda (ANFMV), referente à fonte de Recursos Próprios. O risco decorre da possibilidade de anulação do negócio por vícios na tabulação do negócio apontados pela SUFRAMA que se encontram sob análise de órgãos de controle e/ou pelo fato de a AFEAM não preencher os requisitos para obter a anuência na transferência do imóvel em seu favor, apesar do art. 92 da Resolução CAS nº 102/2021 possibilitar a SUFRAMA dirimir tal situação. Caso a anulação seja concretizada, a AFEAM passaria a ter apenas um direito de recebimento do cedente do imóvel, do valor pago na condição de coobrigada garantidora no empréstimo bancário realizado pelo mesmo, no valor original de R$ 16.007.030. Como o BNDU está 100% provisionado, a mudança não traria um novo impacto econômico no capital da Agência. No entanto, em se tratando de liquidez do ativo, uma dívida na configuração de empréstimo bancário de terceiros teria possibilidade muito reduzida de retorno financeiro no futuro, tendo em vista a situação econômica e financeira atual do cedente do BNDU. O último Laudo de Avaliação de 14/12/2018, reduziu de R$ 58.000 mil para R$ 22.500 mil o valor do imóvel. Diante desse cenário, aliado à possibilidade de acréscimo do valor de custas judiciais em eventual ação de anulação estimado em R$ 297 mil e descontados a possibilidade de ressarcimento e/ou devolução do pagamento de tributos relacionadas à dação no valor de R$ 1.064 mil, estima-se que com a mudança do tipo de ativo, a AFEAM deixaria de receber no futuro R$ 5.441 mil com a venda do ANFMV (BNDUs), mas ainda com os impactos já absorvidos no capital da Agência.

III) Risco de Passivo Trabalhista

A AFEAM iniciou 2021 com um passivo trabalhista no valor total provável de causa R$ 13.735.000, referente às ações judiciais de 1/3 dos empregados. O valor ponderado por risco de perda destas causas foi estimado em R$ 11.468.000,00, ou seja, 83,50% de possibilidade de perda em relação ao valor provável de causa.

Como risco potencial adicional, havia a possibilidade de novas ações trabalhistas por parte de 2/3 dos empregados que ainda não peticionaram ação trabalhista, com valor provável de causa estimado em R$ 27.472.000, e valor ponderado por risco de perda estimado em R$ 16.999.000.

Ao final do segundo semestre de 2021 já haviam sido peticionadas 81 ações trabalhistas com valor de causa de R$ 20.279.297, restando 71 empregados que ainda não haviam peticionado ação, por tanto, com risco eminente de novos ajuizamentos no valor global estimado em R$ 19.356.198. Para as 81 ações já peticionadas, há uma previsão de perda esperada no valor de R$ 9.918.779, que se encontra devidamente provisionada ao encerramento do exercício de 2021. Para absorver o impacto das ações não ingressadas dos 71 empregados, a AFEAM realizou a provisão de R$ 4.839.049 em reserva técnica, e programa provisionar mais R$ 14.517.148, em 3 parcelas iguais durante os exercícios de 2022, 2023 e 2024. Assim sendo, o valor global de possível impacto no capital, descontadas as provisões até 2021 para os 71 empregados que ainda não ajuízam a ação trabalhista, é de R$ 14.517.148, sendo R$ 4.839.049 em 2022 conforme provisão programada para esse exercício.

d. Resiliência do Capital da AFEAM

Com base nos riscos mencionados acima, apenas o Risco Passivo Trabalhista aponta novo valor global de impacto no capital da AFEAM estimado em R$ 14.517.148. No entanto, devido ao provisionamento já existente, espera-se um impacto de R$ 4.839.049 com a provisão programada para o ano de 2022, situação que não comprometerá sua capacidade de gerar resultado positivo no exercício de 2022.

NOTA 15. OUTROS EVENTOS

a. Anistia-enchente 2021

A AFEAM, como gestora do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas – FMPES, divulga que foi editada a lei estadual n° 5.419, de 2021, a qual trata da concessão de anistia aos financiamentos contratados com recursos do FMPES, localizados nos municípios afetados pela enchente que tiverem reconhecida a calamidade pública, ou o estado de emergência, pela Defesa Civil Estadual ou Secretaria Nacional da Defesa Civil, estabeleceu o perdão total ou parcial da dívida ou a renegociação do valor remanescente financiado. Na data base de dezembro/2021, 54 municípios tiveram reconhecida a calamidade pública, ou o estado de emergência. Desse quantitativo, 33 municípios foram contemplados com anistia no montante de R$ 5.358.952, reduzindo o Patrimônio do Fundo nesse total, consequentemente, impactando na receita da AFEAM oriunda da taxa de administração recebida.

AFEAM
Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A.

Marcos Vinícius Cardoso de Castro
Diretor-Presidente da AFEAM

Cristina Coelho da Silva
Diretora de Administração

João Batista Silva Tavares
Diretor de Crédito

Luana Coimbra da Rocha
Contadora CRC/AM 10.314/O-3

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e aos Administradores da
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A - AFEAM
Manaus - AM

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da **Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A - AFEAM ("AFEAM" ou "Instituição"),** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AFEAM em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para Opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à AFEAM, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa
Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 3d e 5b, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, as operações de crédito, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, são classificadas em 8 níveis de risco, sendo "A" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A Instituição aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para fins de cálculo da provisão. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamento da AFEAM, baseadas em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da AFEAM quanto às perdas da carteira. Devido à relevância das operações de crédito, às incertezas e julgamentos relacionados à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e ao impacto que eventual alteração das premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Avaliamos a efetividade operacional dos controles internos relevantes e manuais implementados pela AFEAM e relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação e atualização dos níveis de risco ("*rating*") das operações de crédito e as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Com base em amostragem, avaliamos se a AFEAM atendeu aos requisitos relacionados à apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa e se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas 3d e 5b, estão de acordo com as regras aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da AFEAM é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da AFEAM continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a AFEAM ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da AFEAM são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da AFEAM;
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da AFEAM. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a AFEAM a não mais se manter em continuidade operacional;
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRCRS 5.460/O-0 "T" SP

JORGE LUIZ MENEZES CEREJA
CONTADOR 1 CRC RS 43679/O
SÓCIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM, em reunião extraordinária ocorrida nesta data,
CONSIDERANDO o teor do Relatório da Administração da AFEAM, bem como as Demonstrações Contábeis,exercício 2021 e o Parecer dos Auditores Independentes;
CONSIDERANDO as conclusões do Comitê de Auditoria, apresentadas em seu Relatório, registrado em Reunião de mesma data, recomendando a este Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras,
CONSIDERANDO ainda o "Parecer do Conselho Fiscal da Agência", registrado em Reunião de mesma data,
DECLARA que após análise do Relatório da Administração da AFEAM, bem como das Demonstrações Contábeis, exercício 2021, encontrou os mesmos em perfeita ordem, elucidando claramente todos os fatos relevantes ocorridos em 2021. Ressalta que os quadros e tabelas acrescidos nas Notas Explicativas do exercício em questão tornaram de fácil entendimento e compreensão a visualização das informações demonstradas nos documentos. Observa a transparência com que os assuntos foram expostos, as estruturas de Governança, Controles Internos e Compliance também foram bem representados no Relatório da Administração. Destaca ainda que a AFEAM vem caminhando para um nível cada vez maior de comprometimento, implantando os normativos cabíveis e exigidos pelos Órgãos Reguladores e realizando, através de seus gestores e corpo funcional, uma Gestão de compromisso com a perenidade da Instituição e crescimento para o alcance de sua Missão. Pelos motivos expostos, de acordo com o inciso V, do Artigo 142 da Lei n.º 6.404, de 15.12.1976, o Conselho de Administração da AFEAM, concluiu, à vista do parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal, e das conclusões expressas no relatório do Comitê de Auditoria, que as contas da Diretoria relativas ao exercício findo em 31/12/2021, encontram-se em ordem, devendo, pois, serem submetidas à apreciação da Assembleia de Acionistas.

Manaus/AM, 25 de março de 2022.

Paulo Ricardo Rodrigues de Souza
Presidente

Marcos Vinícius Cardoso de Castro
Membro

Márcia Melo Pereira Pinheiro
Membro

Alessandro Ribeiro
Membro

ADRIANO MENDONÇA PONTE
Membro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 163 da Lei n.º 6.404, de 15.12.76, após examinar as Demonstrações Contábeis do exercício 2021, complementadas pelas Notas Explicativas, e considerando o Parecer dos Auditores Independentes, declara que encontrou as peças contábeis na mais perfeita ordem, concluindo por indicar à Assembleia Geral sua aprovação, na época devida.

Manaus/AM, 25 de março de 2022.

Eliza Maria Nascimento Albuquerque
Presidente

Fernando Silva Marquezini
Membro

Edileuza Lobato da Cunha
Membro

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

Introdução
1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria
O Comitê de Auditoria da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. – AFEAM denominado COAUD, órgão de caráter permanente, observa as disposições do Estatuto Social da AFEAM, da Lei Federal 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto Estadual nº 39.032, de 2018, Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.910, de 27 de maio de 2021 e as decisões do Conselho de Administração.
1.2 Principais atribuições do Comitê de Auditoria.
Compete ao Comitê de Auditoria auxiliar o Conselho de Administração no que se refere às funções de supervisionar as atividades das auditorias interna e independente, de controles internos e de gestão de riscos, assim como avaliar e monitorar a qualidade e integridade dos sistemas de controles internos, das demonstrações financeiras e da exposição a riscos, a fim de melhorar o processo de transparência e de contribuir com o aperfeiçoamento das atividades da AFEAM.
1.3 Composição:
Conforme disposto no art. 4º. do Regimento Interno do Comitê de Auditoria da AFEAM, o COAUD, eleito e destituído pelo Conselho de Administração, será integrado por 3 (três) membros, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma reeleição. Atualmente, o comitê é composto pelos seguintes membros: Sr. Irineu Avelino de Souza Neto, Sr. Eronildo Rogério Correia de Freitas e sendo presidido pelo Sr. Márcio Marques Gonçalves. O primeiro exercendo seu primeiro mandato e os demais reeleitos em 10/12/2021, todos com experiência profissional e/ou formação acadêmica compatível com o cargo.

Atividades do Comitê de Auditoria
O COAUD reuniu-se 15 (quinze) vezes. Nesse período de 2021, o Comitê de Auditoria também realizou sessões reservadas periódicas com a Gerência Jurídica, com a Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance e com a Auditoria Interna, além de outras com a Gerência Administrativa, com a Auditoria Independente e, em todas as reuniões, entre os próprios membros do Comitê. Com o objetivo de aprofundarem seu conhecimento sobre as diversas áreas de atuação da AFEAM. O Comitê reuniu-se ordinariamente em 25.03.2021, discutiram e apreciaram as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, registrando-se a presença de todos os membros em todas as reuniões.

Parecer do Comitê de Auditoria
AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO:
Verifica-se que o Sistema de Controle Interno da AFEAM está em constante aperfeiçoamento, sendo capaz de identificar fatores adversos relevantes, o que vem permitindo a adoção de medidas preventivas e corretivas pela Administração. O Sistema de Controle Interno adotado pela AFEAM é estruturado por meio de políticas, normativos, cultura organizacional e de padrões éticos e de integridade promovidos pela AGÊNCIA, permitindo, assim, a prestação de informações consistentes sobre os aspectos gerenciais, financeiros e operacionais, em conformidade com a regulamentação pertinente.

AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E INTERNA:
O Comitê de Auditoria tem à sua disposição o acesso direto à Auditoria Interna da AGÊNCIA e aos Auditores Independentes (por meio da Contabilidade) para discussão de atividades realizadas. Diante disso, foi avaliado pelo Comitê que a Auditoria Interna vem exercendo suas atribuições com satisfatória efetividade, observando o seu Plano Anual de Auditoria Interna, de forma independente, contínua e efetiva, dispondo de recursos suficientes e canais de comunicação eficazes. Quanto à Auditoria Independente, por sua vez, o Comitê avalia de forma satisfatória o volume e a qualidade das informações fornecidas por esta, não tendo sido verificadas situações que pudessem prejudicar a objetividade e a independência dos auditores externos, bem como a solidez e continuidade da AGÊNCIA. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As práticas utilizadas na elaboração das Demonstrações Financeiras ocorreram em conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Por fim, não foi verificada a existência de divergência entre a Administração da AGÊNCIA, os auditores independentes e este Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras apresentadas.

CONCLUSÕES:
O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações e nos relatórios recebidos da Diretoria Executiva (referentes, dentre outros, a análise mensal do balancete, gerenciamento de disponibilidades, de risco e gestão da carteira de crédito, execução do Plano Financeiro Orçamentário, demonstrativo de limites operacionais), da área de gestão do Controle Interno, Riscos e Compliance, da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de suas atribuições, conclui que não foram identificadas situações que possam colocar em risco a continuidade da AGÊNCIA. Em assim sendo, o Comitê de Auditoria não tem nada a opor à aprovação das Demonstrações Financeiras e Contábeis consolidadas, referentes ao exercício social de 2021, com os consequentes encaminhamentos ao Conselho de Administração.

Manaus-AM, 25 de Março de 2022.

Márcio Marques Gonçalves
Auditor e Membro Qualificado do Comitê de Auditoria – COAUD

Irineu Avelino de Souza Neto
Auditor e membro da equipe do Comitê de Auditoria – COAUD

Eronildo Rogério Correa de Freitas
Auditor e membro da equipe do Comitê de Auditoria – COAUD

1 - DIRETORIA

Marcos Vinícius Cardoso de Castro
Diretor-Presidente
da AFEAM

João Batista Silva Tavares
Diretor de Crédito
da AFEAM

Cristina Coelho da Silva
Diretora de Administração
da AFEAM

2 - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Ricardo Rodrigues de Souza
Presidente

Marcos Vinícius Cardoso de Castro
Membro

Alessandro Ribeiro
Membro

Márcia Melo Pereira Pinheiro
Membro

Adriano Mendonça Ponte
Membro

3 - CONSELHO FISCAL

Eliza Maria Nascimento Albuquerque
Presidente

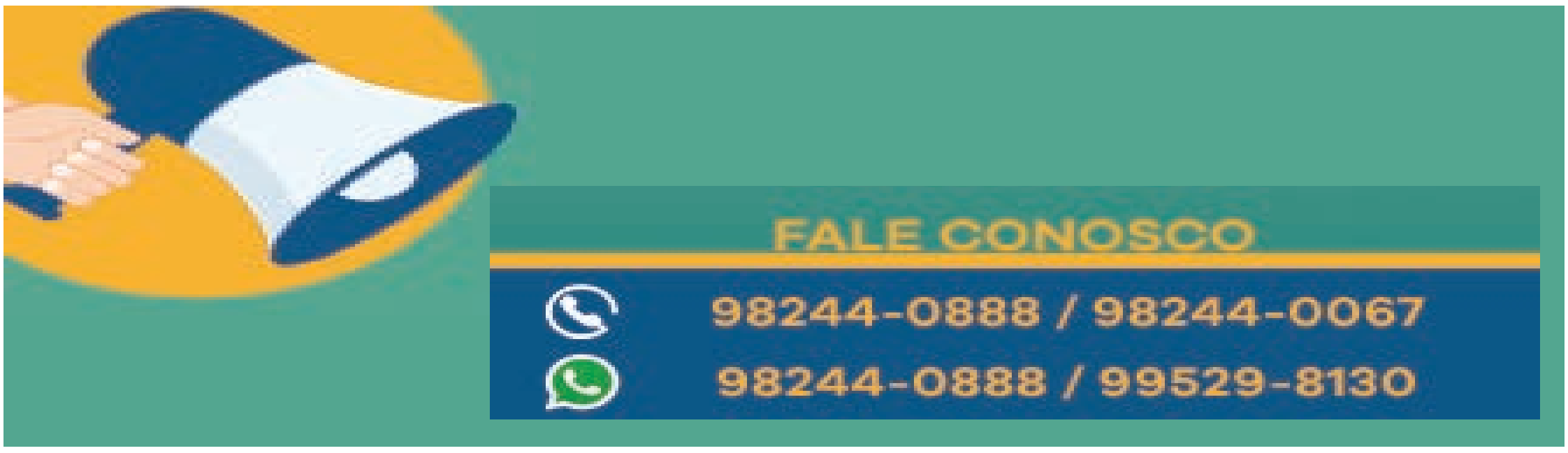
Fernando Silva Marquezini
Membro

Edileuza Lobato da Cunha
Membro

4 - COMITÊ DE AUDITORIA

Márcio Marques Gonçalves
Auditor e Membro Qualificado do Comitê de Auditoria – COAUD

Irineu Avelino de Souza Neto
Auditor e membro da equipe do Comitê de Auditoria – COAUD

Eronildo Rogério Correa de Freitas
Auditor e membro da equipe do Comitê de Auditoria – COAUD

5 - CONTADORA
Luana Coimbra da Rocha
Contadora CRC/AM 10.314/O-3